

Itamar Da Rosa

**ANÁLISE SOBRE A CONSTITUIÇÃO DO CAMPO POLÍTICO
DE FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE
JUVENTUDE**

Dissertação submetida ao Programa de
Pós-Graduação em Sociologia Política
da Universidade Federal de Santa
Catarina para a obtenção do Grau de
Mestre em Sociologia Política.
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Janice Tirelli
Ponte de Sousa

Florianópolis
2014

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Da Rosa, Itamar

Análise sobre a constituição do Campo Político da
formulação de Políticas Públicas de Juventude / Itamar Da
Rosa ; orientador, Janice Tirelli Ponte de Sousa -
Florianópolis, SC, 2014.
154 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa
de Pós-Graduação em Sociologia Política.

Inclui referências

1. Sociologia Política. 2. Campo Político. 3. Políticas
Públicas. 4. Juventude. I. Sousa, Janice Tirelli Ponte de
. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de
Pós-Graduação em Sociologia Política. III. Título.



Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política
Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Campus Universitário - Trindade
Caixa Postal 476
Cep: 88040-900 - Florianópolis - SC - Brasil
E-mail: ppgsp@cftf.ufsc.br

Análise sobre a constituição do campo político de formulação de políticas públicas de juventude.

Itamar da Rosa

Esta dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final pela Orientadora e pelos demais membros da Banca Examinadora, composta pelos seguintes professores.

Prof.^a. Dr.^a. Janice Tirelli Ponte de Sousa
(PPGSP/UFSC) - Orientadora/Presidente

Prof.^a. Dr.^a. Marília Salles Falci
Medeiros (UFF) - membro

Prof.^a. Dr.^a. Gilene Alves de Carvalho
(UFSC) - membro

Prof.^a. Dr.^a. Olga Celestina da Silva
Durand (CED/UFSC) - membro

Prof. Dr. Yan de Souza Carreirão
Coordenador

FLORIANÓPOLIS, (SC), Março de 2014.

AGRADECIMENTOS

*Agradeço aos meus amigos pelo companheirismo,
Agradeço especialmente a minha orientadora, pela sua
dedicação,*

*Aos meus pais, irmãs e sobrinhos,
Aos membros da banca examinadora,
Às instituições que permitiram que esse trabalho fosse
realizado.*

RESUMO

As políticas públicas de *juventudes* vêm assumindo destaque na composição dos discursos políticos da contemporaneidade. Nos últimos anos, o incremento de Políticas de Juventude na área da educação e trabalho vem adquirindo espaço considerável na agenda Estatal. A partir de 2005 com a criação da SNJ Secretaria Nacional da Juventude e do CONJUVE Conselho Nacional de Juventude, a amplitude do debate chega às vias da *qualidade* da participação política da juventude na formulação dessas políticas. Ou seja, para além do corpo de técnicos e especialistas do governo, supõe-se a intervenção da sociedade na figura da *juventude*, como *algo a mais* na hora de implementar um programa ou ação, ou mesmo, na elaboração de um marco jurídico-legal como o estatuto da juventude. Este último consolidaria junto com SNJ e CONJUVE uma política de Estado, independente de governos vindouros.

É nessa discussão que este trabalho busca contribuir, analisando a constituição do campo político de políticas de juventude entre os anos de 2004 a 2012, ou seja, um campo político específico, que busca definir a estrutura do debate e das posições políticas e a criação e a regulação do conteúdo e do fluxo dos produtos políticos relativos à juventude. Que há uma Política Nacional de Juventude em andamento não há dúvida. A presente dissertação discute a constituição do campo político de políticas de juventude (CPPJ) enquanto espaço político em constante disputa, sobre a disposição dos atores envolvidos na construção da PNJ, como são feitas *as PPJ hoje no Brasil e como elas estão estruturadas*.

Palavras-chave: Campo Político. Políticas Públicas. Juventude.

ABSTRACT

Public policies concerning youth have assumed prominence in the composition of the political discourse of contemporaneity. In recent years, the increase of youth policies in education and work has acquired considerable space in the State agenda. Starting in 2005 with the creation of SNJ National Secretariat for Youth and CONJUVE National Youth Council, the breadth of the debate comes to blows quality of political participation of youth in the formulation of these policies. Ie, beyond the body of technical experts and government presupposes the intervention of society in the figure of youth, as something more time to implement a program or action, or even, in the preparation of a legal-legal framework as the status of youth. The latter would consolidate with SNJ and CONJUVE a state policy, independent of governments to come.

It is this discussion that this paper seeks to contribute by analyzing the constitution of the political field of youth policies between the years 2004-2012, ie a specific political camp, which seeks to define the structure of the debate and policy positions and the creation and regulating the content and flow of political products to youth. That there is a National Youth Policy in progress no doubt. This dissertation discusses the development of the political field of youth policies (CPPJ) as a political space in constant dispute over the disposition of the actors involved in the construction of the NPC, as PPJ today are made in Brazil and how they are structured.

Keywords: Political Field. Public Policy. Youth.

LISTA DE FIGURAS

1. Organograma do CPPJ a partir da perspectiva do debate no Brasil77

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Linha do tempo sobre ações que impactaram na política nacional de Juventude.....	61
Quadro 2. Momento de pré-convergência em relação a Juventude.....	64
Quadro 3. Movimento da convergência de forças políticas e sociais, propriamente do CPPJ.....	65
Quadro 4. Movimento que engloba as condições do CPPJ, a partir do Governo Lula, aplicação e avaliação das PPJ.....	66
Quadro 5. Resumo dos diplomas legais acerca da juventude levantados pela Cejuvent.....	70
Quadro 6. Sugestões do Instituto Cidadania em relação aos atores envolvidos no CPPJ e suas respectivas competências.....	75
Quadro 7. Resumo dos documentos, programas e recomendações internacionais em matéria de população jovem.....	82
Quadro 8. Documentos internacionais ratificados pelo Brasil.....	83
Quadro 9. Políticas, programas e ações em matéria de juventude distribuídas pelos ministérios federais.....	93
Quadro 10. Entidades e Movimentos da Sociedade Civil no Conjuve.....	117
Quadro 11. Movimentos e grupos mais representados da sociedade civil no Conjuve.....	122
Quadro 12. Divisão das cadeiras de acordo com deliberação dos conselheiros em regimento interno.....	125

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Parlamentares jovens até 29 anos 47º a 53º legislatura.....	104
Tabela 2. Deputados jovens por região.....	104
Tabela 3. Siglas partidárias que mais tiveram jovens.....	104
Tabela 4. Estados que nunca elegeram jovens.....	105
Tabelas 5. Partidos que nunca elegeram jovens.....	105
Tabela 6. Herança política.....	105
Tabela 7. Sobre herança política e região.....	106
Tabela 8. Distribuição dos(as) jovens segundo indicação de participação em associação, por grau de instrução.....	107
Tabela 9. Distribuição dos(as) jovens segundo indicação do tipo de associação na(s) qual(is) participa(m).....	108
Tabela 10. Distribuição dos(as) jovens segundo composição da participação em associação, da participação em geral e da população total, por grau de instrução.....	109
Tabela 11. Distribuição dos(as) jovens segundo indicação em associação, por classe socioeconômica.....	110
Tabela 12. Distribuição dos(as) jovens segundo declaração dos jovens brasileiros sobre sua confiança em instituições políticas e representativas, segundo indicação de participar em associação.....	113
Tabela 13. Distribuição dos(as) jovens segundo opinião sobre se “a democracia é preferível do que qualquer outra forma de governo” segundo indicação de participar em associação”.....	114
Tabela 14. Distribuição dos(as) jovens segundo opinião sobre se “a democracia é preferível do que qualquer outra forma de governo” segundo indicação de participar em associação”	115

LISTA DE SIGLAS

ABUB Aliança bíblica universitária Brasil
ANPG Associação Nacional de pós-Graduandos
CEMJ Centro de estudos e memória da juventude
CEJUVENT Comissão Especial destinada a acompanhar e estudar propostas de Políticas Públicas para a Juventude
CF Constituição Federal
CNAB Congresso Nacional Afro Brasileiro
CONJUVE Conselho Nacional de Juventude
CONTAG Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPPJ Campo Político das Políticas Públicas de Juventude
CUCA Circuito universitário de cultura e arte
CMB Confederação das Mulheres do Brasil
ECA Estatuto da Criança e do Adolescente
FETRAF Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
GIFE Grupo de Institutos Fundações e Empresas
GT Grupo de Trabalho
IBASE Instituto Brasileiro de análises Sociais e Econômicas
IC Instituto Cidadania
IPEA Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MD Ministério da Defesa
MDA Ministério do desenvolvimento Agrário
MDS Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
ME Ministério do Esporte
MEC Ministério da Educação
MJ Ministério da Justiça
MMA Ministério do meio Ambiente
MS Ministério da Saúde
MTE Ministério do Trabalho e emprego
MUDES Fundação Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social
OBJ Organização Brasileira de Juventude
ONG Organização Não Governamental
ONU Organização das Nações Unidas
PEC Proposta de Emenda à Constituição
PJ Pastoral da Juventude
PNJ Política Nacional de Juventude
PÓLIS Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Públicas
PPJ Políticas Públicas de Juventude

ProJovem Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PROUNI Programa Universidade para Todos
REJUMA Rede de Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade
SEDH Secretaria de Direitos Humanos
SGPR Secretaria Geral da Presidência da República
SNJ Secretaria Nacional de Juventude
UBES União Brasileira dos estudantes Secundaristas
UBM União brasileira de Mulheres
UGT União Geral dos trabalhadores
UNE União Nacional dos Estudantes
UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	21
METODOLOGIA.....	25
1 JUVENTUDE E SOCIEDADE: FUNÇÃO SOCIAL DA JUVENTUDE.....	29
1.1 VISÃO INTEGRALIZADORA DA JUVENTUDE.....	32
1.2 JUVENTUDES, CONCEITO POLISSÊMICO E EM MOVIMENTO.....	34
1.3 JUVENTUDES E SOCIEDADE: INTEGRAÇÃO E AMBIVALÊNCIA.....	39
1.4 JUVENTUDE E POLÍTICA: <i>EXPERIÊNCIA</i>	42
1.5 A PROBLEMÁTICA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E AS JUVENTUDES.....	44
1.6 CONSELHOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	50
1.7 O CAMPO POLÍTICO DE PPJ.....	54
2 DIMENSÕES DO CAMPO POLÍTICO DAS PPJ: GÊNESE, ESTRUTURA E PRODUÇÃO SIMBÓLICA.....	59
2.1 AMPLITUDE DO DEBATE ACERCA DO CPPJ.....	78
2.1.1 Dimensões e limites da PNJ.....	79
2.2 PRODUÇÃO DA CRENÇA NOS PRODUTOS POLÍTICOS: A POLÍTICA NACIONAL DE JUVENTUDE E O PROBLEMA DA INCLUSÃO, TRABALHO E RENDA.....	86
2.3 A PROBLEMÁTICA DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DA JUVENTUDE NA DIMENSÃO INSTITUCIONAL: O FECHAMENTO DO CAMPO POLÍTICO.....	99
2.4 AS JUVENTUDES, PARTICIPAÇÃO E CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES.....	106
2.5 O CPPJ E AS INTERFACES SOCIOPOLÍTICAS: ESPAÇO ESTRUTURANTE E PRODUÇÃO SIMBÓLICA.....	116
CONCLUSÃO.....	139
REFERÊNCIAS.....	149

INTRODUÇÃO

A construção de uma Política Nacional de Juventude (PNJ) surge na agenda política brasileira, institucionalmente, a partir de 2005, com a criação da SNJ Secretaria Nacional da Juventude e do CONJUVE Conselho Nacional de Juventude¹. O que consolidaria uma Política Nacional de Juventude, além do conjunto de Políticas Públicas para a Juventude já existentes seria sua expressão em forma de Estatuto. Ou seja, um marco jurídico-legal, que nortearia uma política de Estado, reconhecendo e efetivando direitos e deveres de uma parcela da população, nesse caso as Juventudes, assim como foi o ECA em 1990 e o estatuto do Idoso em 2003, entre outros.

A presente dissertação discute a constituição do campo político de políticas de juventude (CPPJ) enquanto espaço político em constante disputa, sobre a disposição dos atores envolvidos na construção da PNJ, como são feitas *as PPJ hoje no Brasil e como elas estão estruturadas*. A partir da análise das condições sociopolíticas de acesso das *juventudes* brasileira ao âmbito de formulação de PPJ, tendo como foco o desenho institucional que incide sobre a formulação de PPJ, que inclui o Conjuve (Conselho Nacional de Juventude e a SNJ), junto as demais instituições estatais ou privadas que compõe o CPPJ, no período entre 2004 a 2012, produzindo consensos e dissensos políticos sobre a essência dos produtos políticos em relação às *Juventudes*.

Para tanto, verificar-se-á o processo de inserção dos principais atores nestes espaços participativos institucionalizados, a partir das instituições que compõem o arquétipo institucional da Política Nacional de Juventude. No que diz respeito à compreensão da composição e funcionamento do Conjuve buscamos verificar em que medida o Conjuve e a SNJ se relacionam a partir de sua configuração interna em relação aos grupos e entidades (ONG's, institutos, movimentos sociais) que atuam em favor da juventude. Em suma, mapear o que se discute na atualidade em relação à formulação de PPJ e sua disposição no amplo campo do poder e das decisões políticas.

1 Lei 11.129 de 30 junho 2005, cria o Conjuve e a SNJ, e, institui o ProJovem (Programa emergencial de inclusão de jovens) disponível em <http://www.juventude.gov.br/conjuve/documentos/lei-de-criacao-do-conselho-nacional-de-juventude> acesso 20/02/2013

Procuramos debater sobre as características dos agentes envolvidos no campo político, jovens ou não², profissionais da política ou militantes de movimentos sociais, sobre o domínio que têm das questões políticas, se apostam nas suas competências, no convencimento, na trajetória de vida, no conhecimento prévio do jogo que se joga no âmbito institucionalizado. Ou seja, busca-se averiguar os embates políticos sobre a PPJ de uma perspectiva que relaciona o que é ser jovem hoje, de forma conceitual, e a organização das possibilidades, dos conflitos e consensos, aspirações e discursos, a aplicação e avaliação de políticas de juventude e, como estas ações se manifestam na estruturação de um campo de formulação de políticas públicas para a juventude propriamente autônomo.

Tal campo se estabelece como *locus*, como espaço onde se estrutura a ação política em relação à problemática política das Juventudes. Segundo Bourdieu (2011; 2009; 2007), nesse aspecto, o campo é uma estrutura objetiva, dentro da qual se trava um embate pelo poder simbólico (de impor uma visão e divisão do mundo social), entre os sujeitos que estão em relação no seu interior. No entanto, o campo não determina o sujeito, e sim, predispõe o sujeito a agir dentro dele através de possibilidades objetivas que possam ser realizadas.

Sposito e Carrano (2003)³ argumentam sobre o panorama das PPJ no Brasil, que vem estruturando, pouco a pouco, um consenso acerca da problemática das PPJ. Onde o conceito de juventude, enquanto algo singular e homogêneo, vem perdendo espaço para definições que englobam sua multiplicidade de cultura, gênero, educação, etnia, religião, classe social, entre outras. E também a supressão gradual da ideia de “juventude problema” que implicava em políticas de segregação, baseadas na criminalização juvenil como uma condição precedente da violência e *desvio*, da aversão à norma sob a base de políticas arbitrárias. Todavia, ainda não adquire as PPJ *status* de “problema político”, estando aquém de uma política de Estado. Muito disso se dá ao fato de que atualmente, se tratando dos conceitos e das análises das PPJ, apesar dos avanços a caminho de um Plano Nacional de Juventude⁴, a problemática parece insistir em ser a mesma: é uma

2 Admite-se no Conjuve jovens de 15 a 29 anos preferencialmente, até o limite de 35 anos. Os jovens entre 15 e 17 precisam de autorização dos responsáveis. In <http://www.juventude.gov.br/conjuve/eleicoes-conjuve-2012/edital>

3 Juventude e Políticas Públicas no Brasil (2003) In: Oscar Dávila León (editor): **Políticas públicas de juventud en América Latina: políticas nacionales**. Viña del Mar: Ediciones CIDPA

4 Plano Nacional de Juventude inclui ações como a criação de um Sistema Nacional de Juventude, do Estatuto da Juventude, Políticas de Juventude em parcerias com estados da

fase da vida, transitória, rumo ao mundo dos adultos, portanto, as PPJ são elaboradas para suportar a efemeridade da condição juvenil não como problema dos jovens, mas dos adultos, que orientariam a transição dos jovens ao mundo dos adultos.

No caso específico deste trabalho, a situação-problema é analisar as condições sociopolíticas de acesso dos jovens ao campo político de formulação de políticas públicas de juventude, objetivando relacioná-la com as condições de participação dos jovens no amplo debate do que vem se chamando de Política Nacional de Juventude. Quanto a participação, os jovens foram chamados a comporem um Conselho Nacional de Juventude que funciona desde de 2005, e também a participar das Conferências Nacionais de Juventude que reuniram milhares de jovens, além de debates pela internet, de movimentos outros etc.

Quanto a efetividade das PPJ temos que o ProJovem junto a outras PPJ possuem um volume de orçamento relevante que caracteriza ações em torno de uma PNJ, como processo em expansão⁵.

Portanto, intentamos descrever e compreender em que medida e de que maneira se constitui o campo político de formulação de políticas públicas para a juventude; analisando os conflitos e consensos no interior do espaço político, que envolve a participação da juventude (entidades juvenis no Conjuve), a análise trazida pelos atores coletivos envolvidos na formulação de Políticas de Juventude (tanto técnicos como políticos). Como hipótese estamos considerando que para compor este campo político específico, seus agentes, jovens ou não, profissionais da política ou militantes de movimentos sociais, necessitam certo domínio das questões políticas, apostam nas suas competências, no convencimento, na trajetória de vida, no conhecimento prévio do jogo que se joga no âmbito institucionalizado. Isso pode indicar que o conjunto de ideias e discursos dos que participam estão previamente subordinados a uma lógica imanente ao próprio campo. Sendo assim, propomos estudar quem define este microcosmo, quais os seus limites e qual a natureza do jogo que se joga no seu interior,

federação etc, se resume ao estabelecimento de metas a serem alcançadas em 10 anos: disponível em <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=271827> acesso 16/08/2013

⁵ Conjuve (2011) traz detalhes do orçamento das PPJ em geral e indica a ideia de uma PNJ e a existência de um Campo de Políticas de Juventude. Somente o programa governamental ProJovem, superou os 4,3 Bilhões em investimentos (Conjuve, 2011)

averiguar dentro do campo, anotar os princípios de hierarquias, as ideias vencedoras e as formas de divisão política.

O presente trabalho divide-se em dois momentos principais. O primeiro discute o conceito de *juventudes* em sua relação com a política e a sociedade; discute as implicações políticas do segmento social *juventude* inserido na agenda pública; O segundo, trata da constituição do campo político de Políticas de Juventude, entre os anos de 2004 e 2012, seus pressupostos teóricos como recurso investigativo; mapeia a gênese do campo político; os principais atores envolvidos na sua constituição; debate a natureza simbólica e consensual dos produtos políticos fornecidos pelas PPJ, bem como as dimensões da PNJ, os atores envolvidos, os limites construídos, as propriedades do campo das PPJ a partir da análise dos documentos e relatórios produzidos pelos próprios atores internos ao campo.

Por fim, como recurso conclusivo, espera-se suscitar reflexões sobre a constituição do campo de políticas Públicas de Juventude no Brasil hoje.

METODOLOGIA

A metodologia aqui adotada para compreender a dinâmica do campo político de disputas em torno da concepção da Política Nacional de Juventude, parte de análises sistemáticas de documentos e relatórios, produção de textos, artigos, de relatos, depoimentos e dados estatísticos produzidos, nos últimos anos, pelo CONJUVE, pela SNJ, por Institutos e observatórios sociais, diretamente associados ao campo de formulação de políticas públicas para a juventude⁶.

O conjunto dos documentos analisados, como produto de um processo de construção de discurso e argumentos, enseja em sua legitimidade e oficialidade, o produto de um campo de ideias que descreve por onde passa o debate e a compreensão sobre o que são as PPJ. Este procedimento busca demonstrar como se constitui a capacidade de formular políticas públicas para a juventude, o que implicou dirigirmos nossa atenção para o teor de seus conteúdos, que por sua vez implicou no modo pelo qual elas foram feitas e como os atores estão distribuídos no campo. Estes elementos foram considerados por nós como produtos finais que expressam a lógica imanente deste espaço de jogo, ou seja, a estrutura das ideias vencedoras no campo político.

O uso da noção de *Campo* em Bourdieu (2009, 2007) tem em vista desvelar os produtos simbólicos, que no caso da política, se expressam pela sua aparente e consensual legitimidade. O trabalho de construção do objeto de pesquisa. O trabalho de construção do objeto de pesquisa são as fases metodológicas para operacionalizar a pesquisa. Este processo analítico é necessário segundo (BOURDIEU, 2004) pois, os fatos tendem a aparecer como familiares ao pesquisador que precisa romper com a ilusão do saber imediato, ou seja, a “familiaridade com o universo social constitui, para o sociólogo, o obstáculo epistemológico por excelência porque ela produz continuamente concepções ou sistematizações fictícias ao mesmo tempo que as condições de sua credibilidade.” (BOURDIEU, 2004 p.23).

6 Segue alguns dos documentos analisados, entre outros: Conselho Nacional de Juventude. Documento base da 1ª conferência nacional de juventude “levante sua bandeira” (2008); Conselho Nacional de Juventude: Natureza, composição e funcionamento -agosto 2005 a março de 2007/ Maria Virgínia de Freitas (Org.), – Brasília, DF/São Paulo: CONJUVE; Fundação Friedrich Ebert; Ação Educativa, 2007. Natureza Composição e Funcionamento, 2007_Conselho Nacional de Juventude: Conjuve diretrizes e perspectivas. Brasília DF 2006, Conselho Nacional da Juventude: Reflexões sobre PNJ 2003/2010. Brasília, 2011

Para tanto, rastreamos a gênese do campo em questão, para apreender a realidade que tende a se apresentar como legítima, através de discursos, programas e representações.

Compreender a gênese social de um campo, e apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, é explicar, *tornar necessário*, subtrair ao absurdo do arbitrário e do não-motivado os atos dos produtores e as obras por eles produzidas[...] (BOURDIEU 2007 p.69).

Portanto, a noção de campo busca a construção do objeto de pesquisa que é o campo de formulação de políticas públicas para a juventude (CPPJ)⁷ a partir do rastreamento dos mecanismos que impulsionaram a criação do campo: a tensão na definição dos limites da transição do mundo do jovem para o mundo dos adultos, as Políticas Públicas para Juventude e sua função, a atuação dos Movimentos e Associações juvenis neste processo, o desenvolvimento econômico e a necessidade políticas redistributivas etc. Verificou-se através do discurso, da crença e da linguagem que se trava no interior do campo, a força do sentido das ideias políticas sobre a juventude: a “crença”, o “jogo de linguagem”, o profissionalismo político como competência, capacidade constitutivas, atribuídas ou delegadas, que tendem a afastar os sujeitos que não a possuem, verificar a divisão do trabalho político como uma construção social, que tende a se apresentar como legítima, não arbitrária. (BOURDIEU, 2011)

Os documentos analisados advém do rol de documentos produzidos nos últimos anos pelo CONJUVE, pela SNJ, por Institutos e Observatórios Sociais, diretamente associados ou envolvidos com Campo de Formulação de Políticas Públicas para a Juventude, que incluem, relatórios, dossiês, produção acadêmica, produção jornalística e dados estatísticos.

Portanto, o escopo da pesquisa em relação ao uso do material empírico e a metodologia adotada, se limitará à análise de conteúdo dos

7 No decorrer do texto usaremos a sigla (CPPJ) Campo Político de Políticas para a Juventude, que abrange também as expressões como Campo Político da Juventude ou Campo de Formulação de Políticas Públicas de/para Juventude. CPPJ é que uma versão mais objetiva, que engloba toda a linguagem e a carga conceitual do que queremos compreender por Campo de Formulação de Políticas Públicas para a Juventude, que implica formulação, organização, mobilização, planejamento, consenso, conflito, produção simbólica de produtos políticos de juventude.

dados documentais. Aceita-se aqui o preceito de que “os textos, do mesmo modo que as falas, referem-se aos pensamentos, sentimentos, memórias, planos e discussões de pessoas, e algumas vezes nos dizem mais do que seus autores imaginam” (BAUER, 2002, p.189). A metodologia adotada busca analisar qualitativamente a produção dos discursos contidos em documentos textuais, que versam sobre a construção da Política Nacional de Juventude. Procuramos rastrear o sentido ideológico, simbólico, de sua expressão e orientação prática, sua congruência com o sistema econômico ou como ações reparadoras ou compensatórias (BELLONI, *et al*, 2000). Portanto, consideramos essa alternativa metodológica capaz de contribuir na realização da pesquisa amparado na ideia de que “a análise de documentos tem por objetivo contribuir para a explicitação do texto escrito e seu discurso ideológico, buscando esclarecer os significados e implicações das proposições consubstanciadas nas diretrizes, estratégias e linhas de ação política examinada.” (BELLONI, *et al*, 2000 p. 55). Desse modo, possibilitando a identificação das concepções políticas e sua praticidade e objetivo, considerando também os dados quantitativos⁸ produzidos sobre PPJ contidos nos relatórios e avaliações.

A partir disso, buscamos compreender o campo políticos de políticas de juventude analisando o projeto Juventude do Instituto Cidadania em 2004, que mapeou a participação política dos jovens e as PPJ a partir de uma articulação entre institutos de pesquisas, sociedade civil e movimentos sociais. O Cejuvent em 2004, comissão especial da câmara dos deputados para políticas públicas de Juventude, que buscou compilar as PPJ no âmbito nacional, elaborando sugestões e recomendações em matéria de PPJ. O GT interministerial de Juventude, também em 2004, que rastreou como estavam distribuídas e efetivadas as PPJ no âmbito do poder executivo. A partir desta convergência sociopolítica, desdobra-se na sequência a criação do Conjuve em 2005 e da SNJ em 2005, a ampliação do ProJovem (programa nacional de inclusão de jovens) e das Conferências Nacionais de Juventude (1ª conferência nacional da juventude, 2008 e 2ª conferência nacional da juventude, 2012), em suma, o que vem sendo chamado de Política Nacional de Juventude PNJ e como se constitui o CPPJ.

Consideramos que a análise dos documentos relevam o texto escrito a um *status* de meio de expressão, e que é possível tirar através deste, orientações coletivas, tanto como valores e objetivos em comuns, tanto quanto os conflitos e interesses irreconciliáveis. Portanto, “a

8 Dados quantitativos produzidos por Institutos Públicos de Pesquisas.

análise de conteúdo nos permite reconstruir indicadores e cosmovisões, valores, atitudes, opiniões, preconceitos e estereótipos e compará-los entre comunidades. Em outras palavras, a análise de conteúdo é pesquisa de opinião pública por outros meios.” (BAUER, 2002, p. 192). Portanto, assim como qualquer pesquisa de opinião, os dados devem ser interpretados à luz de referenciais teóricos que permita uma incursão reflexiva e com certa segurança sobre o objeto de pesquisa.

1 JUVENTUDE E SOCIEDADE: FUNÇÃO SOCIAL DA JUVENTUDE.

Este capítulo se insere na discussão das características políticas do conceito de Juventude na sociedade contemporânea. Escaramuças conceituais, em torno de uma categoria social tão importante, caracterizam as disputas em torno do conceito de Juventude, mais acentuadas a partir do século XX: essencialmente por ser considerada por muito tempo (e ainda o é) como fase de transição da infância (total dependência) para a vida adulta (responsabilidade, maturidade, produtividade etc). Em outras palavras, corresponde ao conflito manifesto ou silencioso da socialização, da manutenção dos costumes, o estado atual de determinada sociedade, ou, em alguns casos, de sua transformação.

Uma das questões essenciais ao estudo da Juventude é vinculá-la ao processo geracional. O conflito de gerações é um conflito social de experiências, ou como diz Bourdieu (1983) de aspirações; e, podemos acrescentar, de visões de mundo, de maneiras de interpretá-lo e agir sobre ele. A geração, enquanto categoria social, é uma forma típica de classificação. Um rápido olhar em torno da ideia de geração sugere classificações amiúde reportadas nas conversas do cotidiano e mesmo acadêmicas: a geração pós-guerra; a geração beatnik; a geração de 68; a geração X, etc.

De acordo com Pais (1990), duas correntes teóricas sobre juventude se sobressaem: a corrente geracional e a corrente de classes. A primeira relaciona dados biológicos e psicossociais inseridos em variações culturais, sociais e históricas, pressupõe assim a existência de múltiplas juventudes, de acordo com cada sociedade e sua história. A corrente de classes vê a juventude de uma perspectiva etária inserida num contexto de classes sociais em sentido marxiano e sua constituição social e cultural depende do estágio do sistema econômico em relação à sociedade. Em última instância podemos admitir que a primeira trabalha com construções sociais, manipuladas e manipuláveis (BOURDIEU, 1983) de acordo com a relação mais ou menos conflituosas com os adultos em determinada sociedade e que pressupõe a existência de múltiplas juventudes. A segunda pressupõe um conceito mais ou menos homogêneo de juventude, de acordo com a classe social a qual pertence.

Para uma análise que consiga captar a dinâmica geracional da juventude, é importante considerar a categoria social Juventude como protagonista de sua condição, em aceitar que esta é uma parcela da sociedade capaz de construir sua própria visão de mundo, ou seja,

atribuir sentido ao mundo de acordo com suas experiências. Mannheim (1982) ressalta a importância do estudo das gerações “Ele é um dos guias indispensáveis à compreensão dos movimentos sociais e intelectuais.” (MANNHEIM 1982, p. 67). No entanto, antes de uma geração se tornar história, ela está em relação ou oposição com as demais gerações, simultaneamente, dividindo a mesma realidade, mas enfrentando problemas diferentes, ou, seja:

Enquanto as pessoas mais velhas podem ainda estar combatendo algo nelas próprias ou no mundo externo de tal modo que todos os seus sentimentos e esforços, e mesmos os seus conceitos e categorias de pensamento, são determinados por aquele adversário, para as pessoas mais jovens esse adversário pode ser simplesmente inexistente: a orientação primária delas é inteiramente diferente. (MANNHEIM, 1982 p. 81)

Para o autor, a geração é um grupo social concreto. Assim como a família, a tribo e a seita, sendo os dois primeiros grupos sociais comunitários, o último, associativo. A geração, para o autor é do tipo comunitário, ou seja, os membros tem de ter inter-conhecimento, reconhecimento e laços de proximidade física, que sustentam uma unidade mental e espiritual. Ao mesmo tempo Mannheim (1982) considera que o conceito de juventude é similar ao de posição de classe, ou seja, uma situação comum que indivíduos partilham consciente ou inconscientemente “a posição de classe é um fato objetivo, quer o indivíduo em questão tenha ou não consciência dela, quer a aceite ou não” (p. 70). Esta posição ou situação comum deve ser definida levando em consideração a interação social entre os indivíduos e a estrutura social definida pelo processo histórico. Segundo o autor, cada jovem tem um contato original diferente com o mundo social, isso nos dá uma ideia de juventude enquanto categoria dinâmica na medida em que cada jovem entra diferentemente no mundo dos adultos. Mannheim (1982) faz uma síntese de maneira que a juventude constitui uma categoria de análise que continuamente se molda com as interações culturais e geracionais.

Não fosse pela existência de interação social entre seres humanos, pela existência de uma estrutura social definida, e pela história estar baseada em um tipo particular de continuidade, a geração não existira como fenômeno de localização social;

existiria apenas nascimento, envelhecimento e morte. (MANNHEIM, 1982 p. 72)

No entanto, a interação social é limitada à experiência, e, numa situação de geração, os indivíduos somente tem contato com uma parcela da herança cultural acumulada, que orientará a sua visão de mundo “nossa cultura é desenvolvida por indivíduos que entram de maneira diferente em contato com a herança social acumulada”(MANNHEIM, 1982, p 74). Ou seja, fatores econômicos, sociais e culturais, classe, religião, etnia, educação etc, são aprendidos em grupos sociais diversamente, gerando múltiplas experiências. Não se pode ter (assimilar) todas as experiências contidas em determinada sociedade. Embora teorias mais progressistas, que preconizassem o acesso da juventude a um período de experiência e vivências, a partir de uma educação universal e um tempo de postergação de responsabilidade, de alguma forma tentasse mitigar às diferenças inscritas nas estruturas sociais, não eliminaram as diferenças advindas das classes sociais, da tradição, da etnia, do gênero etc.

Mannheim (1978) ressalta a importância política e estratégica da juventude como um potencial de afirmação de uma sociedade; muitas vezes disposta como força latente, uma força social que pode ser usada pela sociedade, conforme seu interesse, ou seja, condicionando a experiência, haja vista os exemplos históricos no sentido do totalitarismo de Estado, ocorrido na Alemanha e Itália do século XX (juventude hitlerista na Alemanha e camisas pretas na Itália). Sobre essa questão é preciso discutir o protagonismo juvenil, tratar da cooptação dos jovens nestes regimes nos mostra de forma trágica como os jovens foram socialmente importantes⁹.

Mannheim (1968) em *o problema da juventude na sociedade moderna*, faz algumas perguntas, tais como: O que a juventude pode nos dar, ou seja, qual o significado da juventude na sociedade, como pode contribuir? Há uma demasiada, mas não menos importante, ênfase na necessidade e finalidade da juventude. Para o autor, “ela é um dos mais importantes recursos espirituais latentes para a revitalização de nossa sociedade” (MANNHEIM, 1968 p. 87).

Nesta perspectiva, a juventude pode conter ou não a força de mudança ou conservação da sociedade tanto num âmbito cultural, econômico e de sociabilidade. A dinâmica da sociedade tem muito da

9 A exaltação da juventude como força vital, em virtude da guerra também ocorreu nos países aliados, tanto na Inglaterra como nos EUA, nesse caso como defensores da democracia. ver Savage. J. (2007)

influência das tensões geracionais socialmente construídas. Se adicionarmos a autonomia dos jovens em relação aos adultos e que essa autonomia possa criar situações políticas fora do controle dos adultos podemos admitir novas relações políticas, em certa medida diferentes das tradicionais (ou em curso), ressurgindo com atributos pertinentes, nesse caso, às condições de ser jovem. Contudo, não é possível compreender o conteúdo ideológico destas novas relações políticas sem observar detalhadamente o jogo político em curso.

1.1 VISÃO INTEGRALIZADORA DA JUVENTUDE.

A relação juventude/sociedade está longe de ser harmônica. Nos deparamos muito mais com a ideia de conflito do que de uma progressão harmoniosa, como fases da vida mais ou menos homogêneas, que se complementam: a tenra idade, a juventude e a velhice.

Se há um momento de ruptura e contradição na passagem do mundo dos jovens para o mundo dos adultos é porque existem certas condições que forcem ou tentam controlar essa passagem: a regulação do trabalho infantil na sociedade industrial; a obrigatoriedade do ensino escolar, o serviço militar obrigatório, a emancipação civil, o casamento arranjado, etc.

Uma visão de mundo orgânica, segura e controladora da sociedade sempre foi, ao menos em aspiração, adultocêntrica. A ideia de socialização, estruturada em forma de pensamento sociológico estava contida em Durkheim (1964), a partir da educação. Sua concepção funcionalista, tendo a educação primazia na socialização, atribuía a ela o papel de homogenizar e diferenciar indivíduos de acordo com sua capacidade de ação, “nem todos somos feitos para refletir; e será preciso que haja sempre homens de sensibilidade e homens de ação” (DURKHEIM, 1964 p. 35). Essa assertiva dependia das inter-relações entre instituições sociais, como religião, organização política, ciências e indústria, desenvolvendo assim na consciência coletiva, uma socialização enfatizando as *funções homogenizadora e diferenciadora*. Destarte, para Durkheim (1964) a socialização, vinculada à educação, provoca nos indivíduos certos estados físicos e mentais, e que dependem da sociedade controlar estes processos.

Em sua concepção de geração Durkheim (1964) nos diz que, em cada nova geração que surge, devam ser preenchidos e reafirmados estes estímulos físicos e mentais ou seja, “reconstruir quase tudo de novo” (DURKHEIM, 1964 p. 43). Para o sociólogo francês,

Se os indivíduos, como mostramos, só agem segundo as necessidades sociais, parece que a sociedade impõe aos homens insuportável tirania. Na realidade, porém, eles mesmo são interessados nessa submissão; porque o novo ser que a ação coletiva, por intermédio da educação, assim edifica, em cada um de nós, representa o que há de melhor para o homem, o que há em nós de propriamente humano. (DURKHEIM, 1964 p. p.46.)

Essa afirmação de Émile Durkheim, homem do seu tempo, embora esteja apenas algumas gerações atrás, indica uma visão funcionalista e integralizadora da sociedade, indica que essa função coletiva da ação social tende a homogenizar certos aspectos e ao mesmo tempo diferenciar, no caso, a divisão do trabalho social, além de conter uma forte conexão moral, no que tange ao processo de socialização. Todavia, a diferenciação é relacionada às hierarquias de classificação e estratificação social, socialmente relevantes e indispensáveis para a solidariedade orgânica das sociedades complexas.

Esta visão, mais tradicional, de certa forma influenciou a socialização dos jovens até, mais ou menos, os levantes dos anos 1960 na Europa¹⁰. Estes contestavam e punham em oposição as visões e os valores tradicionais da sociedade. Doravante, pontos de vista mais progressistas e tecnicistas estavam a disputar espaços na determinação do conceito de juventude.

É possível que Durkheim (1964) jamais imaginaria que a sociedade se diferenciaria tanto, recaído no individualismo/autossatisfação e fragmentação/alienação social, em detrimento do caráter hegemônico da consciência coletiva no sentido de um *espírito de corpo*, de coesão social. Todavia, as classificações

10 Os anos 1960 são emblemáticos em relação a juventude e a política. Uresti (2000) expõe de maneira comparativa a questão em relação à participação política (politização e mobilização), e porque entre os meios mais correntes da opinião pública se tem a ideia de que a juventude, das gerações passadas, notadamente as de 60/70 foram mais *politizadas* e *conscientes* em relação a suposta 'despolitização' e apatia da juventude atual. O autor recorre a uma descrição das estruturas econômicas, políticas, sociais e culturais para mostrar que os problemas em comparação à participação dos *jovens* é outro. Em 1968 se discutia, como reação às políticas e sociedades da época, a primazia do público contra o privado. Essa reação causada pelas estruturas do capitalismo (produção fordista), e questões culturais (costumes) educacionais, entre outros. Já no retrato dos anos 1980 pode ser condicionados ao novo rearranjo político econômico mundial, o consumismo, o individualismo, as políticas neoliberais etc. Todavia, a natureza, causas e consequências do ano de 1968 nunca caberiam consensualmente em uma nota de rodapé.

sociais e a divisão do trabalho social, em relação as “funções homogeneizadoras e diferenciadoras” se alicerçam hoje, em grande parte, no que chamamos de meritocracia, nada mais que uma estilização premeditada de adaptar (inculcar) a ideologia da vocação, ou ideologia do “Dom”, do “talento” ou da “inteligência” Bourdieu (2009). Esta nova forma de conceber a divisão social ancorada no sucesso do indivíduo – põe abaixo a estrutura funcional da sociedade baseada na auto submissão e na coerção não-consciente –, e que é socialmente produzida e reconhecida, traz novas questões para o estudo da juventude e suas implicações sociais e políticas.

1.2 JUVENTUDES, CONCEITO POLISSÊMICO E EM MOVIMENTO

Uma das características marcantes sobre o conceito de juventude na contemporaneidade é a ideia de *juventudes*, ou seja, considerá-las no plural. Na constituição cultural diversa, tributária à diversidade em que cada grupo social é confrontado na realidade, temos múltiplas juventudes.

Podemos afirmar que a origem das *Juventudes* enquanto conceito plural, está intimamente ligada às teorias geracionais. No entanto, se consolida a partir de uma visão culturalista da juventude, onde os processos cognitivos de apropriação de identidades em relação às juventudes, passam, segundo Melucci (1996) nas sociedades complexas, por três pontos: a) os conflitos e os movimentos sociais mudam do plano material para o simbólico; b) a experiência do tempo é um problema central, um dilema; e c) jovens e adolescentes, são atores chaves do ponto de vista da questão do tempo. Doravante, se os conflitos “materiais” transitaram para o plano simbólico, a autonomia no sentido de maturidade, responsabilidade, profissão, constituição de família, segurança financeira etc, deixaram de ser apenas tributários às condições materiais e passam a ser relacionados a questões culturais¹¹.

11 Demandas chamadas pós-materialistas (Inglehart 1971 *apud* CARLOS, 2011), compõe o rol de reivindicações sobre estilos, gostos, opção sexual, qualidade de vida, diversidade etc. pós anos 1960. As demandas pós-materiais são emblemáticas quando vinculadas à ideia de geração e juventude. Supõe-se que o problema é viver a vida, a “boa vida”, a sua maneira, uma vez que (no contexto em que a teoria surgiu), questões materiais para se garantir a “boa vida” estavam em declínio. Em geral, tinham como mote a qualidade de vida e a liberdade de vivê-la a seu modo. Por isso, tais demandas se caracterizariam como demandas culturais e simbólicas, questões de sociabilidade, de formas de se viver a vida em liberdade, dos costumes, solidariedade e identidade eram questões em pauta. (CARLOS, 2011). Essas ações coletivas, do ponto de vista de “alguns teóricos da revolução ainda as saudaram como retorno do

Nesse sentido, o conceito de autonomia passa a ser múltiplo, autônomo, variando na complexidade do tecido social. Autonomia da juventude, nesse sentido, passa a visar a superação do controle do *mundo dos adultos* sobre a condição juvenil, e a eventual transição e superação da condição de dependência. No entanto, na constituição do indivíduo, a autonomia é um fato totalizante, ou você é ou não é autônomo, isso pode contribuir para a definição do processo de transição jovem/adulto, abrindo um precedente de inúmeras combinações possíveis, de autonomia relativa, entre um a outro ponto, do estado de dependência para o estado de autonomia.

O tempo, para Melucci (1996) é crucial na compreensão do capitalismo industrial, onde máquinas de medida passaram do controle da produção ao controle da vida cotidiana. Conseqüentemente, e paulatinamente, a orientação temporal moderna seria finalista. O tempo tem direção ao fim da história. No entanto, atualmente, nos distanciamos do tempo através de múltiplas experiências, múltiplos tempos, individuais e coletivos, interior e exterior. Tempo subjetivo e tempo social. Tempo sem história e de muitas histórias, para o autor “a definição do tempo torna-se uma questão social, um campo cultural e conflitivo no qual está em jogo o próprio significado da experiência temporal.” (MELLUCI, 1996, p.8)

Portanto, da primeira questão, o autor ressalta a importância da produção simbólica nas relações sociais. A experiência recai sobre o investimento em processo cognitivos, culturais e materiais (que nesse sentido se vincula ao consumo). Nesse caso, fala-se de conflitos culturais relativos à posse de informação. Há um sistema de reprodução simbólico, e ele intervém nas questões culturais. Ele é macrossocial e estruturante. Os códigos dominantes dão forma a experiência humana. O domínio (posse) destes códigos pressupõe o grau de autonomia.

Portanto, a importância do tempo recai sobremaneira para “a juventude que se situa, biológica e culturalmente, em uma íntima relação com o tempo, representa um ator crucial, interpretando e traduzindo para o resto da sociedade um de seus dilemas conflituais básicos.” (MELLUCI, 1996 p.7), ou seja, a definição do tempo passa pela apropriação de códigos culturais, e a juventude passa a ser referência.

movimento operário, mas, logo se viu, elas eram bastante peculiares. Não se baseavam em classe, mas sobretudo em etnia (o movimento pelos direitos civis), gênero (o feminismo) e estilo de vida (o pacifismo e o ambientalismo).[...] Tampouco visavam a revolução política, no sentido da tomada do poder de Estado. (ALONSO, 2009 p. 50)

Sobre a juventude e sua experiência no tempo, o autor afirma que “nesse sentido, a experiência é cada vez menos uma realidade transmitida e cada vez mais uma realidade construída com representações e relacionamentos: menos algo para se 'ter' e mais algo para se 'fazer'”(MELUCCI, 1996, p. 9).

Para Melucci, (1996) o adolescente (jovem) percebe essa ampliação das possibilidades resultantes do campo simbólico, ou seja, tudo pode ser, através da expansão do cognitivo e do emocional. Tudo pode ser conhecido, tentado, a própria reversão das escolhas e decisões, tudo pode mudar, tudo pode ser imaginado. A experiência é invadida pelo simbólico, ofuscando o tempo linear, reatualizando os limites da própria experiência.

O ponto positivo para o autor é que a juventude, desafiando tempo, mostra que ele é uma construção social e torna visível o poder social exercido sobre o tempo. O autor atribui papel central à ação dos jovens. Enquanto aplicamos e executamos o que o tempo (poder anônimo, socialização, adequação) nos decretou ou impôs, os jovens questionam para onde vamos e o porquê.

Margulis e Urresti (2000) também consideram que as leituras sobre juventude devam ser analisadas considerando a existência de sua multiplicidade, ou seja, de *juventudes*. Enfatizam a idade como um ordenador da atividade social em todas as sociedades. No entanto, esta varia de sociedade para sociedade, em relação aos ritos de passagem, propriamente culturais. As condições de adulto e a condição juvenil, como atributos divisórios da sociedade, dependem da intrincada relação entre condição social, material e cultural.

Para esses autores, se faz necessário compreender a multiplicidade de situações e verificar os marcos sociais históricos que definem o que é ser jovem em determinada sociedade.

Margulis e Urresti (2000) utilizam dois conceitos fundamentais: o de moratória social e o de moratória vital, que de acordo com determinadas circunstâncias, classes sociais por exemplo, influenciam na formação cultural dos jovens e não se apresentam igual para todos.

Para Margulis e Urresti (2000) na sociedade atual, a juventude aparece simultaneamente enquanto aspecto imaginário e representativo “la juventud no aparece 'como una edad sino como una estética de la vida cotidiana', 'Frank Sinatra o Miles Davis nunca fueron jóvenes como lo fueron The Beatles'”. (MARGULIS E URRESTI 2000, p. 16). Os autores pretendem analisar as juventudes a partir das condições simbólicas e materiais. Cada geração pode ser considerada, até certo ponto, como uma cultura distinta, pelo fato da juventude incorporar

diferentes códigos, linguagens, percepções etc, em sua socialização. Nesse ponto, entra-se em contraste com o peso das gerações mais velhas e sua importância, no conflito simbólico e material, à memória e experiência, o processo construtivo e constitutivo, Margulis e Urresti, (2000).

Para Margulis e Urresti (2000) moratória social seria tempo excedente, postergação, não fazer certas coisas ou assumir certas responsabilidades, todavia, vinculada aos processos educativos. Moratória vital, é quando se faz aquilo que só se pode fazer enquanto jovem, é o excedente vital, errar, voltar atrás, transitar culturalmente, ter vitalidade jovem, *rebelde*, e isso vai se esgotando no limite da transição socialmente construída. Para os autores, o que hoje se vende no mercado simbólico e cultural é a ideia de moratória vital, o *eternamente jovem*. Concluem que as moratórias, vital e social, variam de acordo com a combinação cultural e material; há diferenças marcantes e multiplicidades, nem todos tem acesso similar e equitativo às moratórias.

Quapper (2001) relaciona juventude(s) com a modernidade, o consumo e a produção, que são fatores modulares das sociedades contemporâneas; além de questionar os ritos de transição, e enfatizar as lutas de classificação da juventude, não como algo homogêneo, ou seja, ratifica o conceito de *juventudes*. O autor resume algumas versões sociológicas que categorizaram o conceito de juventude: primeiro a juventude como etapa da vida (transição); segundo, a juventude para se referir a um grupo social (jovens e velhos); terceiro, a juventude em relação com certos conjuntos de atitudes frente a vida (espírito jovem); quarto, a juventude vista como geração futura (futuro da nação, luta pelo poder, reprodução social, etc). Para o autor, o confronto se dá em relação à visão adultocêntrica (mundo, condição e visão dos adultos), que tende à classificação social. Essa visão tende à homogeneização; à estigmatização; à redução da complexidade social em etapas da vida, além de ver a juventude como salvadores do mundo.

Quapper (2001) sugere novos olhares para juventude. Primeiro, reconhecer as diferenças, as juventudes. Segundo, fugir ao relativismo e se ater à riqueza e pluralidade cultural. Terceiro, a juventude múltipla e plural como condição de gerar conhecimento e compreensão do social. Quarto, não se prender a conceitos generalizantes e sim conceitos dinâmicos e flexíveis para compreender as juventudes.

Novaes (2000) enfatiza que ser jovem é estar mais distante da morte (questão do tempo), ter gosto pela aventura e curiosidade pelo novo e, além de ter um lado mais propenso ao revolucionário. A autora

também considera a existência de várias juventudes e enfatiza importância da condição juvenil em relação à sociedade, ou seja “o lugar social que pessoas jovens ocupam na sociedade influi, portanto, nas maneiras como elas são ou não pensadas como jovens” (Novaes, 2000 p.47). Segundo a autora, de fato há interesses econômicos e políticos na definição de ser jovem, na delimitação de fronteiras. Não obstante, deve ser considerado: 1) o fator biológico e 2) a experiência geracional, geração não é somente cronológica é cultural. (Novaes, 2000)

Esses embates na conceitualização das Juventudes não ocorre sem disputas sociais, de poder. Ou seja, o que a juventude pode ou não fazer entra em conflito com a ideia de que ela faz certas coisas, inerentes a sua condição. O trabalho, por exemplo, é um ponto fundamental em relação a competência e a responsabilidade; trabalhar é um dos divisores que influencia na demarcação da condição juvenil.

Novaes (2000) reitera a existência de várias juventudes, recortados por socializações diversas, geográfica, econômica e cultural. Para a autora, a participação social das juventudes é positivo, pois, podem contribuir através de atividades culturais e experimentos sociais mudanças de mentalidade. Os jovens tendem a fazer outro tipo de participação política, e uma nova construção da experiência, sem discursos políticos.

Verifica-se que as juventudes pressupõe processos de transição, de ritos de passagem e da aquisição de habilidades e competências. Está em movimento. Num estágio mais contemporâneo, assumiu-se a ideia de múltiplas *juventudes*, que enfatiza a multiplicidade de relações sociais possíveis, múltiplas experiências advindas de situações sociais diferenciadas. A questão nodal da autonomia em relação à juventude, na medida em que as bases materiais cada vez mais parecem estar relegadas a um segundo plano, conforme Melucci (1996). No entanto, estas ainda condicionam hierarquias e divisões sociais, vinculadas à educação e a posse de códigos culturais distintos. Nesse sentido, é preciso diferenciar a autonomia, que é diferente para cada segmento social, e depende de condições sociais advindas dos laços de proximidade, família e escola; da autonomia de atitude e pensamento enquanto jovem.

1.3 JUVENTUDES E SOCIEDADE: INTEGRAÇÃO E AMBIVALÊNCIA

Podemos considerar a juventude, enquanto categoria social que traz em seu bojo mais que faixa etária e gradação de responsabilidades, como algo propriamente moderno. Em dois extremos podemos incitar a moderna condição: na sociedade ocidental, qual o limite para um jovem agir como adulto e, qual o limiar para um jovem pensar/expor emoções como adulto. Essa discussão, pode ser encontrada em Savage (2007) onde este descreve o (re)surgimento de um segmento social intermediário, situado entre a infância e a idade adulta, o que nos parece *comum* nos dias de hoje era algo obscuro no final do século XIX.

Groppo (2012) enfatiza que na contemporaneidade, a condição juvenil e o conceito de *juventudes* se inserem num debate sociológico que carrega uma tensão conflituosa entre, a multiplicidade cultural, o individualismo, a fragmentação social e a estrutura coercitiva geral; ou seja, as instituições, a economia e a política.

Segundo o autor, as explicações clássicas, em oposição às contemporâneas, sobre a condição juvenil e as juventudes partem de duas matrizes distintas que, de alguma forma, acabam se tocando no devir da história. Teríamos dois modelos centrais, o funcionalista e o da moratória social. A questão de fundo é a seguinte: como explicar a socialização da juventude, a integração, a adaptação, a rebeldia ou delinquência, as manifestações pró e contra política a partir destes modelos?

Para o autor, a raiz funcionalista, em geral, parte do princípio de integração, e todo padrão desviante se insere na disfunção ou anomia. Enquanto, a moratória social, pressupõe ser mais progressista (reformista e desenvolvimentista), propondo a separação de papéis sociais, com ênfase no tempo de experimentação dos jovens, ou seja, uma fase de experiência e vivências (antes de adentrar no mundo adulto). Pressupõe certa liberdade e construção de autonomia.

Na contemporaneidade, com o esfacelamento das instituições tradicionais, haveria mais dispersão social e por conseguinte, uma nova aglutinação, a partir do compartilhamento de novas identidades culturais. Todavia, em última análise, verifica-se a ideia de identidade e autonomia criados a partir destas microrrelações.

Para Groppo (2012) as duas teorias se tocam em relação à integração, pois segundo o autor, as análises de cunho multicultural, mais multifacetadas e microssociais esbarram sob um olhar mais macro “a partir de condições, processos e estruturas de caráter mais amplo e

geral, principalmente as de cunho político e econômico; [...]” (GROPPO, 2012 p. 24). Portanto, os dois modelos, por assim dizer, o funcionalista e o progressista, esbarram na problemática da integração social. O autor considera que, a partir dos anos 1970 (outras interpretações sócio-históricas) puseram em cheque as visões mais progressistas. Em suma, pelo desenvolvimento do capitalismo tardio, da fragmentação, do imediatismo, do instantâneo. Segundo o autor, tem-se um embaralhamento entre infância e juventude, uma confusão de onde começa um e termina o outro.

Há de certa forma, na atualidade, uma exacerbação da juventude como signo, uma juvenilização da vida. Embora Margulis e Urresti (2000) afirmem que juventude é signo mas não apenas signo, admitindo fatores macroestruturais nas microrrelações (recuperar a materialidade e historicidade), estes não escapam ao caráter difuso da condição juvenil, e até ufanista da juventude, como potência. Não seria falta grave recorrer ao estudo da juventude a partir de uma economia simbólica e material, de consumo e atitudes, ou seja, “entre muitas conclusões advindas destas concepções, destaca-se a ideia de que as categorias etárias se tornam cada vez mais ‘estilos de vida’” a juventude torna-se parte da vida humana, assume identidade cultural própria” (GROPPO, 2012 p. 13).

Em síntese, para o estudo da juventude, dois movimentos dentro das Ciências Sociais são observados

“1. a tentativa de superação da ideia de juventude como socialização ou preparação para vida adulta, substituída pela ideia de que a juventude se torna um ‘estilo de vida’ em si mesmo.”

“2. a tentativa de repensar os modelos modernos de rebeldia juvenil [...] interpretados como ‘culturas’ ou ‘subculturas juvenis’” (GROPPO, 2012, p. 13/14)

Gropo (2012) propõe uma concepção dialética “condição que congrega o duplo movimento de integração social e autonomia juvenil” (GROPPO, 2012 p. 14). Ou seja, a relação entre sociedade e indivíduos e grupos juvenis pressupõe que “esta relação é dialética, ou seja, fundada numa contradição entre o movimento da integração/socialização e o movimento da autonomia/criatividade.”(GROPPO, 2012 p.20). Portanto, “essa contradição se expressa, historicamente, em ações de institucionalização da juventude, seguidas ou precedidas de ações ou resistências dos

indivíduos e grupos, que são considerados ou se assumem como jovens” (GROPPO, 2012 p. 20).

Para concluir, Groppo (2012) põe em questão o próprio conceito de *juventudes*, ou seja, nem todos vivem a 'pós modernidade' e, portanto, haveria simultaneamente *juventude* e *juventudes*. (GROPPO, 2012 26). O fato é que, aqueles economicamente desfavorecidos (que inclui renda, educação e acesso à bens de serviço básico) e que dependem do Estado para garantir direitos sociais básicos tendem receber, mesmo que não seja visível num primeiro instante, a *homogeneização*, típica da função *integralizadora*.

Portanto, a juventude enquanto conceito sociológico, parece não responder mais às concepções integradoras, tampouco às leituras sobre a multiplicidade/pluralidade. Embora se enfatize as diferenças nas constituições dos segmentos juvenis, em última análise, ainda está em aberto o conceito de transição (do mundo dos jovens ao mundo dos adultos).

O 'eternamente' jovem reforça uma condição simbólica, um estilo de vida, que pode ser consumido, embora de forma desigual na sociedade. Portanto, a juventude como estilo de vida na contemporaneidade, deixa turvo os limites da transição para o mundo dos adultos, deixando ambíguo e contraditório as delimitações de transição. O espírito eternamente jovem é típico da fragmentação social na modernidade gerida pelo consumo de símbolos e estetização da vida.

Não obstante, a juventude é um segmento social real que busca se afirmar como tal, e portanto, busca legitimar ante a sociedade seu *status* característico, através de ações e discursos, ganhar visibilidade e ocupar lugar no mundo. Tomemos o exercício de imaginação sociológica no qual

A melhor maneira para se avaliar quais aspectos da vida social resultam da existência de gerações é fazer a experiência de imaginar o que seria a vida social do homem se uma geração vivesse para sempre e não se seguisse nenhuma outra para substituí-la. (MANNHEIM, 1982 p. 73)

Para Mannheim (1982) se não houver transitoriedade das gerações, somente haveria nascimento, envelhecimento e morte. A sociedade perderia sua dinâmica, correndo o risco de se tornar

estática¹². A definição da juventude, os limites entre jovens e adultos, a transição ou mesmo a substituição de uma geração por outra nos colocam questões sobre a natureza da mudança social. A juventude é conceito polissêmico em contenda.

A manipulação do conceito de juventude (BOURDIEU, 1983), é uma questão que envolve um conflito de gerações. Uma luta para a definição do que é ser jovem. Também, a juventude está vinculada a questões socioeconômicas, da divisão do trabalho social, da preservação da herança (econômica e cultural) da reprodução social. Em relação à integração, considerando que este processo não possa ser descartado, vemos que o retorno às condições biológicas reverberam em pré-conceitos sociais explícitos em experiência e responsabilidade: O 'eterno jovem' não poderia ser irresponsável, mesmo tendo espírito jovem. O jovem empreendedor deve ser responsável, assim como o jovem político.

1.4 JUVENTUDE E POLÍTICA: *EXPERIÊNCIA*.

Podemos considerar a experiência como uma das questões centrais na definição das *juventudes*, enquanto categoria social. Experiência tende a ser um dos principais elementos constituintes da biografia, da história de vida, e também, do profissionalismo político, entre outros.

Walter Benjamin (1984), coloca a experiência em oposição a jovens e adultos “em nossa luta por responsabilidade enfrentamos um mascarado. A máscara do adulto chama-se experiência. Ela é inexpressiva, impenetrável, sempre igual” (p.23). O autor enuncia um conflito de socialização, em que o adulto já foi jovem outrora, mas, foi rendido pela experiência, tornara-se um “filisteu”, conotação pejorativa na Alemanha do século XIX, que atribuía caráter pusilânime, falta de inventividade e excesso de acomodação etc., além de o adulto ostentar superioridade, por ter suportado coisas na vida em toda sua brutalidade (BENJAMIN, 1984). Para o autor, “a experiência se tornou o evangelho do 'filisteu' porque ele jamais levanta os olhos para as coisas grandes e plenas de sentido; a experiência se torna para ele a mensagem da vulgaridade da vida” (BENJAMIN, 1984, p. 23) Para o filósofo, existem outras coisas além da experiência engessada, pois, o espírito jovem

12 Mannheim (1982) diferencia sociedades estáticas de dinâmicas, a primeira tem características tradicionais, pouco complexas. A segunda características da complexa sociedade moderna.

busca a verdade mesmo que ela não seja encontrada. Podemos dizer que é inquieto, utópico ou mesmo revolucionário.

Portanto, para o autor a geração mais velha (adultos), se ampara na experiência como *trunfo*, desqualificando sistematicamente a juventude “Nada é mais odioso ao filisteu que os 'sonhos da juventude'. (E amiúde o sentimentalismo é a camuflagem desse ódio).” (BENJAMIN, 1984 p. 25). Assim, a juventude se torna uma lembrança incômoda, por isso combatida. O jovem é amável o filisteu intolerante. (BENJAMIN, 1984).

Mannheim (1982) faz uma comparação entre situação de classe e geração. Cada geração entra diferentemente em contato com a cultura acumulada, o *contato originário*. Já vimos que esse contato é limitado, não é possível assimilar todo o universo cultural de uma sociedade. Sendo assim, a diferenciação social contida na teoria das gerações, que são compostas por jovens (juventude atual) e os velhos (gerações mais velhas). A situação etária “é determinada pelo modo como certos padrões de experiência e de pensamento tendem a ser trazidos à existência pelos *dados naturais* da transição de uma para outra geração” (MANNHEIM, 1982 p. 73). Ou seja, a substituição de uma por outra geração é menos inevitável do que conflitiva: conflito de experiência na assimilação desigual derivada do contato originário.

Para o autor, há dois modos como a experiência passada pode ser incorporada ao presente: 1) através de modelos conscientemente reconhecidos. 2) com padrões inconscientemente condensados. O primeiro, no reconhecimento histórico de certas ações e condutas, o segundo, como um hábito, automático, que em determinadas condições opera como potencialidade de ação. Ou seja, a incorporação em relação à memória social, segundo o autor, podem ser apropriadas ou adquiridas pessoalmente ou inconscientemente, por outros meios. A memória social enseja padrões de interpretação da experiência e da reflexão sobre as coisas. As impressões do contato com a cultura acumulada a partir da sua acumulação primária (diferenciada e parcial) tendem a gerar visões naturais do mundo. As experiências não são acumuladas por adição e sim por um processo dialético, sua socialização no contato original com o mundo conhecido de fato.

Portanto, segundo o sociólogo alemão, os problemas atuais se tornam problemas imediatos da juventude que os vive a partir do contato original, e para os mais velhos estes se articulam a problemas com suas experiências acumuladas. Portanto há diferenças muito grandes na visão social sobre o mundo a partir das gerações. A juventude pode apreciar conscientemente certa desestabilização social quando aglutina a

constituição de suas novas experiências, e ao se tomar partido desta, construir sua própria experiência.

1.5 A PROBLEMÁTICA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E AS JUVENTUDES

Questão fundamental entre Juventude e Política neste trabalho é a sua relação com as Políticas Públicas de Juventude (PPJ), portanto, a partir do conceito de *juventudes* discutiremos as PPJ enquanto mecanismos de elaboração de políticas específicas e qual a natureza sociológica das PPJ a partir da teoria de Campo Político (BOURDIEU, 2011, 2009, 2007).

Entende-se que a definição de PPJ, assim como o do conceito de juventude, surgem de um processo conflitivo, onde está em jogo a própria definição de hierarquias e classificações advindas do mundo social. Assim, os limites e as aspirações simbólicas e materiais estão em constante embate e divisão. Considerando a *divisão* do mundo social e a sua conceitualização veremos algumas definições das PPJ. Segundo o relatório do IBASE e POLIS (2005) um PPJ é

o conjunto de princípios, estratégias e ações que contempla as distintas realidades dos (as) jovens, estabelecendo seus direitos e responsabilidades e afirma suas identidades e potencialidades. A política é pública quando pertence a todos (as) e é construída por toda a sociedade. Assim, as políticas devem criar condições para que os (as) jovens participem da vida social, econômica, cultural e democrática do país. (IBASE e POLIS, 2005, p. 8)

Para a UNESCO (2004) na definição das PPJ prevalece a ideia de “*juventudes*” e a interação articulada na premissa DE/PARA/COM juvenudes (UNESCO 2004) que em linhas gerais significa: “De” jovens, como multiplicidade geracional, etnia, gênero e classe; “Para” os jovens, com as garantias jurídico/legais e de execução orçamentária do Estado e “Com” os jovens sendo uma articulação entre instituições, atores adultos e jovens e sua interação e o investimento na participação social e política do jovem. Com isso compõe-se o quadro de participação na formulação de políticas sociais para juventude. Ou seja, segundo a UNESCO (2004) as políticas sociais para juventude são formuladas a partir de um diálogo democrático dentro destas esferas de

conflito, na “interação” simétrica entre atores jovens e adultos sob a supervisão do Estado.

Em relação à ação do Estado na formulação e aplicação das políticas públicas para juventude, especialmente na América latina, sempre indicou um Estado intransigente. Como máxima instituição política nas sociedades industrializadas, detendo poder de coação, de criação de leis e de implantar políticas públicas (ABAD, 2002). Em seu viés social, o Estado tende a reproduzir as relações sociais de dominação, incluindo relações de classe social, cultura política, região, gênero, etnia e geração. Abad (2002) aponta que a política, na medida do possível, está baseada na capacidade social de questionamento e reflexão das instituições já estruturadas. No entanto, esta capacidade passa pelo empoderamento de setores sociais, num inevitável conflito entre posições políticas hegemônicas com setores e grupos sociais dispostos a transformar as estruturas institucionais.

Segundo o mesmo autor, a divisão conceitual entre *politic e policy* podem indicar pistas sobre a construção das PPJ. *Politic* refere-se a luta por poder e busca de acordos para governabilidade e *Policy* refere-se a programa de ação governamental, que tem conotações mais técnicas e administrativas. O propósito desta exposição é afirmar que na América latina, estas duas formas de ação política encontram-se imbricadas, diluídas numa só política localizada no âmbito do Estado. Considerando que *politic e policy* na América Latina são duas faces da mesma moeda, estando imbricadas as duas dimensões em sua prática política, a definição de Políticas Públicas passa por alguns pontos: Política Pública representa o que um governo pode ou não fazer em determinada situação; é a forma de concretização da ação do Estado, portanto as políticas públicas são um instrumento valioso de dominação; supõe uma mudança social explícita ou não; e estas decisões são o resultado da junção de uma racionalidade técnica e uma racionalidade política. Vejamos que, na América Latina estas duas racionalidades não estão visivelmente demarcadas, Abad (2002).

Temos assim grandes espaços tempos onde podemos generalizar as PPJ, como reação a problemas políticos específicos, ou seja:

As primeiras medidas de PPJ foram a ampliação do acesso à educação e o uso do tempo livre para os jovens (1950-1980) visando a preparação para o mercado de trabalho produtivo e por conseguinte para a vida adulta. Estas eram vinculadas ao modelo econômico de desenvolvimento que tinha premissas integralizadoras, Abad (2002).

A segunda foi o que o autor chama de controle social de setores juvenis mobilizados (1970-1985), vinculados principalmente aos movimentos estudantis, associações religiosas, associações urbanas e rurais, entre outros, geralmente atuando junto com setores progressistas da sociedade. Estes jovens estavam muito vinculados às idéias de emancipação econômica e social, e se depararam com respostas repressivas materializadas em ditaduras militares por quase toda América Latina, Abad (2002).

Um terceiro momento entre (1985-2000), onde as PPJ visavam o enfrentamento da pobreza e a prevenção dos delitos, em suma causados pelas crises econômicas que assolaram a América Latina nos anos 80, que obrigaram governos a desenvolver políticas de contenção, em que os jovens eram os mais atingidos; estas políticas tinham caráter mais geral em seus enunciados, ou seja, as ações para o segmento jovem estavam implícitas nestas políticas, Abad (2002).

Por último, a inserção laboral dos jovens excluídos (1990-2000), cujo foco foi direcionar especificamente políticas públicas para juventude em situação de risco e excluídos do mercado, políticas de inserção social através da educação e da técnica, Abad (2002).

Os problemas centrais debatidos nos modelos acima descrevem em linhas gerais os aspectos estruturais (políticos e sociais) e a conjuntura histórica, econômica e cultural, que refletem a exclusão dos jovens na América Latina, e indica a herança das PPJ em remediar situações, buscando facilitar a transição e integração dos jovens ao mundo dos adultos.

No caso do Brasil, as políticas públicas de juventude, aparecem paulatinamente no contexto histórico de afirmação da própria juventude enquanto segmento social portador de direitos específicos. O aparecimento das Políticas públicas de juventudes visando um segmento social que representa uma condição juvenil; condição social específica de uma parcela da sociedade, tem como objetivo conferir direitos antes negados, em suma, por sua própria condição de *inexistência* ou invisibilidade ante as concepções políticas do Estado.

Segundo Sposito (2003) a primeira expressão de PPJ no Brasil remete ao conceito de “juventude problema”. O modelo econômico-social baseado na industrialização e no desenvolvimentismo, e, a necessidade de agregar mão de obra para suprir a divisão do trabalho deste modelo, suscitou o surgimento de políticas de universalização da educação com objetivo de preparar o jovem para o mercado de trabalho e integrá-lo ao mundo dos adultos. Nesse caso, as Políticas Públicas de educação tiveram as seguintes consequências: ao preparar o jovem para

um futuro adulto, concede-lhes tempo extra ou tempo livre, a chamada *moratória social*¹³, que é o tempo de postergação das responsabilidades do mundo dos adultos que serviria para desenvolver as aptidões necessárias para assumir estes postos de trabalho.

No entanto, nem todas as juventudes tiveram igualmente esse acesso à educação tampouco à *moratória social*. Para os mais economicamente desfavorecidos, a moratória social se transforma em ócio ou trabalho compulsório e não em treinamento, descobertas, aprendizados e vivências etc, vinculados à escola. Portanto, este tempo, na maioria das vezes, passa a ser subjugado pelo imperativo da necessidade material fazendo os jovens trabalharem em subempregos, forçando-os a abandonar a juventude enquanto construção simbólica e pular diretamente no mundo dos adultos. Neste pulo pode se encontrar a delinquência, as drogas, a violência, a maternidade e paternidade precoce, entre outros. Quando isto foge ao controle social e doravante político e vai assumindo espaço na mídia e na opinião pública, neste longo processo, a juventude é vista como problema social na medida em que ela não possui condições de transpor os limites entre o mundo dos jovens e o dos adultos de maneira *harmônica*, criando situações de rebeldia, delinquência e violência, segundo Sposito

É preciso reconhecer que, histórica e socialmente, a juventude tem sido considerada como fase de vida marcada por uma certa instabilidade associada a determinados “problemas sociais”, mas o modo de apreensão de tais problemas também muda. (SPOSITO, 2003 p.19)

Portanto, a autora busca subtrair a ênfase da naturalização da juventude como problema social e aponta que estas questões são socialmente construídas. Nesse sentido, as PPJ que

A partir de 1990 eram orientadas sob a ideia de risco social, problemas reais, identificados principalmente na área da saúde, da segurança pública, do trabalho e do emprego, dão a materialidade imediata para se pensar as políticas de juventude sob a égide dos problemas sociais a serem combatidos. (SPOSITO *apud* RUA, 2003, p. 21).

13 Este conceito está bem desenvolvido no trabalho de Margulis M. **La Juventud es más que una palabra**: ensayos sobre cultura y juventud. Buenos Aires, Biblos. 2000

Essa afirmação indica quão recente é a ideia de juventude enquanto categoria portadora de direitos, e enfatiza os problemas estruturais causados pelas múltiplas dificuldades de integração social dos jovens causados pelo Estado, pelo modelo econômico e pela sociedade aos quais os jovens precisariam enfrentar para transitar para a idade adulta.

Neste desajuste causado pelo não uso educacional, recreativo e formativo do tempo livre proposto pelo Estado através da universalização da educação, há uma redefinição e a busca de suprir esta deficiência através PPJ específicas nesta área

Isso se expressa, por exemplo, na criação de programas esportivos, culturais e de trabalho orientados para o controle social do tempo livre dos jovens, destinados especialmente aos moradores dos bairros periféricos das grandes cidades brasileiras. (SPOSITO, 2003, p.21)

Portanto, a definição de Políticas Públicas de Juventude, segundo Sposito

Em sua acepção mais genérica, a ideia de políticas públicas está associada a um conjunto de ações articuladas com recursos próprios (financeiros e humanos), envolve uma dimensão temporal (duração) e alguma capacidade de impacto. Ela não se reduz à implantação de serviços, pois engloba projetos de natureza ético-política e compreende níveis diversos de relações entre o Estado e a sociedade civil na sua constituição (SPOSITO 2003 P. 17)

Ademais, as PPJ envolvem a dimensão do conflito social, “Situa-se também no campo de conflitos entre atores que disputam orientações na esfera pública e os recursos destinados à sua implantação. É preciso não confundir políticas públicas com políticas governamentais.” (SPOSITO, 2003 p.17). Esta dimensão perpassa o campo das políticas de juventude e enseja um conflito político institucional na medida em que

[...] de toda a forma, um traço definidor característico é a presença do aparelho público-estatal na definição de políticas, no acompanhamento e na avaliação, assegurando seu caráter público, mesmo que em sua realização

ocorram algumas parcerias. (SPOSITO, 2003 p.17).

Em suma, esta perspectiva enfatiza que as Políticas Públicas perpassam o campo político estatal e a sociedade civil como espaços de articulação e formulação, num conflito sociopolítico inevitável, mas possível de gerar resultados a partir da presença definidora do aparelho público estatal. Mesmo com a presença do aparelho estatal, no que concerne a construção de PPJ, é preciso considerar que tanto os problemas quanto as demandas dos jovens

Estão relacionadas com questões (re)distributivas mais gerais da sociedade excludente quanto com questões de reconhecimento e valorização de sua diversidade e, ainda, evocam a dimensão participativa, de grande importância na fase da vida em que se passa da infância para a vida adulta e se busca emancipação. (NOVAES, 2009, p.19).

Quanto a classificação das Políticas Públicas que atingem os Jovens de alguma maneira, neste trabalho considera-se a) Políticas *universais*, políticas setoriais dirigidas a toda a população, inclusive aos jovens. b) *Atrativas*, aquelas que não são dirigidas apenas aos jovens, mas têm especial incidência sobre eles: seja por afinidade com a natureza da política. c) *exclusivas*, aquelas voltadas apenas para uma faixa etária predefinida, no caso dos jovens hoje entre 15 e 29 anos. Sejam estas na área de educação, trabalho, desenvolvimento social, saúde, cultura, migração, segurança, via de regra, constituem-se em programas e ações emergenciais para jovens excluídos ou em situações de exclusão desfavorável. (NOVAES, 2009).

Temos que as PPJ em relação a Juventude primeiramente, se orientavam em contornar problemas sociais associados à juventude, ou à condição de certos jovens, protagonistas dos problemas sociais. Uma maneira foi orientar as PPJ para os jovens como uma ferramenta que auxiliasse a passagem para o mundo dos adultos, com viés intergeracional, socializador e integralizador. Atualmente, o que ainda está em curso são as PPJ que se orientam para a juventude como portadora de direitos (sociais e políticos), e por viverem uma condição juvenil própria caberia ao Estado proteger esta condição. As PPJ que se orientam nesse sentido pressupõe o empoderamento juvenil, o reconhecimento de setores juvenis antes invisíveis e, que as juventudes a partir do protagonismo político desenvolvam junto com o Estado

alternativas emancipadoras tornando-se portadores de direitos e deveres, atuando como atores estratégicos nos caminhos da cidadania e do desenvolvimento socioeconômico da sociedade brasileira.

1.6 CONSELHOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Considera-se aqui os Conselhos de Políticas Públicas em relação ao campo de forças do jogo político, espaços em que a discussão das PPJ implicam a articulação sociopolítica em diversos níveis do campo do poder político, de participação sociopolítica no âmbito estatal, onde os conselhos participativos surgem como mediadores, como espaços constituintes de uma abertura à diversidade de opiniões e visões de mundo advindos da realidade social e da vida ordinária.

Segundo Teixeira (2007) após a CF de 88 os conselhos passam a fazer parte do arranjo institucional da democracia brasileira. Reivindicam participação e controle social por parte da sociedade civil junto às tomadas de decisão do Estado. Portanto é um espaço de participação social na esfera estatal, no que tange aos assuntos de natureza política. Segundo a autora eles se classificam em a) Conselhos de Programas, geralmente compostos por membros da sociedade civil e com vistas à operacionalização de ações governamentais específicas, como exemplo o FUNDEF, Fundo Nacional para o Desenvolvimento do Ensino Fundamental. b) Conselhos de Setores ou segmentos sociais, compostos por sociedade civil e poder público para cobrir temas específicos como direitos humanos, políticas destinadas à populações específicas e setores da sociedade tais como a população negra, mulheres, juventude etc. c) Conselhos de Políticas públicas, voltados formulação, implementação e monitoramento de políticas universais presentes nas três esferas da federação, união, estados e municípios. Segundo Teixeira (2007) estes são os mais difundidos pois, se apresentam como requisito para obter recursos destinados às políticas setoriais, como saúde, assistência social e para crianças e adolescentes. Neste caso existem regras na legislação nacional que os governos tem que respeitar.

No entanto, segundo Teixeira (2007) a maioria da população desconhece essa forma de participação. Ressalta o risco da composição mista, entre sociedade civil e poder público, fazendo com que os conselhos passem a ser apenas legitimadores de determinada gestão política. Portanto, indica que deve haver mais visibilidade do funcionamento dos conselhos, para haver mais controle público.

Encerra-se também a necessidade de questionar o caráter consultivo e deliberativo dos conselhos, considerando estes pontos-chave para a ampliação da participação democrática.

O Conjuve, Conselho Nacional de Juventude configura-se como um conselho consultivo¹⁴. Ou seja, oferece recomendações e sugestões sobre as diretrizes e perspectivas das políticas públicas e do orçamento em matéria de PPJ. Funciona como conexão entre sociedade e Estado, no qual suas objeções e recomendações não são necessariamente acatadas pelo poder público. Diferente dos conselhos normativos, como o Conselho Nacional de Educação, o caráter normativo sugere que este conselho pode expedir resoluções, portarias e deliberações. Já os deliberativos, como o CONANDA Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, permite que os conselheiros participem das decisões, como determinar a execução de uma política pública.

Abramovay (2001) a propósito dos conselhos gestores, indica duas questões importantes. A primeira, é que os estudos indicam a submissão desse espaços ao poder local, que influencia na sua composição e funcionamento, ao mesmo tempo que é unânime o reconhecimento do potencial de transformação política que os conselhos encerram. A segunda, é que estes espaços trazem para o espaço público temas até então distantes ou ausentes do controle social, e ao mesmo tempo aproxima profissionais da política e pessoas que não estão habituadas com o cotidiano político, ampliando a discussão sobre recursos públicos. Apesar de tratar especificamente dos conselhos de desenvolvimento rural, o autor explicita as controvérsias na atuação e composição dos conselhos, ou seja, a uma tendência à burocratização dos conselhos, sendo instrumentos de dominação do poder local no que tange ao recebimento de recursos do governo, e que sua composição demonstra inexperiência frente aos desafios requerido pelos conselhos.

Avritzer (2007) considera que a participação política no Brasil democrático está marcada pela:

Ampliação da presença da sociedade civil nas políticas públicas e o crescimento das chamadas instituições participativas. Do lado da sociedade civil, diversos atores pertencentes a esse campo político reivindicaram, desde o final do período autoritário, uma maior presença em instituições encarregadas da deliberação sobre políticas

14 *Conselhos de Juventude: fortalecendo diálogos, promovendo direitos* (2010, p 11) disponível em www.juventude.gov.br acesso em 2012

públicas nas áreas da saúde, assistência social e políticas urbanas (AVRITZER, 2007 p. 443).

Assim, o fato da ocupação dos espaços institucionalizados estarem permeados por conflitos em relação a natureza da participação e a qualidade da representação, indica que a participação apenas pelo voto estaria em gradual modificação pois, “o futuro da representação eleitoral parece cada vez mais ligado à sua combinação com as formas de representação que têm sua origem na participação da sociedade civil.” (AVRITZER, 2007, p. 459). Se essa assertiva estiver correta, ela pode apontar à tendência dos espaços participativos acirrarem cada vez mais as disputas políticas.

Almeida e Tatagiba (2012) argumentam que os conselhos, para manterem suas expectativas democratizantes, deveriam ampliar sua audiência pública no Estado e na sociedade criticando a rotina burocrática que hoje dominaria os conselhos. As autoras demonstram que os conselhos inegavelmente vinculam-se à democracia participativa, num espaço institucional, que aproxima sociedade civil e Estado. Não obstante, apresentam uma crítica que recai sobre a baixa influência dos conselhos no jogo político. Indicam que os conselhos tender a ser alvos de disputas políticas, onde se joga um jogo próprio, não se atendo as demandas sociais e que estes, aparentemente, deveriam ser os canais de acesso. Apontam também a resistência do governo em partilhar decisões políticas e os conflitos entre sociedade civil e governo no que tange a capacitação política, um conflito entre as esferas Institucional e societária.

Segundo *Kauchakje (2008)* o processo de participação institucionalizada, em espaços como conselhos, impele alguns movimentos sociais a se retirarem da arena política, por se julgarem sem poder de voz, ou, não serem considerados. Indica que há um tipo de seletividade, típica de espaços em disputas, controlados a partir de questões de influência, profissionalismo e competência. Além da influência do Estado, ou seja

A depender do grau de autonomia e da politização dos representantes no conselho, estes podem servir mais à legitimação das decisões governamentais, no processo de gestão de políticas públicas, do que ao empoderamento da sociedade civil no controle e direcionamento do Estado (Fuks e Perissinotto, 2006 apud KAUCHAKJE, 2008)

O conflito sociopolítico em relação aos conselhos de política públicas, implica descrever as características do campo das Políticas de Juventude como campo de poder, de jogo de forças; espaço objetivo de posições sociais que implicam em práticas hierarquizantes e de divisão do trabalho político.

Situando a problemática da representação dentro dos conselhos, neste contexto, os conselhos denotam um tipo de representação em que participação política pode ser visualizada através de organizações da sociedade civil (LUCHMANN, 2007). A problemática da representação enseja que os Conselhos Gestores de Políticas Públicas

Constituem-se experiências exemplares nesse sentido. Nestes, a relação imediata entre organizações da sociedade civil e defesa de direitos dos setores excluídos vem tornando quase que automático o vínculo entre sociedade civil, participação e representação, o que requer uma maior problematização acerca do grau de legitimidade da representação destes atores no interior destes espaços.(LUCHMANN, 2007p. 149)

Sendo assim, é possível que a premissa da legitimidade representativa, inscrita no conselho de juventude, indique a possibilidade do debate acerca das PPJ vir a ser o portador das bases discursivas legítimas, pois

No caso dos Conselhos Gestores, sua institucionalização, resultado de uma trajetória de lutas de diferentes segmentos sociais, apresenta uma natureza jurídica que imprime um caráter legal ao seu status deliberativo na definição, decisão e no controle das principais diretrizes e ações governamentais nas diferentes áreas de políticas sociais.(LUCHMANN, 2007, p. 145)

Este processo de legitimidade adquirido na composição de um conselho nacional, contribui na compreensão da natureza estruturante do CPPJ do qual o Conjuve faz parte uma vez que

Os conselhos gestores de políticas públicas são conselhos amparados por legislação nacional e apresentam um caráter decisório (de política pública) mais estruturado e sistêmico, sendo previstos de atuarem nas três esferas

governamentais (município, estado e no plano nacional). (LUCHMANN 2007, p.151)

Uma das atribuições do Conselho Nacional de Juventude é fomentar a criação de conselhos estaduais e municipais a partir de seu molde¹⁵. Na perspectiva de uma Política Nacional de Juventude, a atuação nas esferas dos estados e municípios, a partir da imagem do Conselho Nacional de Juventude reforça um modelo de ampliação e reprodução do Conselho enquanto esfera e espaço político legítimo e modelo a ser seguido. Não obstante, considera-se atualmente as organizações de conselhos e sua composição como

Atribuições legalmente estabelecidas no plano da formulação e implementação das políticas na respectiva esfera governamental, compondo as práticas de planejamento e fiscalização das ações. São também concebidos como fóruns públicos de captação de demandas e pactuação de interesses específicos dos diversos grupos sociais e como uma forma de ampliar a participação dos segmentos com menos acesso ao aparelho de Estado (Comunidade Solidária/IBAM/IPEA. *Apud* LUCHMANN, 2007, p. 152)

Todavia, na análise do CPPJ, de modo geral, o Conjuve tende a aparecer simultaneamente como espaço principal e alternativo da participação, uma vez que, tende-se a pensar que dentro do amplo campo da política não se tem muito espaço para participações desvinculadas das formas tradicionais de ingresso na política.

1.7 O CAMPO POLÍTICO DE PPJ

O campo político, também chamado de campo de forças do jogo político, tem seu peso conceitual na constatação da posse desigual de bens simbólicos, originários na sociedade, como educação, tempo livre e poder econômico, sendo reorientado e reproduzido nesse campo específico (BOURDIEU, 2009, 2007). Portanto, a posição ocupada pelos agentes no campo indica que estes possuem certas habilidades, visões, opiniões e pensamentos que se desdobram no espaço social, e, sobretudo, aparecem como habilidades naturalizadas. Ou seja,

15 <http://www.juventude.gov.br/conjuve/documentos/conselhos-de-juventude-fortalecendo-dialogos-promovendo-direitos> (pp. 12-13)

habilidades sociais conseguidas e acumuladas desigualmente, aparecem sugerindo a ideia de que foram conquistadas apenas pelo esforço individual, reproduzindo a *experiência* acumulada como algo originado de condições de igualdade. O conceito de Campo Político se orienta a partir de uma leitura crítica para a desnaturalização das posições internamente organizadas e hierarquizadas no CPPJ, indicando fatores de classificação e desigualdade na divisão do trabalho político.

O conceito de Campo, e mais especificamente o Campo Político, enquanto espaço de produção simbólico, engloba a crença, a ideologia, o gosto, as percepções, a linguagem e os discursos, além da produção e reprodução da vida ordinária, dos bens simbólicos e culturais e dos bens materiais, do consumo, da diferenciação social em geral. A política, a religião, a economia, a arte, a educação estariam inseridas nestas estruturas apresentando realidades definidas. Portanto, “o conceito de campo é utilizado por Bourdieu, precisamente para se referir a certos espaços de posições sociais nos quais determinado tipo de bem é produzido, consumido e classificado”, (NOGUEIRA, 2004 p. 36). Refere-se a um espaço social estruturado e autônomo, possui uma economia própria, ou seja, uma divisão do trabalho própria em seu interior. Assim, a noção de campo pode ser considerada uma estrutura objetiva, dentro do qual se trava um embate pelo poder simbólico, que é o poder que está na base do princípio gerador do próprio campo, Bourdieu (1996).

Tratar uma ação como algo político, antes de tudo, é admitir a existência de um “microcosmo” relativamente autônomo que produz uma dominação simbólica, e assegura uma dominação (reprodução) material na vida ordinária, onde essa ação específica é orientada, conformada e tem força de sentido. Partindo do pressuposto que tal espaço de relações de força política causam efeitos na vida ordinária, ao mesmo tempo em que impede que *cidadãos comuns* tenham acesso ao jogo que se joga no interior do campo, significa a existência de *profissionais da política*, configurando uma dominação político-social fundada na acumulação desigual de habilidades sociais. No entanto, a estrutura do campo político sofre um duplo efeito externo, em relação à opinião pública (geralmente jornalistas políticos e especialistas) e o “veredito” dos *leigos* (BOURDIEU, 2011). Isto é o que impediria o fechamento total do campo político, sua total autonomia. Há uma relação dialética entre os que estão dentro e os que estão fora do espaço do jogo, que interfere no funcionamento campo político.

Ao considerar o relativo fechamento do campo político, Pierre BOURDIEU não deixa de se

aperceber de que a própria visibilidade de eventuais manifestações sociais se converte numa considerável força política. Ouve-se frequentemente falar de política, mas esta não é fácil de pensar. A familiaridade com a política constitui um obstáculo ao conhecimento do mundo político. Há maneiras conformes e não conformes “à ortodoxia, à doxa do campo político”. A política é um universo onde o simbólico é importante. As forças políticas são simbólicas na medida em que são “jogos que põem em ação a força das representações, a força das ideias” (FERNANDES, 2006 p.89).

Dentro de um Campo Político, a tomada de posição, as ações orientadas se referem às posições objetivadas e ocupadas no interior do campo. O sentido de existência do próprio campo, o seu princípio gerador está *nas* ações e *pelas* ações de seus agentes em clara referência ao que se produz dentro do campo (ação política), em sentido específico, a concorrência, o tipo de jogo que se joga é o jogo do campo (BOURDIEU, 2009). As relações sociais são relações de sentido, que se inscrevem em campos específicos. O campo é lugar da divisão do trabalho social constitutiva de cada campo, no qual há uma hierarquização baseada na acumulação e na “crença” individual dos valores sociais inculcados pela sociedade. Portanto, escamoteia-se estes princípios de hierarquização, tomando o pressuposto de eles estarem “naturalizados”, e serem reproduzidos amiúde, consciente ou inconscientemente pelos atores sociais, Bourdieu (2009; 2007)

Uma vez estabelecido a **divisão do trabalho político**, estabelecidas as posições objetivas dos agentes dentro de um campo político temos o embate entre forças, onde

O campo político é pois, o lugar de uma concorrência pelo poder que se faz por intermédio de uma concorrência pelos profanos ou, melhor, pelo monopólio do direito de falar e de agir em nome de uma parte ou da totalidade dos profanos. (BOURDIEU 2007 p. 185).

Existem duas categorias de agentes, os profissionais da política, internos ao campo que estão em relação de força para determinar a própria organização do campo e os “profanos”, os que estão fora do campo, mas mantêm uma relação importantíssima, pois: os profissionais

precisam deles (leigos), pois ele consomem os produtos de salvação política, Bourdieu (2007). A existência desta categoria de agentes justifica a existência dos profissionais da política, pois em última análise é a grande divisão do trabalho social, com base em disponibilidade de *tempo livre* e na *educação* que são imprescindíveis para se dedicar à política, Bourdieu (2011).

Como estrutura estruturada o campo distribui os agentes em suas posições objetivas dentro do campo, interpela seus agentes, questiona suas ações, obriga o exercício de certas funções relativas somente ao próprio campo. Como estrutura estruturante, o campo fornece os princípios geradores das ações exteriorizadas que modificam sua própria estrutura. Possui uma dualidade sóbria, tende a reprodução, mas ao mesmo tempo se transforma, no entanto internamente, pois:

O campo político é definido em relação aos acontecimentos que ocorrem no interior do mundo dos profissionais chamados políticos. Segundo o sociólogo francês, “como há universo da arte, há um universo da política, que tem a sua lógica e a sua história próprias, isto é, relativamente autônomas e, ao mesmo tempo, os seus problemas próprios, a sua linguagem própria e os seus interesses específicos. É o que chamo campo, isto é, uma espécie de espaço de jogo. Para entrar neste campo, é necessário conhecer-lhe as regras, é necessário dispor de uma certa linguagem, de uma certa cultura. E, sobretudo, é necessário sentir-se com o direito de jogar”. (FERNANDES, 2006 p.77)

O tributo cobrado por este espaço de jogo se exemplifica que “há, portanto, condições sociais de possibilidade de acesso a esse microcosmo” (BOURDIEU, 2011 p. 196) como por exemplo “tempo livre” proporcional à situação econômica, ou seja, a posse de excedente econômico, e a “Educação” referente aos capitais cultural e social acumulados. Tendo isso em vista, quem está inserido no campo político joga um *jogo* particular em que *outros* estão excluídos. Exclusão exposta na proposição “quanto mais o campo político se constitui, mais ele se autonomiza, mais se profissionaliza, mais os profissionais tendem a ver os profanos com uma espécie de comiserção” (BOURDIEU, 2011 p.197).

A luta para preservação deste espaço de jogo também passa pela socialização dos novos políticos, dos novos profissionais da

política. A regulação da entrada de novos agentes configura, destarte, o processo demorado de trocas de posições, não necessariamente de mudança estrutural, de novos conceitos, de novas empreitadas ideológicas, ou de novas disputas pelo poder de impor o mundo político à sua maneira.

Considera-se para tanto, o surgimento de um campo político de formulação de políticas públicas para a juventude, ou seja, um espaço de jogo que possui suas regras, criadas *na e pela* disputa do poder de impor as regras que são o princípio gerador do próprio campo, espaço que delimita socialmente as condições de acesso às decisões em torno do que é um produto político. BOURDIEU (2011; 2009; 2007) Destarte, a emergência de uma Política Nacional de Juventude, a criação de um espaço específico de participação para a juventude, a instituição de um discurso político sobre a juventude e, a produção de marcos jurídicos legais sobre juventude são produtos históricos, vinculados ao alargamento da participação democrática. Portanto, as condições de surgimento do CPPJ implica na existência de condições sociopolíticas do fluxo de agentes no interior do processo e na definição de produtos políticos, tais como as Políticas Públicas para a Juventudes¹⁶.

16 Produtos políticos podem ser, segundo o autor: percepção, expressão, e divisão do mundo social, os limites do politicamente pensável e executável, discursos, programas e ações, todos possuem um caráter simbólico, ideológico de imposição de visão e “*di-visão*” do mundo social. (BOURDIEU, 2011, 2009, 2007)

2 DIMENSÕES DO CAMPO POLÍTICO DAS PPJ: GÊNESE, ESTRUTURA E PRODUÇÃO SIMBÓLICA.

Este capítulo analisa os dados coletados sob a égide teórica do campo político buscando a compreensão da sua gênese social. A orientação metodológica busca apreender a realidade que tende a se apresentar como legítima, através de discursos, programas e representações, orientando-se em

Compreender a gênese social de um campo, e apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, é explicar, *tornar necessário*, subtrair ao absurdo do arbitrário e do não-motivado os atos dos produtores e as obras por eles produzidas[...] (BOURDIEU 2007 p.69).

Enveredamos agora na (re)construção do objeto, que é o CPPJ levando em conta os elementos teóricos junto ao conceito de Juventudes; as PPJ e a PNJ e a sua articulação em torno da produção de *bens* e produtos políticos para a juventude.

O processo de construção de uma PNJ envolve a participação e articulação institucional da juventude, de especialistas e da sociedade civil (movimentos sociais e ONG's, etc) determinados a serem os porta-vozes desse processo. O auge do processo ou seu ponto de partida reside na construção de um estatuto próprio (estatuto da juventude¹⁷) um marco jurídico-legal, do Estado brasileiro, garantido direitos aos jovens e obrigações da sociedade e do Estado no trato com a parcela jovem do Brasil¹⁸. Portanto, verificou-se as condições sociopolíticas que orientam as práticas sociais em torno da construção desta PNJ, buscando em que sentido o conflito/consenso entre as posições dos agentes distribuídos em espaços estão articulados num campo político de formulação de políticas públicas para as juventudes (CPPJ).

Este enfoque teórico sugere que a força de sentido das ações políticas, em forma de políticas públicas, são permeadas pela estrutura institucional legal. O âmbito do Estado (o poder do Estado, sua institucionalidade), nesses moldes agindo como regulador político (que impõe e cria as regras do jogo político). Na constituição do CPPJ

17 Projeto de lei nº 4.529-b de 2004, aprovado na câmara e esperando votação no senado.

18 Segundo o IBGE (2010), cerca de 50,5 milhões de brasileiros tem entre 15 e 29 anos. Fonte www.juventude.gov.br

teremos como foco o mapeamento dos grupos e seus atores, seus interesses políticos, sua composição e as disputas internas, em suma, no jogo particular que se desenvolve no seu interior.

O processo de participação da sociedade no campo político reside na difícil tarefa de se inserir e de agir dentro de um espaço onde as regras já estão pré-definidas e em constante disputa por grupos pré-fixados, cada qual com suas demandas. O poder de participação no campo político advém da desigualdade existente na sociedade que delimita as condições de acesso. Tempo livre, nível de educação (competências) e experiências são alguns requisitos que estruturam a participação no interior do campo. Nesse sentido, os agentes em disputas têm duas orientações: a de se orientarem pelo interesse interno ao próprio campo, e pelo interesse externo, somente na medida em que isso possa lhes gerar algum benefício, (PINTO, 2000; FERNANDES, 2006).

Assim, a criação de espaços participativos, como conselhos de Juventude, pode não suportar por sua própria constituição todos os grupos da sociedade civil que almejam entrar no campo de disputas, ao mesmo tempo, os grupos já instalados no seu interior advogam representar uma grande parcela da sociedade, mas não todas. O que advogamos nessa abordagem é que há um discurso de universalidade e legitimidade implícito em sua constituição¹⁹.

A análise do conteúdo organizacional destes espaços nos fornecem pistas para o desvelamento das condições de produção de bens políticos (simbólicos). Pode também apontar como se deram as disputas, conflitos e conquistas em relação às políticas públicas para a Juventude. Não é nosso objetivo principal nos atermos ao aparente benefício, ao consenso, e sim, aos desajustes e conflitos. A propósito, Carrano (2011) destaca a incipiência, a fragmentação e a sobreposição das políticas públicas de juventude, apesar de alguns avanços.

Portanto, a dialética entre juventude, como categoria social e condição social e, a política, como produto simbólico, ideológico, imanente à lógica do campo político, supõe a relação entre uma geração e seu tempo com outras gerações que já estão estruturadas (jogo de posições, os herdeiros políticos, os novos atores, movimentos sociais, associações etc...). Conflitos de gerações são conflitos de aspirações, Bourdieu (1983), nesse estudo consideradas como aspirações políticas,

19 Já as Conferências Nacionais de Juventude tendem a ser mais inclusivas, principalmente no sentido numérico pressupõe maior multiplicidade e pluralidade de agentes, no entanto esta é dirigida e organizada a partir do Conselho Nacional de Juventude, que a orienta e servindo de modelo às conferências e conselhos municipais ratificando sua institucionalidade. Ver <http://www.juventude.gov.br/conferencia/2a-conferencia-nacional-de-juventude>

em que a discordância política se manifesta no processo de formulação de PPJ sobretudo na construção do campo político de formulação de políticas para as juventudes. Podemos acrescentar para o conflito geracional e político como um processo histórico e cultural, menos revolucionário do que harmônico, “por que o que muda são os atores e não as regras do jogo”, “revoluções simbólicas” são sempre “revoluções parciais” (BOURDIEU *apud* FERNANDES 2006, p. 67) que se estabelecem na sociedade através de uma conjuntura histórica e “estrutural” de construção dos canais de acesso e disputa pela inserção no campo da política.

Quando buscamos compreender a gênese do CPPJ tentamos estabelecer conexões entre ações e discursos sociopolíticos que num momento específico, tendem a ser mais ou menos convergentes, se tratando da legitimidade dos significados produzidos acerca das PPJ. Temos assim, através de uma conjunção de eventos provocados por atores de diferentes cenários e de campos sociais diferentes em prol das PPJ, um fato provocador ou gerador de onde as Políticas de Juventude atualmente têm origem e orientação mais ou menos consensual.

Com base nos eventos mais relevantes ao CPPJ, mapeamos: a) O projeto Juventude do Instituto Cidadania; b) o Cejuvent, comissão especial da câmara dos deputados para políticas públicas de Juventude e c) o GT interministerial de Juventude. Todos iniciados entre 2003 e 2004. A partir desta convergência sociopolítica, desdobra-se na sequência a criação do Conjuve, da SNJ, da ampliação do ProJovem e das Conferências Nacionais de Juventude, em suma, o que vem sendo chamado de Política Nacional de Juventude PNJ.

Antes, porém, esse processo que desencadeia em uma PNJ pode ser verificado continuamente numa linha do tempo recortada a partir de 1985²⁰.

Quadro 1

Linha do tempo sobre ações que impactaram na política nacional de Juventude		
Ano	Órgão/agência/instituição	Objetivo/ações
1985	ONU	Ano internacional da Juventude
1988	CF88	Estabelece direitos sociais e políticos entre eles o voto facultativo aos 16/17 anos. Carrega toda uma carga

²⁰ Ver quadro 7. Documentos internacionais em matéria de juventude a partir de 1965

		simbólica, de lutas de vários Movimentos Sociais, “constituição cidadã”
1989/90	ONU/Governo Federal/Sociedade Civil	Estatuto da Criança e do Adolescente
1993	Governo Federal	Semana Nacional do Jovem lei 8.680, motivada após os protestos que culminaram no <i>Impeachment</i> de F. Collor.
1995	MUDES Fundação Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social	1º Encontro nacional de técnicos em Juventude/RJ onde se sugere uma PNJ.
1997	MEC	Cria-se uma cadeira específica para assessoramento em matéria de juventude no Ministério Educação
1998	Distrito Federal	1º Festival Nacional da Juventude/discussão sobre PPJ
1995/2002	Governo FHC	Políticas de juventude*
2002	Universidades/Unesco/ação educativa**	Observatório juventude/ Seminário “Políticas Públicas Juventude em pauta”
2002	OBJ /UNESCO/ OAB (RJ)	Carta “agenda jovem 2002” dirigida aos presidentes de 2002 para que apresentem propostas de PPJ
2004	Instituto Cidadania***	Pesquisa /recomendação em matéria de PPJ
2004	CEJUVENT****	Pesquisa parlamentar em matéria de PPJ/pauta para criação de PPJ /sugestões
2004	GT interministerial*****	Mapear as PPJ existentes nos Ministérios
2005	SNJ e CONJUVE	Articulação entre Governo e Sociedade em prol de PPJ
2003/2010	PNJ	Institucionalização das PPJ*****

Fonte: sistematizada pelo autor a partir de SNJ 2011

* *Entre 1995 e 2002, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, ainda que não se possa falar de políticas estratégicas orientadas para os jovens brasileiros na esfera federal, algumas propostas foram executadas, sobretudo com base nas ideias de prevenção, controle ou efeito compensatório*

de problemas que atingiam a juventude. Em geral, o jovem sempre era visto numa condição de risco social e/ou vulnerabilidade, o que resultava na formulação de programas e projetos associando o jovem ao tema da violência, vinculado ao consumo e tráfico de drogas, e ao desemprego. (SNJ, 2011 p. 20)

*** Seminário “Políticas Públicas: Juventude em Pauta”, organizado em 2002, pela ONG Ação Educativa juntamente com a Fundação Friedrich Ebert. Esse seminário conseguiu reunir, de maneira ampla, pesquisadores, gestores, ONGs e grupos juvenis para delimitar e debater, com suporte nas experiências nacionais e internacionais apresentadas, questões cruciais do campo das políticas públicas de juventude. (SNJ 2011p. 20)*

****Também, o Projeto Juventude, do Instituto Cidadania, que realizou uma série de levantamentos, debates e pesquisas sobre a situação da juventude no país. Esse projeto, que envolveu boa parte dos especialistas brasileiros no tema, desenvolveu um consistente banco de informações, estudos e propostas sobre políticas públicas de juventude. (SNJ, 2011,p. 22)*

*****Em 2003, foi criada na Câmara dos Deputados uma Comissão Especial de Juventude (CEJUVENT), que realizou diversas audiências públicas, um Seminário Nacional, Encontros Estaduais e uma Conferência de Juventude para elaborar projetos de lei dirigidos a demandas juvenis. Como resultado desse trabalho, concluído em dezembro de 2004, foram encaminhadas 3 propostas: 1) a Proposta de Emenda à Constituição (PEC 138-A/2005) que inclui a expressão "jovem" na denominação do Capítulo VII e dá nova redação ao Art. 227 da Constituição; 2) o Estatuto de Direitos da Juventude (PL 27/2007); e 3) o Plano Nacional de Juventude (PL 4530/2004), que estabelece objetivos e metas a serem alcançadas pelos governos para a melhoria das condições de vida dos jovens brasileiros. (CONJUVE, 2006 p. 16)*

******2004. o governo federal dá um passo importantíssimo, ao instalar o Grupo Interministerial de Juventude encarregado de definir uma Política Nacional Integrada de Juventude. O grupo, formado por representantes de 19 ministérios e secretarias especiais, mapeou dados sobre as condições em que vivem os jovens brasileiros, os programas federais voltados para eles, os desafios para construção de uma política nacional de juventude e recomendações para a elaboração desta política. (CONJUVE, 2006) (SNJ 2011p.22)*

******No período de 2003 a 2010, a temática avança efetivamente como preocupação relevante do Governo Federal. Institucionalmente, a busca de desenhos adequados para o desenvolvimento das Políticas Públicas de Juventude, no novo cenário político brasileiro, foi sendo discutida por meio da criação de novos âmbitos de debate e formulação sobre o tema. (SNJ, 2011 p. 20)*

Considera-se a linha do tempo um processo contínuo, onde três momentos dentro desta linha ao qual correspondem a três movimentos que se conectam em relação à gênese do referido CPPJ. Esse recorte

busca um ponto de convergência entre ações e ideais na análise de um CPPJ, entre 2004 e 2012.

O primeiro seria uma pré convergência ao campo, a partir de 1988 com a redação da CF 88, o ECA 1990 e o Governo FHC nos anos 90. O segundo movimento, na concepção de continuidade incluem o que chamamos de movimento de estabelecimento do consenso em torno do CPPJ, e é composto pelos três principais momentos em 2004, O **Projeto Juventude**, o **Cejuvent** e o **GT Interministerial**. Esses movimentos são sincronizados e compõe nossa linha de argumentação em relação à gênese do CPPJ. No terceiro movimento temos a Criação da SNJ, do Conjuve, a ampliação do ProJovem e as Conferências Nacionais de Juventude o que forma o conjunto do que vem a ser chamando de Política Nacional de Juventude, que incluem o debate para a aprovação do Estatuto da Juventude. Todos estes eventos estão inseridos num quadro ampliado, para dar a ideia de um movimento contínuo ressaltando o momento específico. Indicam a generalidade dos consensos e dos discursos, que serão detalhados nas seções subsequentes. Segue quadro sobre o Momento de pré convergência em relação a Juventude, onde observa-se o cenário político favorável, após a abertura democrática e da participação de diversos Movimentos sociais:

Quadro 2

Momento de pré-convergência em relação a PNJ		
CF 88	ECA (1990)	Governo FHC anos 1990

<p>Mobilizações p/ democracia; constituição cidadã/liberal; transição do poder, crise econômica/eleições diretas</p> <p>Após amplas negociações pela abertura democrática, tem-se um consenso, a partir da assembléia constituinte não exclusiva, para redação da nova CF</p>	<p>Mobilizações sociais/problema da juventude “juventude problema”/supressão do arcaico código de “menores”</p> <p>Avanço em consonância com as lutas dos MS no Brasil e em consonância com as recomendações de órgão mundiais sobre crianças e adolescentes</p>	<p>Protagonismo/empoderamento/ juventudes em suas pluralidades</p> <p>Políticas emergenciais (assistencialistas) e com viés meritocrático. ²¹</p>
---	--	--

Fonte: Elaborado pelo autor com base na documentação consultada.

Quadro 3

Movimento que trata da convergência de forças políticas e sociais, propriamente do CPPJ		
<p>Projeto Juventude Instituto Cidadania (2004)</p>	<p>Mobilizações de Institutos e MS, Participação ativa dos jovens, situação das PPJ. Uma parcela de jovens não foi contemplada pelo ECA e precisa ser atendida pelo Estado, discussões para delimitar a situação social e a idade conceitual/cronológica da juventude</p>	<p>Resultados, mapeamento, recomendações, sugestões em matéria de PPJ</p>
<p>Cejuvent, Comissão Especial da Câmara dos Deputados para Políticas Públicas de Juventude (2004)</p>	<p>Fato político de grande importância no âmbito do legislativo. Incorpora temas advindos da sociedade civil.</p>	<p>Recomendações em matéria de projetos e leis. Prevê a criação de diplomas legais, legislação PPJ.</p>

21 “No final dos anos 1990, o conceito de “protagonismo juvenil” difundiu a ideia de que os jovens de maneira individual e apenas pela mudança de comportamento poderiam ser atores fundamentais das mudanças sociais. Muitos projetos financiados, sobretudo, por fundações empresariais, adotaram essa proposta e passaram a apoiar o engajamento voluntário dos jovens, geralmente em âmbito comunitário. As críticas de que essa abordagem era muito localizada e com pouca densidade política vieram acompanhadas de uma outra concepção: a de que os jovens são “agentes estratégicos do desenvolvimento”. (Conjuve: documento base 1ª conferência nacional de Juventude p.16 2008) disponível em: http://www.secretariageral.gov.br/Juventude/marcos-da-politica-nacional-dejuventude/1aConf_TextoBase.pdf

Grupo de Trabalho (GT) Interministerial de Juventude (2004)	Mapeamento das PPJ existente, aporte ao executivo.	Debate a viabilidade de se criar um órgão para coordenar as PPJ, levantamento do que se tem e como funcionam Políticas, ações e programas em matéria de Juventude no âmbito do executivo (ministérios/orçamentos/executoros e gestores de PPJ)
---	--	--

Fonte: Elaborado pelo autor com base na documentação consultada.

Quadro 4

Movimento que engloba as condições do CPPJ, a partir do Governo Lula, aplicação e avaliação das PPJ		
SNJ (2005)	Órgão vinculado ao executivo, sugestão do GT ministerial	Viés articulador/coordenador. Perde força coordenadora ao fim do segundo mandato Gov. Lula quando o ProJovem, principal PPJ é transferida para o MEC
ProJovem (2005)	Principal PPJ, caracteriza-se pelo aspecto unificado no conjunto das ações e por possuir abrangência nacional e um bom orçamento.	Concebida como emergencial, fundamentalmente busca elevar a renda através de qualificação profissional básica.
Conjuve (2005)	Conselho Nacional de Juventude, busca contemplar a pluralidade de ideias advindas da sociedade civil, baseia-se no preceito de democracia participativa	Movimentação interna quanto a disputa das cadeiras ocupadas. Tensão entre participação da sociedade civil e a ocupação de cadeiras por grupos tradicionalmente mais politizados
Conferências Nacionais (2008/2011)	Democracia participativa	Amplitude dos debates e da participação da juventude, principalmente nas conferências localizadas, estaduais e municipais e através de redes informatizadas

		(internet). A formulação de amplos e plurais documentos contendo sugestões de PPJ reflete a pluralidade das pautas.
Pec 37, Estatuto da Juventude, Plano Nacional de Juventude	Legislação. Obrigação de metas em PPJ.	Políticas de Estado que independem dos governos

Fonte: Elaborado pelo autor com base na documentação consultada.

Os quadros acima apontam para a complexidade em delimitar as questões sobre o CPPJ, principalmente, quanto a natureza de sua continuidade, de eventos, de movimento e envolvimento de múltiplos atores, principalmente entre Organismo Internacionais, Sociedade Civil e do Estado, na constituição do CPPJ. Sua situação histórico sociológica levará em consideração o limite temporal estabelecido entre 2004 e 2010, onde o **Projeto Juventude**, o **Cejuvent** e o **GT Interministerial**, se estabelecem.

O **Projeto Juventude** promovido pelo **Instituto Cidadania (IC)**, com o envolvimento de sociedade civil, de institutos de pesquisas e especialistas em PPJ, juntamente com a juventude a partir de conferências regionais e nacionais foi um evento convergente para a constituição de um campo de PPJ. Através da articulação e diálogos é produzido em julho de 2004 o documento com propostas iniciais de debates e recomendações sobre a natureza e funcionamento das PPJ. Para o IC “não é a primeira vez que se realiza em nosso país um estudo amplo sobre a questão. Há muito tempo, no espaço da universidade e dos vários organismos relacionados com jovens, centenas de estudos, pesquisas e livros vêm avolumando um acervo que já é bastante consistente.” (INSTITUTO CIDADANIA, 2004 p. 83) No entanto, faltava

[...] promover um programa inovador de trabalho, que aproximasse e interligasse instrumentos de estudo e atores que, em regra geral, pouco se conhecem, pouco se encontram, pouco interagem. E o que é mais grave: muitas vezes se dão as costas, quando é preciso somar energias para atingir objetivos que são comuns a todos. (INSTITUTO CIDADANIA, 2004 p.83)

Em suma, mais do que apenas um relatório ou um documento, o projeto almejou lançar a *pedra angular* sobre a atual concepção em PPJ.

Para tanto, o Projeto adotou a metodologia calcada na participação dos jovens, junto da combinação de diversos atores da sociedade civil e do Estado.

Nas distintas etapas do programa, houve preocupação em respeitar a premissa metodológica de que cabe aos próprios jovens um papel protagonista na condução de toda discussão para definir as políticas públicas, e mesmo as iniciativas não-governamentais voltadas para as demandas da condição juvenil. Tudo em consonância com o slogan várias vezes reiterado ao longo dos seminários e debates: “nada a nosso respeito sem nossa participação”. O que não significa, é claro, acolher visões maniqueístas que mistificam os jovens como se fossem seres imunes a contradições e fragilidades. Nem considerar todos os não-jovens, preconceituosamente, como nada tendo a dizer sobre o assunto. (Instituto Cidadania, 2004, p. 84)

O GT interministerial de Juventude, março de 2004, foi um levantamento das políticas públicas em matéria de juventude até então existente no âmbito do governo. A compilação das PPJ distribuídas pelos diversos ministérios, deriva da ideia de articulá-las em favor de um guia, de uma direção convergente. Os ministérios são os principais gestores e executores de políticas públicas em geral, cada qual dentro de suas respectivas especificidade. A pedido da presidência da República, constituiu-se um grupo de representantes de 19 ministérios, realizando um diagnóstico sobre as condições sociais dos jovens brasileiros, mapeando-se as principais ações do governo voltadas para a juventude e formulou-se 9 desafios:

Erradicar o analfabetismo; ampliar o acesso ao ensino e à permanência em escolas de qualidade; preparar para o mundo do trabalho; gerar trabalho e renda; promover vida saudável; democratizar o acesso ao esporte, ao lazer, à cultura e à tecnologia da informação; promover os direitos humanos e as políticas afirmativas; estimular a cidadania e a participação social; e melhorar a qualidade de vida no meio rural e nas

comunidades tradicionais. (CONJUVE, 2006 P. 17²²)

A **Cejuvent** (Comissão Especial destinada a acompanhar e a estudar propostas de Políticas Públicas para a Juventude) é parte importantíssima no que tange ao movimento do legislativo em favor de PPJ. Em linhas gerais, essa comissão após audiências públicas com jovens em todo território nacional, pesquisas comparativas, visitas a outros países visando compreender suas respectivas políticas de juventude, elabora a base do que virá a ser do Estatuto Nacional da Juventude, junto com a PEC 138, (proposta de emenda à constituição que inclui o termo jovem entre os direitos fundamentais contidos na carta magna), pode-se dizer que o Cejuvent está no limiar de uma perspectiva de legislação, Diploma Legal, em relação aos jovens. Destaca-se que

Concluído em dezembro de 2004, foram encaminhadas 3 propostas: 1) a Proposta de Emenda à Constituição (PEC 138-A/2005) que inclui a expressão “jovem” na denominação do Capítulo VII e dá nova redação ao Art. 227 da Constituição; 2) o Estatuto de Direitos da Juventude (PL 27/2007); e 3) o Plano Nacional de Juventude (PL 4530/2004), que estabelece objetivos e metas a serem alcançadas pelos governos para a melhoria das condições de vida dos jovens brasileiros. (CONJUVE, 2008 p.16)

Nesse sentido, podemos afirmar pelo diagnóstico realizado, que este traz à baila o conceito de juventude distinto daquele contido no Estatuto da Criança e do Adolescente ECA, o que é um passo importante na formulação de diplomas legais para a juventude, para o IC essa preocupação estava presente pois,

Faltava também um empenho mais concentrado na delimitação de margens entre os temas juventude e infância, por mais evidentes e necessários que sejam os vínculos existentes entre ambos[...]

Tratava-se de garantir ao tema juventude uma expressão correspondente, sem ignorar a importância primordial das políticas de proteção à

22 Disponível em: <http://registrojuventude.files.wordpress.com/2011/02/subsidios-para-construc3a7c3a3o-de-uma-polc3adtica-de-juventude.pdf>

infância e à adolescência, que em regra abrangem até a idade máxima de 18 anos. (INSTITUTO CIDADANIA, 2004 p.83).

Nessa linha, a delimitação conceitual legal forneceria um dos elementos para a constituição do CPPJ. A Cejuvent, no campo do poder legislativo fornecerá subsídios para a criação de diplomas legais de juventude no âmbito do Estado a partir do levantamento e da discussão sobre os preceitos legais que envolvem o termo juventude. Para a Cejuvent, era preciso conceituar a juventude em relação à faixa etária acordada entre os 15 aos 29 anos, este recorte etário é diverso dos que existem nos códigos em vigor no país que são a base cronológica legal. No que tange à legislação existente sobre juventude temos:

Quadro 5

Resumo dos diplomas legais acerca da juventude levantados pela CEJUVENT

A Constituição Federal faz menção, ao termo *juventude*, uma única vez no art. 24, XV ao estabelecer que *compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre a proteção à infância e à juventude*. No art. 7º, XXXIII, que trata dos *direitos sociais dos trabalhadores urbanos e rurais* e no art. 14, § 1º, II, “c”, que trata dos *direitos políticos* é introduzido um conceito etário, respectivamente, ao proibir *trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito e qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz* e ao tornar facultativo o voto *para os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos*. Todavia, em relação ao adolescente, a Constituição faz referências nos arts. 203, 227 e 228. Utiliza também a Carta Magna as expressões *menor* e *maior* (art. 229).(CEJUVENT, 2004 p. 37)

O Código Civil estabelece em seu art. 3º que *são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de dezesseis anos...* O art. 4º afirma que *são incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos...*e complementa no art. 5º: *a menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil e que cessará, para os menores, a incapacidade pela concessão dos pais, ou de um deles na falta de outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos; pelo casamento; pelo exercício de emprego público efetivo; pela colação de grau em curso de ensino superior; pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria*.(CEJUVENT, 2004 p. 37 grifos no original)

O Código Penal, no art. 27, *dispõe que os menores de 18 anos são penalmente inimputáveis, ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial.* O art. 65, I determina que *são circunstâncias que sempre atenuam a pena ser o agente menor de 21 (vinte e um), na data do fato, ou maior de 70 (setenta) anos, na data da sentença.*(CEJUVENT, 2004 p. 38)

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu art. 2º, *considera criança a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.*” (CEJUVENT, 2004 p. 38)

Nas Forças Armadas, o jovem pode apresentar-se para o serviço militar, em caso de guerra, com a idade de 16 anos.(CEJUVENT, p. 38).

Fonte: Câmara dos Deputados: Comissão especial destinada a acompanhar e estudar as propostas de Políticas Públicas para Juventude CEJUVENT (relatório final). Brasília, 2004.disponível em:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=271827>

Isso é o que temos em relação às legislações e a juventude²³. O que os atores investigados neste trabalho propõem enfim, a partir da convergência social e política e da atual potencialidade e necessidade de PPJ é um novo conceito sociopolítico com base legal estatutária e constitucional que contemple a juventude enquanto sua pluralidade e multiplicidade com recorte etário entre 15 e 29 anos. Há também a questão de admitir que a pluralidade e a diversidade da juventude contemporânea necessitam sempre uma revisão sobre sua própria condição. Demonstra também que, para que se cumpram integralmente os direitos sociais é preciso que se especifique em leis auxiliares como devem ser exercidos. Em constante disputa, o CPPJ se apresenta como um jogo inexorável.

Estes três momentos formam o embrião do que vem se chamando de PNJ e significa que as PPJ estão em continuidade. O fato de haver uma grande mobilização nacional em torno das PPJ, junto com

23 A legislação supracitada indica estar fundamentada numa ideia que vincula maioridade e autonomia. A partir dos 18 anos, em alguns casos a partir dos 16 anos, têm-se automaticamente certas responsabilidades e integra-se ao mundo dos adultos. Essa crítica ao adultocentrismo perpassa muitos relatórios vistos neste trabalho. Ademais, essa passagem compulsória para o mundo dos adultos (da produção, da família e da responsabilidade etc), torna-se substrato de várias críticas em relação à concepção atual de juventudes (até os 29 anos) e toda a questão multicultural que a evolui. Veja os destaques feitos no texto do Estatuto da Juventude por um senador da república: http://www.youtube.com/watch?v=Ejkm3_Ixis8 acesso 11/09/2013

grandes eventos como as Conferências Nacionais de Juventude, ou a instituição do Conjuve e das ações do ProJovem põe a história das PPJ em movimento.

A ideia do surgimento de um CPPJ implica no estabelecimento de ideias e debates, uma série de recomendações de propostas de PPJ, baseadas na multiplicidade dos atores que participaram, dos consensos, conflitos e divergências trazidas ao debate, ou seja, não tem o mérito de querer usurpar

A esfera de competência legítima que, na democracia, é conferida pelo voto popular aos mandatários do Executivo e do Legislativo, essa opção quebraria a lógica interna que presidiu o trabalho: construção de consensos gerais entre movimentos, instituições, ONGs, especialistas e lideranças políticas que guardam entre si nítidas divergências de ordem conceitual sobre a questão, bem como no que se refere aos alinhamentos ideológicos e afinidades partidárias. (INSTITUTO CIDADANIA, 2004 p. 8).

Portanto, é possível que o CPPJ venha estabelecer, normatizar ou mesmo delimitar certas regras de jogo, de produtos políticos e de discursos. Em uma palavra, não é algo novo, revolucionário. As PPJ no Brasil até pouco tempo, segundo IC, reproduziam desigualdades pré-existentes

De um lado, políticas de educação, ainda longe de se concretizarem como universais, que se tornaram acessíveis, nos seus graus mais avançados, apenas aos jovens de classes médias e altas. De outro, políticas de assistência, para jovens em situações especiais de “abandono”, desvio e marginalidade, quase sempre das classes populares. (INSTITUTO CIDADANIA, 2004 p. 16)

Nos anos 1970/80 ainda no regime militar, cresceram mobilizações em defesa das crianças e adolescentes, “como sujeitos de direitos. Era uma maneira de se contrapor a uma onda de violência contra os “menores de idade” em situações diversas de desvio, como os meninos de rua.”(IC, p. 16). A partir dos anos 1990, como o ECA não atingia

As questões atinentes aos jovens com mais de 18 anos continuaram sendo desconsideradas como

foco de ação pública e social até meados dos anos 90, quando eclodiu um novo ciclo de interesse pelo tema, provocado pelo agravamento dos problemas de exclusão já mencionados. (INSTITUTO CIDADANIA, 2004, p. 16)

Para o Instituto Cidadania

Ao mesmo tempo, atores juvenis tradicionais no âmbito político brasileiro, como as entidades estudantis e as juventudes partidárias, além de manterem na ordem do dia suas pautas relacionadas com a educação, passaram a demandar respostas institucionais por parte dos poderes públicos, como a criação de organismos gestores para a formulação e execução de políticas específicas para a juventude. (INSTITUTO CIDADANIA, 2004, p. 16)

Aqui temos uma dupla perspectiva, a participação sociopolítica dos jovens sempre esteve presente de alguma forma, principalmente em movimentos estudantis e partidários, entre outros. Para demarcar a gênese do CPPJ, do ponto de vista das instituições e entidades tradicionais, de sua luta histórica, relações com os partidos e o movimento estudantil é preciso considerar a confluência tratada anteriormente sobre o Instituto Cidadania, o GT interministerial e a Cejuvent.

Outro elemento que está sempre requerendo sua cota de participação está localizado na sociedade civil, e incluem o que se conhece por terceiro setor (sociedade civil organizada), ONG's, representantes do capital/empreendedores (livre mercado e competição²⁴).

24 No relatório Cejuvent (2004) é reservado um espaço que trata de políticas de empreendedorismo. Ao menos uma Cadeira do Conjuve sempre ficou com entidades deste porte. Contudo, apesar de haver políticas como o ProGer Programa de Geração de Emprego e Renda (em modalidade para Proger jovens empreendedores), que remonta aos governo FHC, e consta no rol dos governos subsequentes, nota-se a dificuldade de alavancar destaque em comparação com seu primo pobre o ProJovem (o primeiro financia -através do fomento de capital inicial- ações empreendedoras, o segundo qualifica mão de obra). A ideia de fomentar o empreendedorismo dos jovens nunca saiu de pauta, mas pouco se tem feito pelo Estado, já constava no relatório Cejuvent de 2004, em que as PPJ deveriam “[...] condições para que os jovens possam abrir seus próprios negócios como a linha de crédito criada no âmbito do Fundo de Amparo ao Trabalhador denominada de Jovem Empreendedor[...]” (Cejuvent p. 95 2004). Na avaliação da SNJ (2011) a secretaria reforçou esta proposta com a necessidade de “Desenvolver programas que ampliem as oportunidades de crédito para a juventude e construir

Começou a se construir então programas sociais – governamentais ou não – apoiados por organismos de cooperação internacional, agências das Nações Unidas e fundações empresariais, merecendo destaque o importante papel desempenhado por várias ONGs. Esses programas, em geral, detectavam os problemas mais graves vividos pelos jovens e buscavam contribuir para a supressão ou diminuição de certas marcas da exclusão. (INSTITUTO CIDADANIA, 2004 p. 16)

Aumento da escolaridade, desenvolvimento do potencial criativo na produção cultural, elevação da consciência étnica, de gênero e de pertencimento comunitário foram alguns elementos centrais dessas ações. Para o IC a PNJ deve ser pensada a partir de três ideias: 1) direitos sociais 2) pertencimento cultural 3) construção de valores de cidadania participativa, levando em consideração a complexidade da juventude contemporânea (INSTITUTO CIDADANIA, 2004)

Há uma divisão de responsabilidades, que em conjunto impulsionariam as PPJ. Tal divisão é composta a partir de características

um marco legal que viabilize o cooperativismo, a economia solidária e o empreendedorismo da juventude urbana e rural, desburocratizando o acesso ao crédito, à formação e ao mercado consumidor. (SNJ 2011p. 45). Pois, a SNJ constatou que, em relação a créditos “Nesse âmbito, as únicas ações identificadas com o recorte juvenil tem sido realizadas pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário e priorizam a disponibilização de crédito para aquisição de terra ou para a realização de projetos, que tem atendido especificamente a juventude do campo”. (SNJ 2011 p 42). Quem tem acesso ao microcrédito, consegue um pequeno montante (às vezes insuficiente). Essa ideia de microcrédito, apoiado numa política de qualificar de mão de obra básica em massa (ProJovem), é passível para análises mais apuradas. Desde esse ponto de vista, a assimetria das PPJ de crédito e o discurso de desenvolvimento atual reserva, ao grande capital, o monopólio do crédito. Portanto, o governo tende a implantar uma política de auxílio e de contenção da pobreza como políticas de formação de mão de obra barata. O microempreendedor, seja jovem ou não, tende a enfrentar a escassez de crédito, que não é tão escassa em certos níveis econômicos, alcançando cifras milionárias para créditos empresariais (ver referências). Legislação e Debates em: [http://www.bb.com.br/portalbb/page44,108,3221,8,0,1,2.bbcodigoMenu=128&codigoNoticia=117&codigoRet=479](http://www.bb.com.br/portalbb/page44,108,3221,8,0,1,2.bbcodigoMenu=128&codigoNoticia=117&codigoRet=479;); <http://www.dieese.org.br/anu/sistemaPublicoEmprego2009/Arquivos/juventude.pdf>; http://www.abrasil.gov.br/avalppa/RelAvalPPA2002/content/av_prog/160/prog160.htm; <http://www.reclameaqui.com.br/2500428/sebrae/reconhecimento-e-responsabilidade/>; <http://www.administradores.com.br/noticias/administracao-e-negocios/projeto-para-apoiar-jovens-empresendedores-vai-conceder-cred>; <http://portal.mte.gov.br/codefat/jovem-empresendedor.htm>; http://portal.mte.gov.br/politicas_juventude/; http://www.caixa.gov.br/pj/pj_comercial/mp/linha_credito/financiamentos/proger_investimento/index.asp (acessos em 15/02/2013; 11/09/2013)

de cada ator envolvido, radicando uma divisão de papéis democráticos contemporâneos.

Quadro 6

Sugestões do Instituto Cidadania em relação aos atores envolvidos no CPPJ e suas respectivas competências
Sociedade Civil
<i>Se ao Estado cabe legislar, administrar e implementar políticas públicas de juventude, é imprescindível convocar, valorizar e estimular as iniciativas e mobilizações no âmbito da sociedade civil. O desafio é garantir a participação da sociedade civil sem minimizar o papel do Estado, assegurando complementaridade e maximizando os recursos disponíveis. (INSTITUTO CIDADANIA, 2004 p. 20)</i>
Aos jovens em geral...
<i>Uma ideia-chave é promover a participação dos próprios jovens no desenho, na implementação, na gestão, no monitoramento e na avaliação crítica de todas as políticas, programas, projetos e ações. (idem, 2004 p. 20) Isto significa democratizar o acesso dos jovens a conhecimentos sobre formulação, gestão, acompanhamento e avaliação. Significa também reconhecer novas modalidades de participação juvenil. (INSTITUTO CIDADANIA 2004, p. 20)</i>
Aos especialistas
<i>Aos pesquisadores e especialistas de diferentes áreas de conhecimento cabe desenvolver estudos e pesquisas, assumindo papel ativo na elaboração de diagnósticos qualificados que orientem a formulação de políticas, bem como no desenvolvimento de metodologia com indicadores de monitoramento e avaliação permanente. (INSTITUTO CIDADANIA, 2004, p. 20)</i>
As ONG's e Sociedade Civil
<i>As ONGs e várias outras instituições da sociedade civil podem contribuir no desenho e implementação das políticas públicas de juventude em vários níveis: estabelecendo parcerias com órgãos gestores, contribuindo nos diagnósticos e avaliações, capacitando jovens para uma presença mais eficaz nos espaços públicos de participação. (INSTITUTO CIDADANIA, 2004 p. 20)</i>
Aos adultos
<i>As políticas públicas de juventude devem investir também na formação de adultos que trabalham com jovens na família, na escola, no mundo do trabalho, nos espaços públicos de cultura ou lazer, nas instituições de abrigo e carcerárias; adultos que acompanhem seus percursos de experimentação, de busca, de definição de identidade e projetos de vida; adultos que estejam disponíveis para a escuta ativa e o diálogo aberto. (INSTITUTO CIDADANIA , 2004, p.20)</i>

Fonte: elaborado pelo autor a partir de INSTITUTO CIDADANIA. Projeto Juventude. Documento de Conclusão – Versão Final. São Paulo, 2004

Essas sugestões, do ponto de vista sociológico, sugerem duas ressalvas: a) reforça a divisão do trabalho, das *funções* sociais, relativos a modernidade. b) o último tópico, sobre os **adultos**, conceitualmente, é o ponto nevrálgico, pois, a construção de limites de transição geracional está presente. Propõe garantir direitos e políticas aos jovens até onde eles se tornem adultos. O adultocêntrismo como consciência coletiva, sobre o *não adulto* de forma geral pode ser uma ideia pronta ou um consenso em construção.

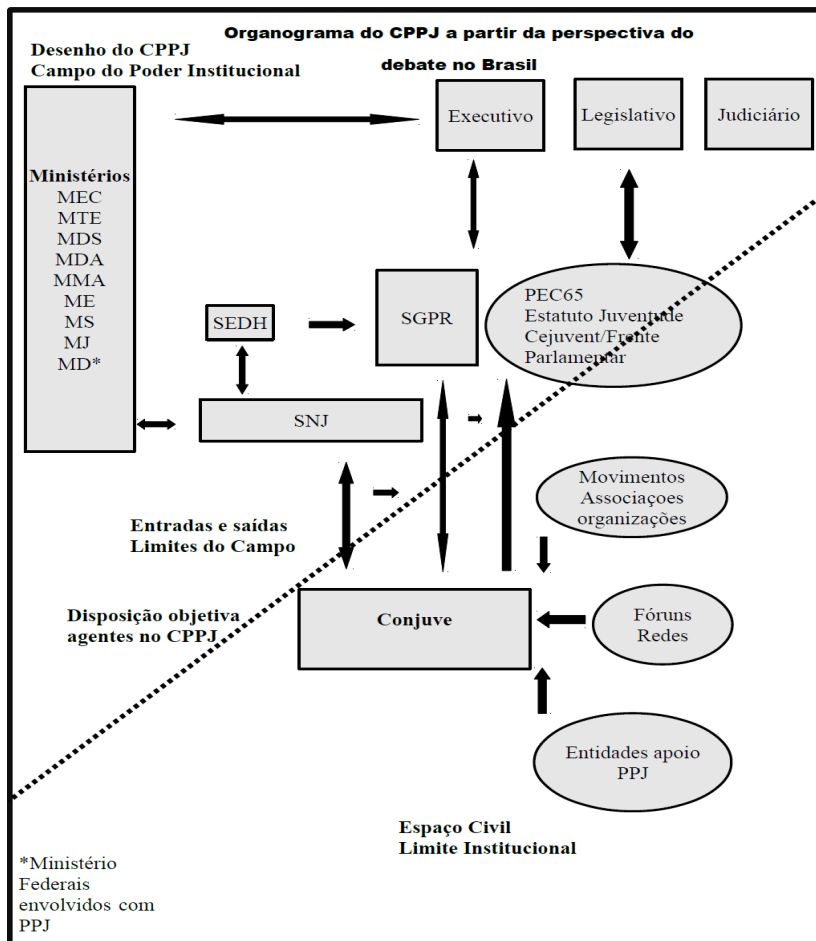
A partir da perspectiva adotada rastreou-se no CPPJ os eventos acontecidos em 2004/2005 ou seja, O IC, o Cejuvent e o GT interministerial, quando se dá o primeiro passo rumo ao que se convencionou chamar de Política Nacional de Juventude (PNJ). Com a criação do Conjuve, da SNJ, da tentativa de aplicação de um programa com amplitude nacional (ProJovem), da aprovação do Estatuto da Juventude temos, entre outros, inaugurado uma institucionalização das PPJ. Articulando-se nos níveis da Sociedade Civil (Conjuve); do executivo (SNJ) e do Legislativo.

A proposta inicialmente idealizada, do IC sobre as PPJ descreve o Campo Político como algo ágil e dinâmico, em que

No lugar de se pensar em um novo ministério ou secretarias inchadas, é preferível conceber, como ponto de partida, um organismo central ágil, que se apoie na autoridade política do chefe do Executivo em questão e utilize ao máximo os equipamentos, o pessoal, os centros de comunicação e os institutos de pesquisa já existentes na estrutura governamental de cada nível federado. (Instituto Cidadania, 2004, p. 24)

Este desenho institucional inicial proposto, em termos de CPPJ, será comparado no decorrer do trabalho. Tentaremos rastrear a estrutura e a crença que sustenta a lógica deste campo específico para tentar compreender as ideias políticas sobre Juventudes na contemporaneidade.

FIGURA. 1. Organograma do CPPJ a partir da perspectiva do debate no Brasil.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de: BRASIL. Conselho Nacional de Juventude. Documento base da 1ª conferência nacional de juventude “levante sua bandeira” (2008); Conselho Nacional de Juventude: Natureza, composição e funcionamento -agosto 2005 a março de 2007/ Maria Virgínia de Freitas (Org.), – Brasília, DF/São Paulo: CONJUVE; Fundação Friedrich Ebert; Ação Educativa, 2007. Natureza Composição e Funcionamento, 2007_Conselho Nacional de Juventude: Conjuve diretrizes e perspectivas. Brasília DF 2006_Conselho Nacional da Juventude: Reflexões sobre PNJ 2003/2010. Brasília, 2011

2.1 AMPLITUDE DO DEBATE ACERCA DO CPPJ

O Campo Político de Políticas de Juventude é autossuficiente na produção de seus limites, de suas dimensões simbólicas e institucionais²⁵ e dos produtos políticos por ele produzido. Enseja a crença e o consumo de discursos para o campo e sobre o campo enquanto elementos constitutivos do próprio campo de formulação de políticas de juventude. Envolve, além da crença que o sustenta e os atores coletivos envolvidos na sua estruturação, as suas divisões internas e os objetos de disputas em torno do que se produz politicamente em matéria de Políticas de Juventudes.

Considera-se a composição de um campo das políticas públicas de juventude, em que o segmento social juventude pressupõe a necessidade de políticas públicas específicas, considera-se em sua composição inicial as esferas: acadêmica, governamental e da sociedade civil (Castro, 2011).

A esfera acadêmica pode ser percebida de duas maneiras distintas, mas que se interconectam. A primeira – a esfera acadêmica no âmbito da produção de conhecimento sobre Políticas Públicas de Juventude, indica o deslocamento e as formas das PPJ ao longo das últimas décadas: políticas de controle, assistenciais e educacionais, associada à juventude problema, políticas adultocêntricas; em sua relação com o sistema econômico e com o controle social sobre o que é ser jovem, políticas de transição para o mundo dos adultos através da produção e do consumo. Em suma, com as políticas de proteção social e de reconhecimento evidenciou-se as disputas e a gradual construção de um conceito de *juventude*.

25 Cada campo possui “a sua doxa específica, conjunto de pressupostos inseparavelmente cognitivos e avaliativos cuja aceitação está implícita na própria pertença”, ou seja, se está perante uma “adesão tácita ao *nomos*, esta forma particular de crença, a *illusio*” que trata-se de uma “crença fundamental no valor dos *enjeux* da discussão. É importante ter presente que ‘a *illusio* não é da ordem dos princípios explícitos’, mas ‘da acção, da rotina, das coisas que se fazem, e que se fazem porque elas se fazem e que se fizeram sempre assim’” (BOURDIEU, *apud* Fernandes, 2006, p.83). Isso indica, ao menos, que a distribuição dos agentes sociais neste espaço se dá pela diferenciação e pela hierarquização (pelo poder de impor algo como uma norma, ou a aceitar inconscientemente (ou passivamente) uma posição na estrutura, aceitando mesmo inconscientemente, por que sempre o fora assim (violência simbólica) que se dá pela intrincada relação entre estruturas objetivas e exterioridade mútua (*habitus*). Pierre Bourdieu enfatiza que as relações de força entre as posições sociais, cujo objetivo é um *quantum* de força social em que “as diferentes classes e frações de classe estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais *conforme aos seus interesses*.” (BOURDIEU, 1989, p.11, *grifos meus*).

A segunda, aponta para a esfera acadêmica inserida no CPPJ. Na constituição do Conjuve, esta foi diluída no âmbito da sociedade civil, ou seja, as quatro cadeiras que ocupavam os conselheiros de “notório saber”²⁶ foram chamadas de *especialistas* e podiam ou não se ocupadas por acadêmicos (no uso científico do termo), mas preservando a ideia de conhecimento sistematizado, acumulado e conceitual. A partir de 2007, na sua segunda formação, o Conjuve passa a ter eleições para a composição de suas cadeiras, onde as associações e entidades da sociedade civil envolvidas com a temática das juventudes puderam se candidatar. Assim, foram suprimidas as indicações iniciais dos acadêmicos e especialistas tal como em sua primeira composição, passando estes agora a ocupar cadeiras do conselho através das entidades que os representam. No entanto, a inter-relação entre essas três esferas (acadêmica, governamental e da sociedade civil), na constituição do campo da juventude, se entrelaçam de tal forma que, a presença de acadêmicos e estudiosos em Movimentos Sociais e organizações da juventude na esfera da sociedade civil, e mesmo do conselho, traz para o debate conhecimentos advindos do campo acadêmico. Conceitos como juventudes, pluralidades, empoderamento, identidades etc, estão presentes no campo, e sua origem, está na intrincada relação entre a produção do conhecimento e a participação sociopolítica.

A esfera institucional é a esfera propriamente governamental, do âmbito do Estado, de suas divisões de poderes, de sua organização, da técnica, da burocracia e das hierarquias. A esfera institucional também agrega o controle do orçamento, onde e como serão gastos os recursos públicos, sem o qual uma política pública jamais perduraria.

Na análise da dimensão institucional do campo de políticas públicas de juventude, começaremos pela PNJ, pelo delineamento institucional de uma série de programas e ações combinadas em vários setores do poder público e da sociedade civil com vistas a elevar as políticas de juventude ao patamar de políticas de Estado, com garantias legais independente de sucessivos governos.

2.1.1 Dimensões e limites da PNJ

26 Na primeira composição do Conjuve haviam 4 cadeiras reservadas aos de notório saber e ou especialistas, sendo que para a primeira composição todas as quarenta cadeiras foram por indicação do governo, através de portaria da Secretaria-Geral da Presidência da República, nº 123, 08/2006.

Segundo a SNJ, a Política Nacional de Juventude se articula em três dimensões: a dimensão institucional, a dimensão internacional, e a dimensão legal²⁷.

A **dimensão institucional** da PNJ articula os espaços institucionais vinculados ao Estado, que incluem nesse caso, o executivo, as secretarias, os ministérios, o legislativo; e que, de alguma forma estão em consonância com a formulação de políticas de juventude. Entretanto, destaca-se a criação da SNJ e do CONJUVE, ambos em 2005, como espaços específicos para localização das políticas (visibilidade e debate), bem como a aproximação com a sociedade civil.

Assim, a SNJ e o CONJUVE que estão vinculados ao poder executivo, contribuíram com a publicidade do inventário das PPJ existentes que estavam espalhados pelos setores institucionais, principalmente nos ministérios, além de incluir a esfera da sociedade na dimensão institucional, considerando os limites consultivo e avaliativo do Conselho. Portanto, a dimensão institucional das PPJ, onde se coaduna estado/sociedade, impulsionou os debates sobre a temática juvenil.

A dimensão institucional das PPJ busca estabelecer um Sistema Nacional de Juventude, interligando os entes federativos à multiplicação de conselhos de Juventude pelo país²⁸, um sistema que tornaria mais objetivo à efetivação de PPJ.

A **Dimensão Internacional** engloba a comunidade internacional e seus países membros, representada principalmente pela ONU, que está articulada em torno de premissas que assegurem os direitos humanos, desenvolvimento econômico, segurança e paz²⁹. No século XX, principalmente após a segunda guerra, a ONU desenvolveu certas recomendações sobre a juventude, enquanto segmento social específico, garantindo direitos e a considerando-a como agente de transformações sociais positivas.

A legislação brasileira prevê receptividade destas recomendações, desde que aprovadas pelo Congresso. A recomendação da ONU em sua Convenção sobre os Direitos da Criança, 1989, foi transformada em lei no Brasil, sob a égide do ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, o que não exclui toda a conjunção de movimentos sociais e políticos anteriores em relação aos direitos das

27 <http://www.secretariageral.gov.br/Juventude/pol> acesso em 16 novembro 2012

28 Atualmente existem mais de 70 conselhos de juventudes pelo país. Fonte: <http://www.juventude.gov.br/conjuve/guia-de-conselhos-de-juventude/rede-nacional-de-conselhos-de-juventude> acesso 14/05 2014

29 Princípios resumidos, mais detalhes www.onu.org.br

crianças e dos adolescentes, principalmente pela atualização do código de menores.

A Dimensão Internacional das PPJ primeiramente, é vinculada aos tratados internacionais sobre juventude do qual o Brasil é signatário. Como Estado membro verifica-se a receptividade dos tratados passando pelo Congresso Nacional. Para a SNJ,

A Política Nacional de Juventude exige que o Brasil mantenha o intercâmbio permanente com outros países, sobretudo da América Latina, e participe dos debates internacionais sobre o tema, que ganhou novo impulso depois da 18ª Cúpula de Chefes de Estado e de Governo, realizada em 2008, em San Salvador, capital de El Salvador, cuja declaração final incluiu o papel do Estado no estabelecimento de políticas públicas destinadas a melhorar a qualidade de vida dos jovens nos países ibero-americanos³⁰.

Desde 2010 o Brasil integra a Organização Ibero-Americana de Juventude. Com sede na Espanha, sendo o único órgão multilateral de juventude no mundo.³¹

Segundo a Secretaria Nacional de Juventude o Brasil participou em 2009 do 2º Encontro de Parlamentares Ibero-Americanos pela Juventude organizado pela própria SNJ. “O evento foi importante para que os parlamentares tomassem conhecimento do conteúdo da Convenção Ibero-Americana, que foi o primeiro Tratado de Direitos Humanos voltado para a Juventude, assinado em 2005, na Espanha, e ratificado por sete países.”³²

O Brasil participou também da Reunião Especializada de Juventude do Mercosul em 2009, junto com os países do Cone Sul, com a responsabilidade de pensar a política de juventude sob a ótica da integração. Nesta reunião o Brasil colocou na pauta o tema Juventude e Trabalho Decente e ressaltou a necessidade de levar a questão às instâncias superiores do Mercosul, visando à construção de uma agenda de trabalho decente voltada para a juventude.³³

Já na Reunião Especializada de Juventude do Mercosul em julho de 2009, os presidentes do Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e

30Dimensões da Política Nacional de Juventude SNJ: disponível em <http://www.secretariageral.gov.br/Juventude/pol> acesso em 16 novembro 2012

31 Envolve Portugal, Espanha e os países da América Latina.

32 <http://www.secretariageral.gov.br/Juventude/pol> acesso em 16 novembro 2012

33 <http://www.secretariageral.gov.br/Juventude/pol> acesso em 16 novembro 2012

Venezuela assinaram um comunicado conjunto para implementação de uma agenda sobre juventude. Além disso, a SNJ mantém o diálogo institucional com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP, participando de uma agenda comum voltada para a juventude dos países que integram o Grupo.³⁴

Na sequência um conjunto de quadros resumem o histórico de documentos, recomendações e os respectivos objetivos no âmbito internacional do CPPJ.

Quadro 7

Resumo dos documentos, programas e recomendações internacionais em matéria de população jovem			
Agência/orga nizador	Ano	Documento	Resumo/ênfase
ONU	1965	Declaração das nações unidas de promoção dos ideais de Paz, Respeito Mútuo e Compreensão entre os Povos	Juventude população-chave à paz, desenvolvimento e integração/educação
ONU	1985	Ano internacional da juventude / aprova-se o Guia das nações unidas para planejamento em matéria de juventude	Juventude em potencial, categoria que abarca vários subgrupos, não é única
ONU	1995	Programa de ação da ONU para juventude até o ano 2000	Jovens como agentes, beneficiários e vítimas de mudanças sociais, direitos específicos vinculados aos direitos humanos/prioridade responsabilidade dos governos e parcerias sociais e privadas
ONU/govern o português	1998	Declaração de Lisboa sobre políticas e Programas de Juventude	Reiteram a política nacional de juventude e a participação dos jovens na formulação e implementação
ONU/govern o português	1998	Plano de ação de Braga	Reiteram a política nacional de juventude e a participação dos jovens na formulação e implementação

34 <http://www.secretariageral.gov.br/Juventude/pol> acesso em 16 novembro 2012

ONU	2001	A estratégia de <i>Empowerment</i> da juventude de Dacar	Reiteram a política nacional de juventude e a participação dos jovens na formulação e implementação
-----	------	--	---

Fonte: UNFPA (2010) resumida pelo autor

No quadro seguinte apresentamos os Tratados e Convenções Internacionais aprovados pela ONU e ratificados pelo Brasil.

Quadro 8

Documentos Internacionais Ratificados pelo Brasil		
Aprovação pela ONU	Ratificação pelo Brasil	Instrumentos internacionais
1945	1945	Carta das Nações Unidas
1948	1948	Convenção contra o genocídio
1948	1948	Declaração universal dos Direitos Humanos
1965	1968	Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial
1966	1991	Pacto internacional dos direitos civis e políticos
1966	1992	Pacto internacional dos direitos econômicos, sociais e culturais
1979	1984/94 ³⁵	Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres
1984	1989	Convenção contra a tortura e outros tratamentos e penas cruéis, desumanos ou degradantes.
1989	1990	Convenção sobre os direitos da criança
1993	1993	Plano de ação da conferência mundial sobre os direitos humanos
1993	1993	Declaração sobre a eliminação da violência contra a mulher
1994	1994	Plano de ação da conferência sobre população e desenvolvimento

35 Convenção assinada pelo governo brasileiro em 1984, com reservas, na parte relativa aos direitos da família. Em 1994 o Brasil retirou as reservas e ratificou plenamente a convenção. As reservas podem ser vistas em inteiro teor disponível em: <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/discrimulher.htm> Mais detalhes sobre as reservas em <http://www.observatoriodegenero.gov.br/eixo/internacional/instancias-regionais/o-comite-cedaw-2013-comite-para-a-eliminacao-de-todas-as-formas-de-discriminacao-contra-a-mulher>

1994	1995	Convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher (convenção Belém do Pará)
1995	1995	Plataforma de ação da IV conferência mundial sobre a mulher
1999	2002	Protocolo facultativo CEDAW ³⁶

Fonte: Conjuve (2006) com destaques do autor.

Pode-se observar na parte destacada da tabela, a morosidade entre o ano de aprovação e o ano de ratificação. Na parte destacada, temos, que os lapsos entre a aprovação pela ONU e a ratificação pelo Brasil, em alguns casos, como o pacto dos direitos civis e políticos e o subsequente, sobre direitos econômicos, sociais e culturais, que ultrapassam os 20 anos de gaveta, coincidem com o período turbulento na política recente do país. Não é difícil associar estes lapsos relacionando o conteúdo das matérias e a ditadura militar. O modelo de regime político, aponta para o horizonte de acordo com suas expectativas e princípios.

No que tange a **Dimensão Legal**, segundo a SNJ, esta visa principalmente “a constituição de um marco legal, que vai permitir ao Brasil consolidar sua política juvenil como uma política de Estado, ou seja, uma política perene e independente da vontade daqueles que estejam governando o país.”³⁷ Para a SNJ, há três pontos principais, a serem destacados: A PEC proposta de emenda a constituição 042/2008 já aprovada e promulgada como Emenda Constitucional 65, que inclui o termo “jovem” na carta magna; o Estatuto da Juventude, “que estabelece a responsabilidade das três esferas governamentais na execução das políticas juvenis, foi aprovado na Câmara dos Deputados em outubro de 2011 e aguarda apreciação do Senado”³⁸ e o Plano Nacional de Juventude, que “estabelece um conjunto de metas que os governos – federal, estadual e municipal – deverão cumprir em relação à política juvenil em um período de dez anos, e aguarda entrar na pauta de votação da Câmara dos Deputados.”³⁹

36 Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher.

37 Portal da SNJ disponível em <http://www.secretariageral.gov.br/Juventude/pol> acesso em 16 novembro 2012

38 Portal da SNJ disponível em <http://www.secretariageral.gov.br/Juventude/pol> acesso em 16 novembro 2012

39 Portal da SNJ disponível em <http://www.secretariageral.gov.br/Juventude/pol> acesso em 16 novembro 2012

A partir da conjunção entre a Dimensão Institucional, a dimensão Internacional e a dimensão Legal da PNJ, temos que, a articulação entre elas podem constituir um amplo espaço de debate e de formulação de políticas públicas para a juventude. No entanto, em relação à composição destas esferas temos atores diferentes entre si, com interesses e visões de mundo em certa medida irreconciliáveis; além do lugar (importância) que a temática da juventude realmente ocupa em relação ao campo político como um todo, à estrutura de governo, ao campo econômico, o campo religioso, aos segmentos mais tradicionais e progressistas da sociedade, e da própria opinião pública e do senso comum.

Assim, na divisão dos papéis, cabe a SNJ o papel de articulador, e o CONJUVE como espaço de discussão, proposição e avaliação das PPJ, que incluem os demais segmentos da sociedade civil. Portanto, a formulação das políticas de juventude, neste atual arranjo sociopolítico, passa por dois espaços em oposição no campo institucional, o executivo, que tem os ministérios como gestores das PPJ e o legislativo, e carrega os embates e acordos entre parlamento e governo. Nessa ótica, os agentes das políticas de juventude, na dimensão institucional, seriam os ministros de Estado, os Secretários Nacionais, os Deputados (legisladores) e os Conselheiros Nacionais de Juventude, este último advindo da sociedade civil, vinculados a grupos, associações e movimentos sociais em prol da juventude⁴⁰.

Na Dimensão Internacional falamos de Estados membros, signatários. Embora nas conferências internacionais possa haver a presença da sociedade civil e de especialistas, técnicos e cientistas, deve-se levar em consideração o modelo adotado de delegação e seus limites em relação a representação e ao direito de voto.

Na Dimensão Legal, esta depende da capacidade dos legisladores, que representam a sociedade, todavia, pode-se ter pressão social em favor de alguma matéria, ou, mesmo através de leis de iniciativa popular, regulamentadas na CF 88.

Apesar da separação das dimensões, o fluxo de ideias, interesses, iniciativas transitam entre a Dimensão Institucional e a legal pelos seus representantes e seus vínculos a um sistema de ideias, de um programa de partido, de orientação econômica e religiosa etc.

40 Utilizo aqui o pressuposto de que as associações em prol da juventude, de qualquer natureza, são compostas por jovens, sendo que trabalhem com jovens ou para os jovens, ou mesmo, sejam estritamente composta por jovens ou estudantes, a partir das regras contidas nas resoluções do próprio CONJUVE. Ver resolução 02/2012 <http://www.juventude.gov.br/conjuve/documentos/resolucoes>

O alcance da legalidade, de um marco legal, depende das relações de poder no interior das instituições políticas, tanto aquelas compostas pelos políticos como aquelas que envolvam a sociedade civil. Fundar um marco legal, aprovar ou rejeitar alguma lei, depende da capacidade de mobilização das forças sociais e políticas e pode ser um processo bastante conturbado.

2.2 PRODUÇÃO DA CRENÇA NOS PRODUTOS POLÍTICOS: A POLÍTICA NACIONAL DE JUVENTUDE E O PROBLEMA DA INCLUSÃO, TRABALHO E RENDA.

No atual estágio do debate acerca da efetividade, manutenção e funcionamento das PPJ, temos que

Estado tem o papel de conduzir um projeto de desenvolvimento nacional verdadeiramente democrático. Cabe aos governos, portanto, implementar políticas públicas efetivas, capazes de oferecer perspectivas de futuro e propiciar a cidadania plena aos milhões de jovens brasileiros. (PNJ 2008, p.14)

Nesse sentido, desponta o reconhecimento de uma situação de natureza política, em que as PPJ a serem construídas devam

Frente ao contexto de exclusão social que afeta grande parte da população juvenil do país, as políticas públicas de juventude devem ter caráter redistributivo, ou seja, devem estar orientadas para diminuir as desigualdades entre os jovens e outros segmentos etários e dos jovens entre si. Para isso, devem ser implementadas, simultaneamente: políticas universais que levem em conta as demandas e singularidades juvenis (como a educação pública e a geração de empregos), políticas emergenciais (apresentando novas chances aos jovens em situação de maior vulnerabilidade social) e políticas específicas (que reconheçam e promovam o potencial e as particularidades da condição juvenil). (PNJ 2008, p.14)

Considerando que a totalidade de políticas públicas que visam a juventude estão consonância com o discurso de PPJ específicas⁴¹, a articulação entre as esferas do executivo e a participação da sociedade ensejam um embate político, principalmente, sobre a natureza das PPJ de desenvolvimento, que envolvam trabalho e renda.

Uma análise preliminar sobre a política pública de trabalho para a juventude, observando os objetivos e os públicos-alvo dos programas levantados nos últimos oito anos, permite constatar que houve um investimento do governo na oferta de qualificação profissional e em ações emergenciais de aceleração da escolaridade aos jovens de baixa renda. Entretanto, entre as iniciativas governamentais que se voltam para essa dimensão, a única que contempla o público juvenil são as modalidades do ProJovem Integrado. As ações realizadas por este programa têm sido de grande importância social, enquanto mecanismo de resgate dos jovens excluídos do processo educacional, e como iniciativas pedagógicas que apresentam características inovadoras, entre elas a combinação de elevação da escolaridade, com qualificação profissional e trabalho comunitário. (CONJUVE, 2011, p. 41)

41 Quanto à classificação adotada pela SNJ tem-se “políticas estruturais, que seriam as políticas continuadas e relacionadas à garantia de direitos fundamentais; os programas governamentais, que podem ou não serem subordinados às políticas estruturais, tendo um prazo de existência definido e atuando sobre uma realidade social mais circunscrita, e as ações que, restritas a um público determinado, têm um curto prazo e podem ou não articular-se às políticas e aos programas.”(SNJ 2011p. 18) Na totalidade dos discursos, alguns textos incluem ou excluem PPJ ou aquelas que atendem as juventudes, direta ou indiretamente. O documento SNJ (2011), traz alguns programas e PPJ, como Escola aberta 2004, Brasil alfabetizado 2003, soldado cidadão 2004, FIES 1999, PNCF plano nacional de crédito fundiário 2003 entre outros. Já o Guia de Políticas públicas de juventude (2010) publicada pela SNJ: incluem-se como políticas, projetos e ações para a juventude: o PNLEM Projeto Nacional do Livro Didático para o ensino médio; PNLEM projeção para alfabetização de jovens e adultos; ampliação do bolsa família para jovens, para adolescentes entre 16/17 anos permanecerem na escola, mediante auxílio de R\$ 30,00, não ultrapassando 2 pessoas por família; reforço às escolas técnicas e ampliação das vagas em universidades federais; a construção de praças da juventude (módulos poliesportivos e culturais). Somados as ações, programas e políticas para a juventude tem-se, segundo a SNJ, 11 milhões de pessoas beneficiadas, consideradas por estes relatórios desde que atinjam a parcela jovem do país. Assim, o documento (SNJ 2011) mapeia mais de 40 programas que se enquadram na temática juventude.

O ProJovem assim passa a ser o programa mais exaltado pelo governo, certamente com maior investimento e amplitude nacional, todavia o mais criticado, pois

É possível notar que, em relação ao eixo desenvolvimento integral, há uma carência de políticas estruturais, sendo mais desenvolvidos programas governamentais e ações. De um modo geral, as iniciativas se concentram nas áreas de educação e emprego, revelando a concepção da juventude como fase preparatória para a vida adulta. As políticas de cunho estruturante estão mais vinculadas aos processos educativos e as dimensões do trabalho e da cultura limitam-se a programas emergenciais ou focalizados.(CONJUVE, 2011 p. 56)

Nesse sentido, em conjunto, as ações para a Juventude focados na área da educação, trabalho e renda são reforçadas pois,

[..] é possível inferir que, do total dos programas levantados, a maioria volta-se exclusivamente para a população de jovens excluídos, os quais apresentam baixa renda, pouca escolaridade ou dificuldade de acesso ao ensino superior, desempregados ou com inserção precária no mercado de trabalho. (IPEA, 2009,p. 56)

O processo de construção da Política Nacional de Juventude, que define um segmento próprio ou público-alvo, em toda a sua multiplicidade foi se desenvolvendo paulatinamente. No entanto, fica evidente a importância das políticas sociais, principalmente as voltadas a proteção social, como emprego, renda e educação, que em certa medida aparecem como políticas emergenciais. Essas políticas recorrem a uma velha fórmula, que consiste em mais educação e inserção no mundo do trabalho igual a prevenção da violência, dos delitos. Apenas recentemente temos a ideia de políticas específicas para um segmento social, que apreende uma determinada faixa etária em contextos múltiplos sociais e culturais.

Não há nada de muito novo nas PPJ em geral, que visam garantir ao segmento em questão, os direitos sociais básicos contidos na CF 88, tais como: educação, saúde, trabalho, esporte e cultura etc. Que se desdobram em cidadania e participação, exercícios democráticos, que necessitam de autonomia e identidade (protagonismo). A questão é que

com o reconhecimento da multiplicidade cultural, das juventudes, essas políticas precisam estar em consonância com as distintas realidades dos jovens, da periferia, juventude negra, do campo, jovens mulheres etc. Para tanto, suprir as demandas básicas dos direitos sociais dos cidadãos vai além de generalização das leis, e requer o conhecimento e o diálogo com os cidadãos e suas distintas realidades.

O ProJovem, junto com a criação da SNJ e do Conjuve no ano de 2005 marcam institucionalmente a caminhada rumo à PNJ. O ProJovem

Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária - ProJovem - voltado especificamente para o segmento juvenil mais vulnerável e menos contemplado por políticas públicas então vigentes: jovens de 18 a 24 anos, que haviam terminado a quarta série mas não concluído a oitava série do ensino fundamental e não tinham vínculos formais de trabalho. O Programa caracterizou-se como **emergencial**, atendendo um segmento que tem necessidade de chegar ainda jovem ao ensino médio, e **experimental**, baseando sua proposta curricular em novos paradigmas de ensino e aprendizagem que permitem articular o ensino fundamental, a qualificação profissional e a ação comunitária(PPI ProJovem, p.13⁴² 2008)

Hoje denominado ProJovem Integrado, que articula ações na cidade e no campo, (região metropolitana e rural) está buscando amplitude nacional. Suas ações são de elevação do nível escolar e capacitação profissional. É de longe a menina dos olhos do governo.

O ProJovem Integrado, tem em vista a atender maior quantidade e diversidade de jovens nas situações referidas em todas as regiões do país. Para articular a integração desse programa, haveria de articular políticas públicas que se encontram em diferentes ministérios (seus respectivos executores) canalizando-as num único espaço, a SNJ. Que tem entre suas funções de:

- (a) formular, supervisionar, coordenar, integrar e articular políticas públicas para a juventude; (b) articular, promover e executar programas de

42Disponível

http://www.ProJovem.gov.br/userfiles/file/SET%202008_%20PPI%20FINAL.pdf

acesso

12/02/2008

cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados para a implementação de políticas para a juventude (PPI p. 13, 2008)

No decorrer das modificações do programa inicial, com falhas precisando ser remoduladas, para dar origem ao que hoje chama-se de ProJovem integrado, visando aumentar a eficácia e alcance, houve resistências que denotam bem o confronto político e a ideia de ser “dono” ou “criador” de uma política pública:

[...] as recomendações de extinções, fusões ou readequação de ações anteriores visando à melhoria da gestão encontraram grande resistência por parte dos órgãos executores dos diferentes programas existentes. Tal resistência não é um fato novo ou inusitado, pois, em geral, as recomendações de extinções, fusões e incorporações de ações e programas executados por órgãos diferentes não raramente são rechaçadas. Via de regra, os argumentos da racionalidade técnica e da melhoria de gestão, que resultariam na possibilidade de atender maior número de jovens sem que fosse necessário aumentar os recursos na mesma proporção, são descartados frente ao forte *apego institucional que leva diferentes órgãos e forças políticas representadas a competir entre si pela marca de programas próprios e pelas diferentes formas de atuação e gestão*. Este ambiente acaba se tornando pouco propício à promoção de mudanças e inovações. Com efeito, o processo pode resultar inócuo ou, na melhor das hipóteses, trazer reduzida repercussão sobre os problemas que precisam ser sanados, se, diante de tais dificuldades, não existir imperativa determinação superior de introduzir as alterações necessárias. (SILVA e ANDRADE, 2009 p. 53 *grifos meus*)

Vale lembrar, que em 2003, o grupo interministerial, formado dentro do governo inicia o trabalho, com a missão de fazer um levantamento sobre as PPJ existentes e suas localizações. Essa ação precede a criação da SNJ e do Conjuve. A comissão mapeia as políticas, ações e programas para a juventude em 17 ministérios diferentes. O

passo seguinte seria a constituição de mecanismo de articulação e controle dessas ações (SNJ), visando a construção da PNJ.

No entanto, esse caminho não ficou livre de entraves políticos. Silva e Andrade (2009) descrevem muito bem o conflito político que define o uso de políticas como vinculadas a um nome ou instituição. Explicam que por questões como essa, em que os ministérios criadores de PPJ, no fim do processo de discussões e avaliação que visavam a melhoria das PPJ, principalmente no intuito de localizá-las em um único âmbito institucional, para melhorar o gerenciamento de recursos e a avaliação, acabou por não haver esta centralização, tampouco a transferência ou extinção de programas e as ações anteriores. O que resultou que a SNJ passou a articular PPJ sem desvinculá-las dos respectivos órgãos em que se encontram e possuem a aplicação e financiamento. O ProJovem Integrado, lançado em setembro de 2007 é a soma de 6 programas: ProJovem, Agente Jovem, Saberes da Terra, Escola de Fábrica, Consórcio Social da Juventude e Juventude Cidadã, em que

A gestão do programa é compartilhada entre a Secretaria-Geral da Presidência da República – por meio a Secretaria Nacional de Juventude –, o MTE, o MDS e o MEC. Cada uma de suas modalidades também conta com um comitê gestor instituído pelo órgão responsável por sua coordenação. (SILVA e ANDRADE, 2009, P. 53)

Acrescente-se que a coordenação do ProJovem foi transferida para o Ministério da Educação. A SNJ avaliou que as modalidades do ProJovem,

[..] foram submetidas a processo de diagnóstico e proposição de melhorias que resultaram na pactuação, na melhor adequação às necessidades e interesses dos jovens e na consolidação do programa, a partir do seu Conselho Gestor. (SNJ, 2011 p.13)

Admite-se aqui que houve a participação (avaliativa e consultiva) dos jovens na forma do Conjuve, a par dessa deliberação. A SNJ parece se restringir aos “diagnósticos e proposições”, e concordando que

Entre as principais mudanças destacam-se a transferência da coordenação e execução do ProJovem Urbano da SNJ/SG-PR para o

Ministério da Educação e sua incorporação no bojo da Educação de Jovens e Adultos, mantendo sua proposta pedagógica diferenciada e preservando os vínculos com a Política Nacional de Juventude.(SNJ, 2011 p.13).

Temos aqui algo realmente interessante do ponto de vista do campo político. Em proposições formuladas e debatidas exclusivamente pelos jovens na 2ª Conferência Nacional de Juventude realizada em 2012, e expressas em forma da 4ª moção de apoio do eixo 4⁴³, aprovada pelos delegados presentes na plenária final (foto), que versa

Nós, Delegados (as) da 2ª Conferência Nacional de Juventude, reiteramos o apoio à manutenção político-estrutural das Secretarias com status de Ministérios (SEPPIR – Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial, SPM – Secretaria de Políticas para Mulheres, SDH – Secretaria de Direitos Humanos). Bem como, conferir à SNJ - Secretaria Nacional de Juventude o mesmo status, no sentido de Fortalecer o espaço das discussões e ações de políticas públicas no Brasil⁴⁴.

As dificuldades na articulação da PPJ e embates entre executores de PP, transforma o trabalho da SNJ em uma luta por espaço dentro do jogo das PP. Em relação ao ProJovem, a estrela das PPJ, temos que

Embora seja possível reconhecer o esforço da Secretaria Nacional de Juventude no sentido de desenhar e coordenar uma política de juventude mais orgânica, conclui-se, em suma, que as quatro modalidades do ProJovem pouco se articulam, ainda que concorram, com diferentes ênfases e intensidades, para os mesmos objetivos, qual sejam: i) promover a elevação da escolaridade; ii) ampliar o repertório do jovem relacionado ao mundo do trabalho; e iii) promover o desenvolvimento humano e a participação cidadã. (SILVA e ANDRADE, 2009 P. 59)

43Disponível em: http://www.juventude.gov.br/conferencia/resolucoes-finais/MocoosFinal_2CNJ.pdf acesso 17/09/2012

44Moções finais da 2ª Conferência Nacional de Juventude. Disponível em: http://www.juventude.gov.br/conferencia/resolucoes-finais/MocoosFinal_2CNJ.pdf acesso 17/09/2012

Considera-se, portanto, a existência de uma PNJ ⁴⁵, contemplando assim a totalidade de ações integradas desenvolvidas para a juventude nestes últimos anos. Pode-se questionar em que medida são paliativos, necessários, no entanto

a solução socialmente justa e definitiva só será alcançada quando estiver assegurada, de fato, educação de qualidade conjugada com políticas de transferência de renda, habitação adequada, saneamento e acesso a serviços de saúde, cultura e lazer para todos os jovens. (SILVA e ANDRADE, 2009 P. 68)

Dessa forma, a disposição das PPJ que descreve a sua distribuição entre os ministérios, com o levantamento feito pela câmara temática (Cejuvent⁴⁶ em 2003), indicam duas premissas que entrecorta os discursos sobre PPJ: a eventual necessidade de um sistema nacional de juventude, em termos de articulação, e até a elevação da SNJ ao *status* de ministério (propostas discutidas pelas juventudes do Conjuve)⁴⁷. Bem como a dificuldade de canalizar ou localizar num âmbito específico os assuntos relativos as PPJ, resguardando a ideia de transversalidade das PPJ.

Quadro 9: Políticas, programas e ações em matéria de juventude distribuídas pelos ministérios federais.

Eixo 1 – Elevação de escolaridade, qualificação profissional e cidadania			
Programa	Órgão	Tipo de benefício	público-alvo
1- ProJovem urbano	SNJ	Ensino, capacitação, profissional, auxílio financeiro	Jovens entre 18 e 29 anos
ProJovem adolescente	MDS	atividades	Jovens

45 “A partir de uma avaliação geral” e do “conjunto de programas federais voltados, exclusivamente ou não, para o público jovem, pode se afirmar que o governo brasileiro tem, atualmente, uma política nacional para juventude que contempla, praticamente, a totalidade das áreas sociais – educação, saúde, emprego, cultura, esporte, segurança e meio ambiente”. (SILVA e ANDRADE, 2009, p. 67)

46 Relatório Cejuvent disponível em <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=271827>

47 Ver moção de apoio nº 4 http://www.juventude.gov.br/conferencia/resolucoes-finais/MocoesFinal_2CNPJ.pdf

		socioeducativas/capacitação/auxílio financeiro	entre 15 e 17 anos
ProJovem trabalhador	MTE	Profissionalização; elevação de escolaridade; auxílio financeiro	Jovens entre 18 e 29 anos
ProJovem campo	MEC	Elevação de escolaridade; qualificação auxílio financeiro	Jovens entre 18 e 29 anos
2. Soldado Cidadão	Ministério da defesa MD	formação e qualificação para jovens egressos do serviço militar	Jovens recrutas
3. Jovem Aprendiz	MTE	Aprendizagem de ofício ou profissão com contrato de trabalho determinado	Jovens entre 14 e 24 anos
4. Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a educação básica na modalidade de Proeja	MEC	ensino fundamental; educação profissional técnica de nível médio	Jovens com idade mínima de 18 anos

Eixo 2 – Educação: ensino médio e superior

Programa	Órgão	Principal benefício	público-alvo
5. Programa Universidade para Todos (ProUni)	MEC	Bolsas para cursos superior	Jovens de baixa renda
6. Projeto Rondon	MD	Trabalhos e atividades em regiões remotas do Brasil	Jovens estudantes de ensino superior

Eixo 3 – Financiamento e crédito rural

Programa	Órgão	Principal benefício	público-alvo
----------	-------	---------------------	--------------

7. Programa Nossa Primeira Terra	MDA	Linha de financiamento para infraestrutura básica de imóveis rurais	Jovens entre 18 e 28 anos
8. Programa PRONAF Jovem	MDA	Financiamento de projetos agrícolas	Jovens entre 16 e 25

Eixo 4 – Cultura, esporte e lazer

Programa	Órgão	Principal benefício	público-alvo
9. Programa Segundo Tempo	Ministério do esporte	prática esportiva, complemento alimentar, reforço escolar e material esportivo	Crianças e jovens em situação de risco social
10. Programa Bolsa Atleta	Ministério do esporte	O apoio financeiro para atletas sem patrocínio.	Jovens maiores de 12 anos, atletas
11. Programa Escola Aberta	MEC	Atividades extras educacionais, esportivas, culturais	Jovens e pessoas da comunidade
12. Pontos de Cultura	MEC	Acesso da população de baixa renda à produção dos bens e serviços culturais; repasse de recursos financeiros para atividades e para a aquisição de kit de produção multimídia, computadores com internet banda larga e programas de software livre, estúdio e ilha de edição	População de localidades rurais, indígenas e quilombolas e centros urbanos de todo o país

Eixo 5 – Meio ambiente

Programa	Órgão	Principal benefício	público-alvo
13. Programa Juventude e Meio Ambiente	Ministério do Meio Ambiente (MMA) e MEC	Formação e fortalecimento de lideranças ambientalistas jovens	Jovens entre 15 e 29 anos

Eixo 6 – Saúde			
Programa	Órgão	Principal benefício	público-alvo
14. Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE) – apoio Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)	Ministério da Saúde (MS) e MEC	Submissão voluntária a testes em vírus da imunodeficiência humana (HIV); disponibilidade de preservativos nas escolas; informações sobre: prevenção do HIV e outras doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), saúde reprodutiva e drogas	Jovens entre 14 e 19 anos estudantes das escolas públicas
15. Programa Saúde na Escola (PSE)	MS e MEC	Avaliação e prevenção das condições de saúde; segurança alimentar e DST e drogas	Alunos da rede pública em geral

Eixo 7 – Segurança pública			
Programa	Órgão	Principal benefício	público-alvo
16. Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci)	Ministério da Justiça MJ	Redução da exposição dos jovens à violência e à criminalidade	Jovens de 15 a 24 anos moradores das regiões metropolitanas
17. Programa de Redução da Violência Letal contra Adolescentes e Jovens	SEDH)	Estudos e práticas de combate a violência	Faixa etária não definida

Fonte: Silva e Andrade (2009) resumida pelo autor

A compreensão do debate acerca dos produtos políticos, dos discursos e dos debates sobre a PNJ, além da efetivação das PPJ, passa

necessariamente pelo debate acerca do alcance da participação da juventude. No entanto, para este requisito, imprescindível

Poucos programas apresentam mecanismos institucionais que possibilitem aos jovens trazerem críticas, sugestões e contribuírem para o aprimoramento do que está sendo realizado. Para além dos jovens atendidos pelos programas, essa reflexão aponta também para a dificuldade dos espaços institucionais de participação estabelecerem diálogo com uma juventude que não se encontra organizada através de movimentos, instituições, fóruns. Nesse sentido, é preciso que as informações e os debates também atinjam estes jovens, procurando construir caminhos para garantir a horizontalização da participação no âmbito das políticas públicas. (CONJUVE, 2011, p. 96)

Na opinião do Conjuve, a aprovação de diplomas legais como a PEC Juventude, a aprovação do Estatuto da Juventude trariam na agenda pública um marco, pois “ao incluir o conceito de juventude na Constituição, facilita-se o caminho para a aprovação de projetos estruturantes, como o Plano Nacional da Juventude e Estatuto da Juventude (CONJUVE, 2011, p. 99). Assim temos que

A aprovação dessa PEC insere o termo "jovem" na Constituição Federal, no capítulo dos Direitos e Garantias Fundamentais, permutando o capítulo VII do Título VIII da Constituição, pelo substitutivo, passando a chamar-se "Da Família, da Criança, do Adolescente, **do Jovem** e do Idoso" - ou seja, o jovem é incluído na denominação do capítulo.(CONJUVE, 2011 p. 99)

Assim, as PPJ estão ainda distribuídas entre os ministérios e eles detêm a dotação orçamentária e a execução, no campo político de PPJ o Conjuve faz *sua parte* ao recomendar e sugerir, embora utilizando-se de uma linguagem, muitas vezes, estritamente política com assimilações de termos técnicos e científicos.

Nesta linha, o conteúdo dos relatórios produzidos pelo Conselho tende a produzir certa reflexão sobre a atual PPJ, principalmente, reiterando que o Conjuve tende a se constituir

[...] num espaço de diálogo importante entre os atores presentes, sobretudo entre os representantes

do poder público e da sociedade civil, que refletiram sobre os avanços e desafios e sugeriram recomendações para qualificarem as políticas públicas de juventude. (CONJUVE, 2011 p. 15).

Portanto, considera-se que o produto simbólico, a avaliação das PPJ, ou seja, o produto dos debates sobre as ações governamentais, são o esboço mais ou menos consensual dos diálogos travados no interior deste espaço, produzindo relatórios de domínio público que tende a reforçar certa legitimidade do Conselho, de falar em nome dos Jovens. Portanto, ressalta-se a importância da força de sentido contido nos documentos produzidos pelo referido Conselho de Juventude⁴⁸.

A metodologia adotada pelo Conjuve para a produção deste consenso, geralmente consiste em Grupos de Trabalho ou mesmo oficinas temáticas⁴⁹, “envolvendo governo e sociedade civil, incluindo instituições, pesquisadores, grupos e movimentos que não estão na composição do Conjuve[...]” essas “oficinas se constituíram como um rico espaço de debate e geração de insumos para a reflexão sobre as políticas públicas de juventude.”(CONJUVE, 2011 p. 17). Não obstante, para fornecer um “olhar político” sobre a PNJ (o que abarcaria todo o conjunto de PPJ entre 2003 e 2010) o próprio Conjuve se viu frente

A pouca disponibilidade de informações e os limites práticos de tempo e estrutura dificultaram uma coleta de dados mais apurada pela comissão e, conseqüentemente, impuseram restrições à

48 A maioria das críticas ao Conjuve ou às PPJ vem em forma de autocrítica, sendo publicizada pelos próprios envolvidos, levando as divergências ideológicas às raízes da institucionalidade. As críticas vindas de fora do Conjuve são feitas com conhecimento de causa, de quem conhece a situação, ex-militantes, co-criadores, políticos profissionais ou opositores ideológicos. Isso mostra que os produtos políticos produzidos pelo campo trazem em sua concepção as divergências simbólicas contidas em sua própria composição. Na sequência alguns links que denotam a natureza das críticas e defesas de tomada de posição ideológicas que tangenciam o âmbito institucional do Conselho.

http://www.acaoeducativa.org.br/boletim_juv/novojuv/092009/cena.html;

[https://fureotubo.wordpress.com/2011/09/18/conjuve-o-poder-da-](https://fureotubo.wordpress.com/2011/09/18/conjuve-o-poder-da-manipulacao/)

[manipulacao/;http://www.vermelho.org.br/ba/noticia.php?id_secas=58&id_noticia=182908;](http://www.vermelho.org.br/ba/noticia.php?id_secas=58&id_noticia=182908)

<http://www.juventude.gov.br/conjuve/noticias/2010/12/17-12-2010-gabriel-medina-e-hora-de-ocupar-as-ruas-e-transformar-sonhos-em-realidade> acesso 19/02/2013

49 As câmaras temáticas, procedimento adotado pelo Conjuve em várias ocasiões, é basicamente, a divisão de tarefas por agrupamento de temas. No entanto, para a deliberação de questões de ordem interna ou deliberações quaisquer o regimento propõe discussão e votação, similares a qualquer parlamento: ver <http://www.juventude.gov.br/conjuve/documentos/regimento-interno-do-conjuve> acesso em 13/08/2013

análise. A falta de uma unidade no desenho da política de juventude nos Ministérios e Secretarias, assim como a ausência de um sistema único de avaliação, geraram um desnivelamento nas informações recebidas. (CONJUVE, 2011, p. 17)

2.3 A PROBLEMÁTICA DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DA JUVENTUDE NA DIMENSÃO INSTITUCIONAL: O FECHAMENTO DO CAMPO POLÍTICO.

O surgimento de uma conjuntura favorável à constituição de um CPPJ implica a concepção de participação institucional da juventude, como eixo norteador dos discursos sobre PPJ. Isto é exaustivamente debatido, após 2004, principalmente com a publicação dos relatórios do Instituto Cidadania (2004) e das recomendações da Cejuvent (2004) e a institucionalização da PNJ, a partir de 2005, com a criação da SNJ, do Conjuve e da ampliação do ProJovem. O processo participativo, de um ponto de vista conjuntural, tende a superar a ideia de controle social dos jovens mobilizados que se desenhou nos anos 1970 em resposta às mobilizações juvenis/estudantis (ABAD, 2002). A partir da Constituição Federal de 1988 em conjunto com movimentos sociais, a participação tem-se colocado como indispensável na redemocratização brasileira. Todavia, falar em participação política da juventude envolve questões relativas à própria participação, ou seja, qual a natureza política e social da participação. Isto envolve muitas combinações, principalmente a participação da sociedade civil, participação eletiva, participação por delegação ou mesmo a não participação.

A pesquisa do Instituto Ibase e Pólis (2006)⁵⁰ demonstra que a preocupação da juventude com a política é contrária à ideia de apatia política dos Jovens. A pesquisa mostrou que a juventude na sociedade brasileira é participativa se preocupa com política e problemas sociais.

Os diálogos evidenciaram a disposição dos(as) jovens participantes em pensar sobre os problemas que afetam a população e, mais diretamente, a juventude do país. Pode-se dizer que estão expressos, em muitas das falas dos(as) jovens, no mínimo, fortes posicionamentos críticos, e

50 Disponível em <http://www.juventude.gov.br/conjuve/documentos/juventude-e-democracia> acesso 19/09/2013

denúncias sobre processos que contribuem para o agravamento das condições de vida de setores da juventude brasileira (IBASE e POLIS, 2006, p. 20)

No entanto, este tipo de participação, como veremos mais a frente, está distante da participação política convencional ou eletiva, não atraindo muito dos jovens que participaram da pesquisa Ibase e Polis (2006). Isto demonstra que além da desconfiança nestas instituições, indica haver uma divergência entre os tipos de participações, na qual, o âmbito da política institucional, através de meios tradicionais, como as eleições e os partidos políticos ou mesmo sindicatos, ainda estão distantes da maioria dos jovens. Na investigação realizada pelo Ibase e polis (2006), 1% dos jovens entrevistados participam através de partidos políticos; 0,7% através de sindicatos; ou mesmo 1,3% participam de movimentos sociais que incluem movimentos estudantis, de saúde e moradia (IBASE e POLIS, 2006 p. 43).

No entanto, a possível ausência de engajamento político-institucional demonstrado pelos números acima, de adesão a estas formas mais tradicionais de participação podem não ser um indicativo seguro sobre a qualidade da participação. Nos idos de 1968 utopias e anseios ideológicos, de mudança social, efervesciam a juventude, principalmente no movimento estudantil, tornando-se importante nesse contexto. Os movimentos estudantis, nos anos 1960, transgrediram as formas tradicionais de ação política que caracterizava a esquerda até então, sendo reorientado em torno de alternativas políticas para as ideologias da época. As reivindicações daquele momento iam ao encontro das utopias da juventude (CARDOSO, 2005 *apud* COELHO e SANTANA, 2010, p. 287).

Coelho e Santana (2010) verificaram a atuação de parlamentares de hoje que estavam presentes no mundo estudantil há 40 anos e confrontaram com suas ações após chegarem ao congresso na legislatura 2003/2007. Naquela época, a geração 68 tinha em média 22 anos e nessa legislatura 57 anos. A participação em movimentos dos anos 1960 indica que muitos não abandonaram o caminho da política

Muitos dos líderes da geração 68, no país, com o fim do regime ditatorial e a consolidação democrática, tornaram-se figuras de destaque na política nacional, alcançando um alto grau de influência no processo político. A ideologia que sustentava o pensamento revolucionário dos jovens naquele momento se esvaiu, ou pelo menos tomou outras formas, não sendo capaz de explicar

a dinâmica atual da sociedade⁵¹.(COELHO e SANTANA, 2010 p. 287)

Coelho e Santana (2010) retomam o conceito de *unidade de geração* de Karl Mannheim para explicar que, ante a um mesmo processo social, ou espírito de uma época, grupos geracionais se encontram em oposição, mesmo vivenciando a mesma condição de geração, ou seja, o contexto cultural amplo. Nesse caso, em 68 havia os que aderiram ao movimento estudantil e os que não aderiram. A unidade de geração representa um laço mais concreto do que a geração real enquanto tal, pois

Fazem parte da mesma geração real os jovens que experimentam os mesmos problemas históricos concretos; e constituem unidades de geração separadas aqueles grupos que dentro de uma mesma geração real trabalham o material da sua experiência comum de modos específicos diferentes (MANNHEIM, 1951: 1954 *apud* COELHO e SANTANA p. 291)

Coelho e Santana (2010) verificaram que dentre os parlamentares da legislatura estudada, dos que eram universitários em 68, poucos participaram do movimento estudantil ou organizações políticas de esquerda, “Boa parte dos indivíduos da geração 68 que ascendeu ao poder após a transição democrática pertenceu na época a uma massa de jovens passivos em um dos períodos de maior efervescência política e cultural do país.” (COELHO e SANTANA 2010, p.294). O referido estudo aponta uma adequação às regras do jogo político, subornando certas *ideologias* não em favor de “uma atuação posterior com foco na defesa de projetos igualitários e com abrangência difusa na sociedade, como era esperado, tendo em vista o modelo de sociedade defendido naquele momento.”(COELHO e SANTANA 2010, p. 300). Na verdade, verifica-se que em relação à “defesa de ideais de igualdade e justiça social” (*idem*, p. 300) tantos os deputados ativos de 68 como os que não participaram dos movimentos tem concepções semelhantes. Se retomarmos a ideia de contato originário de Mannheim (1978) e o conceito de experiência já discutido, podemos inferir que a politização qualquer que seja, na juventude, tende a acompanhar a

51 Guardada a opinião dos autores da pesquisa, no que tange às *ideologias* esvaídas ou metamorfoseadas, em relação aos parlamentares atuais (que estavam ativos ou não ideologicamente em 68), alvo de estudo dos referidos autores, admitamos essa colocação.

trajetória de vida, embora não permanecendo a mesma no decorrer do tempo.

Quanto a isso, “é possível verificar que parlamentares da geração 68 que atuaram no movimento estudantil, concentraram boa parte de seus esforços para o beneficiamento de localidades específicas, diferentemente do comportamento observado em relação aos projetos de lei” (COELHO e SANTANA, 2010, p. 303).

Deputados de esquerda propuseram, em média, 25% a mais de projetos de conteúdo social quando comparados a parlamentares de partidos de direita. Por outro lado, parlamentares de direita se concentram mais em políticas clientelistas, com benefícios concentrados em grupos específicos, aproximadamente 14% a mais do que parlamentares de partidos de esquerda. (COELHO e SANTANA 2010 p. 301)

Uma forma recorrente de atividade parlamentar no Brasil são as emendas orçamentárias, ou seja, a proposição de destinação de uma verba por um deputado, que as enviam para projetos políticos, geralmente vinculados ao seu local de origem eleitoral. Nesse sentido,

Apesar de apresentarem um maior número de projetos de lei nacionais, quando a questão é orçamentária, ou seja, quando envolve a transferência direta de recursos, aqueles que participaram do movimento estudantil tendem a se concentrar na distribuição clientelista dos benefícios. (COELHO e SANTANA, 200 p. 303)

Coelho e Santana (2010) afirmam ter ocorrido uma mudança ideológica e de comportamento político muito significativa dos indivíduos da geração 68. Provavelmente essa mudança,

[...] foi adequada pelas novas regras na política brasileira e pelo novo contexto social. Por sua vez, as regras que regem a organização política do Congresso impedem de forma evidente que manifestações mais radicais se convertam em projetos de lei viáveis. Mesmo que alguns membros daquela geração tentem ver aprovados projetos com o conteúdo ideológico de outrora, se deparam com um sistema político predominantemente conservador, dificultando modificações no *status quo* (Figueiredo &

Limongi, 1999, *apud* COELHO e SANTANA, 2010 p. 304)

Figueiredo & Limongi (1999, *apud* COELHO e SANTANA, 2010 p. 304), consideram que além desse campo político pré-estruturado percebe-se “as regras” que “regem” a “organização política”, (que essas regras são implícitas, pois não há regulamento que proíba a aprovação de matérias de 'esquerda'). Coelho e Santana, (2010) concluem que os parlamentares da geração 68, não estão engajados estritamente a projetos sociais que coadunam com uma possível herança política mais à esquerda. Atestam ainda que com a redemocratização, muitos parlamentares da geração 68 chegando ao poder pelo voto ignoraram este como um instrumento de transformação social.

Os argumentos abordados acima nos indicam que, quando as gerações se sucedem no tempo, não há garantias de que ideias (sonhos) da juventude permaneçam. Outro ponto é que é possível que as experiências vividas não sejam suficientes para um embate direto com a conjuntura sociopolítica do parlamento, pré-definida. Outro ponto que pode ser indagado é o fato de que a ideia do *eternamente jovem* pode esbarrar em questões que o obrigam a abandonar ideias próprias da juventude. Nesse caso, o eternamente jovem pode estar mais para um consumo estético do que político.

Verificaremos agora a participação de jovens na câmara dos deputados onde, para concorrer a uma cadeira na Câmara Federal é necessário ter a idade mínima estipulada em 21 anos, Governador 30 anos, Senador e Presidente da república 35 anos. A disposição das idades mínimas, para cargos eletivos, reforça a sensação de iniciação política, *necessária* e cumulativa da experiência enquanto bagagem cultural e política. O novato, aspirante ou neófito, consciente ou inconscientemente, participa deste trabalho ou processo de inculcação da herança cultural e política, não passa apenas pelo acaso, ela precede o neófito⁵².

52 Fazemos aqui alusão ao capital social e político (BOURDIEU, 2009, 2007) onde, a posse de capital social é um recurso que, em um determinado campo, aproxima ou separa os agentes. Outra característica do capital social é que ele pode ser acumulável numa economia de trocas simbólicas, numa determinada situação social a capacidade de ação de um agente tem haver com a capacidade de mobilização de seu capital social. Tomemos o exemplo: “Se eu disser 'amanhã, todos à bastilha' (supondo que eu tenha força política para que isso seja anunciado nos jornais), aparecerão quinhentas pessoas; se for dito pelo secretário geral do CGT, aparecerão cem mil pessoas”. (BOURDIEU, 2011 p. 209). Consideramos esta como uma variação do capital social que pode ser categorizado como **capital político**, neste jogo entram também o capital econômico e cultural, que se articulam alimentando as possibilidades de ação e por conseguinte a diferenciação social dentro de um campo. Qual o lucro do investimento no

A partir de dados coletados pela SNJ (2009)⁵³, verificaremos quantitativamente a participação do segmento jovem na casa legislativa.

No período entre 1982 a 2006 tivemos sete eleições para a câmara dos deputados, em seis delas houve eleição de jovens até 29 anos, num total de 63 deputados, a média de 10,5 por legislatura (SNJ, 2009 p. 5). Deste total de 63 deputados eleitos apenas 3 eram mulheres.

Tabela 1.

Parlamentares jovens até 29 anos 47º a 53º legislatura (1982-2006)								
	1982	1986	1990	1994	1998	2002	2006	Total
Parlamentares com 29 anos	7	11	0	13	8	9	15	63
Parlamentares acima de 29 anos	463	476	513	500	505	504	498	3469

Fonte: (SNJ, 2009)

Em relação ao nível de escolaridade, dos 63 deputados, 42 tinham formação superior; 13 superior incompleto; 5 secundário (ou ensino médio); e para 3 não havia dados disponíveis. (SNJ, 2009 p. 5)

Tabela 2.

Deputados jovens por região				
Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Centro oeste
30	11	18	3	1

Fonte a partir de (SNJ, 2009)

Tabela 3.

Siglas partidárias que mais tiveram jovens⁵⁴.													
PMDB	PFL	PDT	PDS	PCdoB	PT	PSDB	PSB	PPS	PMN	PL	PTB	PSC	PHS
14	10	6	6	4	4	4	4	4	2	2	1	1	1

capital social? O produto do pertencimento, dito pelo autor “os lucros que o pertencimento a um grupo proporciona estão na base da solidariedade que os torna possível” BOURDIEU (1998 p.67), sendo “o produto do trabalho de instauração e de manutenção que é necessário para produzir e reproduzir relações duráveis e úteis, aptas a proporcionar lucros materiais e simbólicos”. (BOURDIEU 1998 p.68)

⁵³http://www.juventude.gov.br/conjuve/documentos/copy2_of_documentos acesso 16/11/2012

⁵⁴ Incluem nesse estudo siglas partidárias que já foram extintas ou se fundiram a outras siglas.

Fonte (SNJ, 2009 p. 5)

Tabela 4.

Estados que nunca elegeram jovens.						
AM	RR	PA	MT	MS	DF	SC

Fonte (SNJ, 2009 p.5)

Tabelas 5.

Partidos que nunca elegeram jovens⁵⁵												
PPB	PCB	PSL	PST	PV	PRONA	PP	PSOL	PTC	PAN	PTdoB	PRB	PDC

Fonte (SNJ, 2009)

Em relação a carreira política profissional, considerando a reeleição e a herança política⁵⁶ como elementos, temos os seguintes dados, incluindo a 54ª legislatura:

Tabela 6.

Herança política	
Deputados jovens que se reelegeram	Dep. jovens que se reelegeram e possuem herança política ⁵⁷
48 parlamentares	44 parlamentares ou 92%

Fonte: tabela elaborada pelo autor a partir de (SNJ, 2009) e dados complementares.

55 Considerando desde a 47ª até a 53ª legislatura (1982-2006), dos 27 partidos que compuseram a câmara 13 nunca tiveram jovens. Nesse estudo incluem-se para análise siglas já extintas ou que se fundiram a outras siglas.

56 Entende-se por herança política os laços de solidariedade, capital social e cultural vinculados principalmente à família ou redes de reconhecimento e que predispõe o agente a usar este recurso em potencial, como mecanismo de projeção política, no mundo dos profissionais da política.

57 Para esse dado foi pesquisado na internet, a partir dos nomes dos deputados, que por se tratarem de pessoas públicas, tornou-se mais fácil saber questões relativas à herança política, se seus familiares ocuparam cargos político legislativo/executivo. As informações estavam nos mais variados meios eletrônicos, jornais, blog, sites oficial da câmara federal etc. Portanto, considere desnecessário anexar inúmeros endereços eletrônicos relativos às busca destas informações.

Tabela 7.

Sobre herança política e região:					
Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro oeste	Total
14	19	9	1	1	44

Fonte: próprio autor a partir de base de dados de (SNJ, 2009)

Procede-se à análise dos dados até agora arrolados, em relação a dimensão internacional, institucional e dimensão legal do CPPJ, podemos inferir que:

a) A dimensão internacional das PPJ aponta uma relação consensual e diplomática entre o país e os organismos internacionais (ONU e organização Ibero-americana de juventude), no fomento de políticas sobre a juventude.

b) A dimensão institucional dividiremos em dois momentos:

b') A partir do jogo eleitoral na medida em que os parlamentares são eleitos e os ministros e secretários indicados, pelo chefe do executivo, os dados mostram a incipiência da participação da juventude pelo caminho eletivo. Sugerem a vinculação à continuidade de uma herança política, os herdeiros.

b'') No arranjo institucional, em que pese a presença do CONJUVE, abre-se um precedente institucional, em que a sociedade civil tem acesso ao jogo político, embora regulamentado em relação às suas competências.

c) Na dimensão legal há uma interconexão entre os que estão diretamente vinculados ao jogo político e as pressões políticas advindas da sociedade. Mas em última análise passa-se pelo crivo parlamentar com suas regras e seus interesses e prioridades.

2.4 AS JUVENTUDES, PARTICIPAÇÃO E CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES

A partir de dados qualitativos produzidos pela Unesco, coletados em ampla pesquisa tipo *survey*⁵⁸, de maneira a subsidiar “[...] um maior número de estudos acadêmicos e científicos que busquem compreender melhor os dilemas e as perspectivas dos jovens no País[...]” (UNESCO, 2006 p. 12) discutiremos alguns elementos da

58 Metodologia usada: jovens entre 15 e 29 anos em 26 estados, proporcionalmente, 10.010 questionários, margem de erro 1% e 95% de confiança, os números totais em *milhões* são estimados a partir da amostra. Ver metodologia cap. 2 (UNESCO, 2006)

constituição do campo das políticas de juventude. O objetivo é perceber o sentido que os jovens atribuem às instituições políticas e às práticas participativas.

Os dados compilados indicam que, 27,3% dos jovens brasileiros participam de alguma organização social, totalizando um pouco mais de 13 milhões de jovens, entre 15 e 29 anos. (UNESCO, 2006). Comparando com resultados de Ibase e Polis (2006), que pesquisou jovens de 15/24 anos 28,1% dos jovens participam de alguma organização (voluntária, religiosa, ambiental, comunitária, estudantil etc).

Na tabela seguinte, em relação ao grau de instrução, temos: os maiores índices de participação estão vinculados aos níveis médio e superior de instrução.

Tabela 8: distribuição dos jovens segundo indicação de participação em associação, por grau de instrução. Brasil 2004.

Participação em Associação	Grau de Instrução				Total
	Até a 4ª Série do Ensino Fundamental	5ª à 8ª Série do Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior	
Sim, Participa	1.897.321	4.176.399	5.595.041	1.375.975	13.044.736
	17,3%	25,6%	32,7%	39,8%	27,3%
Não Participa	9.043.008	12.084.697	11.519.828	2.073.502	34.721.035
	82,5%	74,2%	67,3%	59,9%	72,6%
Não Opinou	23.901	23.886	9.557	9.555	66.899
	0,2%	0,1%	0,1%	0,3%	0,1%
Total	10.964.230	16.284.982	17.124.426	3.459.032	47.832.670
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

FONTE: Pesquisa "Juventude, Juventudes: o que une e o que separa". UNESCO, 2004.

Foi perguntado ao jovem: "E você participa ou já participou de alguma organização social, como uma associação religiosa, ecológica, política, etc?".

Fonte: (UNESCO, 2006)

Em relação ao tipo de organização, ou seja, sua natureza e finalidade têm-se as religiosas disparadamente à frente. A metodologia da referente pesquisa dividiu em 4 grupos/tipos de organizações: religiosas, associações de tipos organizacionais (esportiva, ecológica, cultural, artística e assistencial), de caráter corporativo (trabalhista e estudantil) e, organizações partidárias.(UNESCO, 2006)

Nota-se que a soma supera os 100%, pois, a metodologia adotada permitia a participação em mais de uma organização.

Tabela 9: distribuição dos jovens segundo indicação do tipo de associação a (s) qual (is) participa(m), Brasil. 2004

Indicação de Participação	Tipo de Associação				Total
	Religiosa	Corporativa	Organizacional	Partidária	
Indicou	10.578.975	2.436.808	3.082.037	434.890	13.044.736
	81,10%	18,7%	23,6%	3,3%	27,3%
Não Indicou	2.465.761	10.607.928	9.962.699	12.609.846	34.721.036
	18,90%	41,20%	76,4%	96,7%	72,6%
Total	13.044.736	13.044.736	13.044.736	13.044.736	
	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,0%

FONTES: Pesquisa "Juventude, Juventudes: o que une e o que separa". UNESCO, 2004.

Perguntou-se ao jovem que disse que participa ou já participou de alguma organização social, como uma associação religiosa, ecológica, política, etc: "E qual ou quais os tipos de associação que você participa ou participou? (Várias opções)".

Fonte: (UNESCO, 2006)

Já na pesquisa Ibase e Polis (2006), sobre o tipo de associação temos,

As principais atividades dos grupos estão relacionados com aquelas de cunho religioso (42,5%), esportivas (32,5%) e as artísticas – música, dança e teatro – (26,9%). Em seguida, encontram-se as atividades menos citadas: estudantis (11,7%), de comunicação (6,3%), as relacionadas com melhorias no bairro (5,8%), de

meio ambiente (4,5%), as político-partidárias (4,3%), o trabalho voluntário (1,3%) e outras atividades (0,8%).”(IBASE e POLIS, 2006 p. 41)

Na correlação entre grau de instrução e tipo de associação, temos

Tabela 10: Distribuição dos jovens segundo composição da participação em associação, da participação em geral e da população total, por grau de instrução. Brasil, 2004.

Tipo de Associação	Grau de Instrução				Total
	Até a 4ª Série do Ensino Fundamental	5ª à 8ª Série do Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior	
Partidária	43.011	81.255	186.361	124.262	434.889
	9,9%	18,7%	42,9%	28,6%	100,0%
Organizacional	353.643	888.840	1.414.312	425.241	3.082.036
	11,5%	28,8%	45,9%	13,8%	100,0%
Religiosa	1.500.638	3.512.124	4.515.155	1.051.058	10.578.975
	14,2%	33,2%	42,7%	9,9%	100,0%
Corporativa	262.828	740.686	1.137.089	296.205	2.436.808
	10,8%	30,4%	46,7%	12,2%	100,0%
Participação (Todas Associações)	1.897.321	4.176.399	5.595.041	1.375.975	13.044.736
	14,5%	32,0%	42,9%	10,5%	100,0%
População Jovem Total	10.964.230	16.284.982	17.124.426	3.459.032	47.832.670
	22,9%	34,0%	35,8%	7,2%	100,0%

FONTE: Pesquisa “Juventude, Juventudes: o que une e o que separa”. UNESCO, 2004.

Foi perguntado ao jovem: “E você participa ou já participou de alguma organização social, como uma associação religiosa, ecológica, política, etc? E qual ou quais os tipos de associação que você participa ou já participou?”.

Fonte (UNESCO, 2006).

A tabela acima mostra que a grande maioria dos participantes estão no Ensino Médio. A participação partidária se mostrou a que possui mais instrução, juntando médio e superior somando 71,5%. Já nas organizacionais, religiosas e corporativas, temos o grosso da participação concentrado no extrato fundamental/médio. Deixando nos dois extremos o baixo índice de participação no fundamental/superior, com exceção da partidária.

Considerando a participação da juventude em associações, a corporativa e a religiosa são as mais comuns. A corporativa e religiosa, que pela classificação da pesquisa, engloba os três tipos de associação, *grosso modo*, mais “tradicionalistas” nas últimas décadas⁵⁹: o estudantil, sindical e religioso (teologia da libertação). Diga-se de passagem, atualmente, a crescente participação dos evangélicos no cenário político, percebe-se o crescente peso e influência da chamada 'bancada evangélica' no congresso. Na atual legislatura (2011-2015), dos 513 deputados federais, 63 são da bancada evangélica, totalizando 12% aproximadamente⁶⁰.

Considerando o fator classe socioeconômica, (utilizando a metodologia adotada pelo IBGE⁶¹), e agrupadas na pesquisa A/B; C e D/E temos que:

Tabela 11: distribuição dos jovens segundo indicação em associação, por classe socioeconômica. Brasil, 2004

Participação em Associação	Classe Socioeconômica			Total
	Classes A/B	Classe C	Classes D/E	
Sim, Participa	1.930.095	4.529.285	6.585.356	13.044.736
	32,1%	30,0%	24,7%	27,3%
Não Participa	4.075.405	10.564.057	20.081.574	34.721.036
	67,8%	69,9%	75,2%	72,6%
Não Opinou	9.563	19.106	38.231	66.900
	0,2%	0,1%	0,1%	0,1%
Total	6.015.063	15.112.448	26.705.161	47.832.672
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

FONTE: Pesquisa “Juventude, Juventudes: o que une e o que separa”. UNESCO, 2004.

Foi perguntado ao jovem: “E você participa ou já participou de alguma organização social, como uma associação religiosa, ecológica, política, etc?”.

Fonte (UNESCO, 2006)

59 Principalmente nos 70/80 de enfrentamento a ditadura. Sobre Movimentos Sociais ver Ilse Scherer-Warren (2012)

60 http://www.diap.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14637-evangelicos-crescem-no-congresso-psc-lidera-em-numero-de-parlamentares 16/08/2013

61 Metodologia de Classes Sociais medido pelo IBGE são extratos socioeconômicos vinculados à renda, calculada por base no salário mínimo da família. Incluem-se dentro da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio PNAD, em relação à posse de eletrodomésticos e a renda *per capita* como variáveis dos componentes para se obter informações sobre o aspecto socioeconômico do País.

Essa tabela demonstra bem que as classes A/B são as mais participativas. No entanto, 30% da classe C equivale a mais de 1,300 mil pessoas. Enquanto que 32,1%, da classe A/B seriam um pouco mais de 600 mil.

Em relação a pesquisa Ibase e Polis (2006) aponta que “os(as) jovens de maior poder aquisitivo (classes A/B) participam mais de grupos (33,5%), seguidos pelos(as) jovens da classe C (28,2%) e D/E (24,0%).

Tangenciando o conceito de moratória social, sendo

Possível que esta maior participação dos(as) jovens mais ricos(as) em grupos esteja relacionada com seus níveis superiores de escolarização, maiores oportunidades apresentadas e a existência de maior tempo liberado do trabalho que esses(as) possuem, em comparação com os(as) mais pobres, e que lhes permite maiores oportunidades para estabelecer relacionamentos e práticas de participação coletiva”.(IBASE e POLIS, 2006 p. 41)

Em relação a não participação, de acordo com a Tabela 2, 27,3% dos jovens participam, enquanto, 72,6% não participam e 63% não se preocupam com política. No entanto, 72% dos jovens entrevistados demonstraram interesse nas eleições 2004 (UNESCO, 2006).

Os resultados da pesquisa Ibase e Polis (2006) apontam que os jovens

Ao serem indagados (as) sobre como classificariam sua participação política, a partir de três possíveis alternativas, 8,5% dos(as) jovens se consideraram politicamente participantes. Outros 65,6% disseram que procuram se informar, mas sem participar pessoalmente, e 24,7% declararam não procurar se informar sobre política nem participar pessoalmente⁶². (IBASE e POLIS, 2006 p.46)

62 Alternativas contidas na referente pesquisa: “Procuo me informar sobre a política, mas sem participar pessoalmente”. “Não procuro me informar sobre a política, nem participar pessoalmente”. “Considero-me politicamente participante.”(Ibase e Polis 2006 p.47)

Podemos indagar sobre a ponte entre, ter interesse e participar. É possível que para participar é preciso de condições, o que não afasta o interesse. Entre outras coisas, segundo o relatório, “frente à inexperiência da imensa maioria dos (as) jovens participantes dos diálogos⁶³ em movimentos sociais, sindicais, ONGs etc.,” e “da falta de informação sobre os mecanismos de controle social, como os conselhos de direitos” a discussão “ficou quase totalmente restrita à atuação dos(as) políticos(as), tanto os(as) que exercem atividade no executivo, como os(as) parlamentares. (IBASE e POLIS 2006 p. 50).

Os dados indicam o universo da participação da juventude e suas interfaces socioeconômicas. Também, que os jovens parecem ignorar certas vias de participação política tradicionais. Segundo o relatório Ibase e Polis (2006)

Para além das críticas já citadas sobre a “má imagem” pública deste caminho para a maioria dos(as) jovens, é possível apontar também o sentimento de despreparo em relação à participação na esfera política, uma vez que este seria o caminho dos(as) que “*sabem fazer*” e dos(as) que “*estão por dentro*”, ou em outras palavras, daqueles(as) – em geral, adultos(as) – detentores de capital político e simbólico que permitiria o bom trânsito por este campo sem o risco de serem manipulados(as). Estariam os(as) jovens dizendo: *é algo para eles(as) – os(as) políticos(as) – e não para nós?* (IBASE e POLIS, 2006 p.51)

Associado a isso, as pesquisas indicam desconfiança em relação à democracia. Onde 84,6% dos jovens não confiam nos partidos, 76,7% não confiam no governo, 82% no Congresso, (UNESCO, 2006). Os dados apresentados nos mostram com certa confiança que os jovens em geral não confiam muito nas instituições nos moldes atuais.

63 Aqui adota-se a metodologia usada na pesquisa Diálogo Nacional para uma Política Pública de Juventude Ibase e Pólis (2006) que difere da pesquisa de opinião tipo *survey* (Unesco, 2006), e envolve jovens em geral, das regiões metropolitanas, não exatamente vinculados a organizações sociais, o que vem a ser requisito indispensável para participar do Conselho (a cadeira é da organização).

Tabela 12: distribuição dos jovens segundo declaração dos jovens brasileiros sobre sua confiança em instituições políticas e representativas, segundo indicação de participar em associação, Brasil, 2004.

Tipo de Instituição	Confiança	Participação		População Jovem Total
		Sim, Participa	Não participa	
Partidos Políticos	Confia	13,5%	14,7%	14,4%
	Não Confia	85,6%	84,2%	84,6%
Governo Federal	Confia	23,0%	21,7%	22,1%
	Não Confia	76,0%	77,0%	76,7%
Congresso Nacional	Confia	17,0%	16,6%	16,7%
	Não Confia	82,0%	82,1%	82,0%
Assembléias Legislativas e Câmaras de Vereadores	Confia	18,8%	18,7%	18,7%
	Não confia	80,0%	79,8%	79,9%

FONTE: Pesquisa “Juventude, Juventudes: o que une e o que separa”. UNESCO, 2004.

Foi perguntado ao jovem: “Agora, gostaria de saber, para cada uma das pessoas e instituições que eu citar, gostaria que você me dissesse se confia ou não confia”.

(UNESCO, 2006)

O que desperta interesse nesta tabela, ademais, são que jovens que participam de algum grupo que inclui aqui uma proximidade *com o político*, não confiam na política.

Todavia, o alto grau de desconfiança apresentado, e que não pode ser desprezado. Moisés (2010) mostra que a desconfiança nas instituições nas democracias latino-americanas pós-ditaduras é recorrente, e atinge adultos “relativamente jovens, têm menos de 39 anos” (MOISÉS, 2010 p. 112)

A questão a seguir refere-se à democracia enquanto regime.

Tabela 13: Distribuição dos jovens segundo opinião sobre a afirmativa “a democracia é preferível do que qualquer outra forma de governo”. Brasil, 2004.

Opinião	N	%
Concorda	29.908.389	62,50%
Não Concorda	13.360.424	27,90%
Não Sabe	4.563.857	9,50%
Total	47.832.670	100,00%

FONTE: Pesquisa “Juventude, Juventudes: o que une e o que separa”. UNESCO, 2004.

Foi perguntado ao jovem: “Agora para cada frase em relação à democracia que eu citar, gostaria de saber se você concorda ou discorda: A democracia é preferível do que qualquer outra forma de governo”.

Fonte: (UNESCO, 2006)

Tabela 14: Distribuição dos jovens segundo opinião sobre se “a democracia é preferível do que qualquer outra forma de governo” segundo indicação de participar em associação” Brasil, 2004.

Tipo de Associação	Participação	Opinião		Total
		Concorda	Não Concorda	
Partidária	Participa	334.506	90.815	434.889
		76,9%	20,9%	100,0%
	Não Participa	29.573.883	13.269.609	47.397.780
		62,4%	28,0%	100,0%
Organizacional	Participa	2.030.847	936.532	3.082.036
		65,90%	30,40%	100,00%
	Não Participa	27.877.542	12.423.892	44.750.634
		62,3%	27,8%	100,0%
Religiosa	Participa	6.947.610	2.928.925	10.578.975
		65,70%	27,70%	100,00%
	Não Participa	22.960.780	10.431.499	37.253.696
		61,6%	28,0%	100,0%
Corporativa	Participa	1.600.663	750.119	2.436.809
		65,7%	30,8%	100,0%
	Não Participa	28.307.727	12.610.306	45.395.863
		62,4%	27,8%	100,0%
Participação (Todas Associações)	Participa	8.553.213	3.655.268	13.044.735
		65,6%	28,0%	100,0%
	Não Participa	21.321.741	9.695.607	34.721.035
		61,4%	27,9%	100,0%
População Jovem Total		29.908.389	13.360.424	47.832.669
		62,5%	27,9%	100,0%

FONTE: Pesquisa “Juventude, Juventudes: o que une e o que separa”. UNESCO, 2004.

Foi perguntado ao jovem: “Agora para cada frase em relação à democracia que eu citar, gostaria de saber se você concorda ou discorda: A democracia é preferível do que qualquer outra forma de governo”.

Fonte. (UNESCO, 2006)

Destaca-se nestas Tabelas o fato de que a maior adesão à democracia fica entre os que participam de partidos (associação partidária).

Em nossas análises estas tabelas indicam a relação entre o aspecto democrático do CPPJ e as instituições, tanto da sociedade civil quanto do Estado. O âmbito institucional é base da organização do campo político, considerando os partidos políticos componentes máximos das instituições políticas. Movimentos e associações e organizações da sociedade civil são a base do Conselho Nacional de Juventude, incluindo a regulação de entrada pela natureza e, tamanho e composição das associações. O processo associativo, incluso o de juventudes partidárias ou ideológicas, compõem um dos fluxos principais do campo da juventude.

É possível verificar no próximo tópico como alguns grupos, uma vez dentro do campo, desde o evento de criação, por força de sua composição, dificilmente perderá o lugar ocupado. Isso indica, que em alguns casos, as posições internas ao campo, a rotatividade está vinculada dentro dos limites internos das associações e grupos, e não da posição da associação dentro do campo. Subjaz uma ideia de quotas de representatividade bem delineada e pré-estruturada.

2.5 O CPPJ E AS INTERFACES SOCIOPOLÍTICAS: ESPAÇO ESTRUTURANTE E PRODUÇÃO SIMBÓLICA

O campo de políticas públicas de Juventudes, em sua composição conceitual, pressupõe a multiplicidade das *juventudes* recorrente na orientação dos debates acerca das políticas públicas de Juventude. Nesse sentido, a ideia inicial do Conjuve, enquanto espaço institucional de participação das juventudes no campo político seria a de efetivar um recorte da sociedade, que englobe a pluralidade social que se desdobra na atualidade: com o reconhecimento de que se precisa trazer para a arena da participação as juventudes, que histórica e conjunturalmente, foram tolhidos do direito de participar.

Segundo o Conselho Nacional de Juventude, a participação social via sociedade civil na contemporaneidade é

Tributário dos avanços recentes na ampliação da democracia no Brasil, podendo ser classificado como uma esfera de democracia participativa ou deliberativa, a experiência do Conjuve pode ser mais bem compreendida como um exercício social e político. (CONJUVE, 2006 P. 7)

A instituição do Conjuve e da SNJ, em esferas decisórias, implica na abertura do precedente em termos de avaliação e “sugestões” em PPJ, trazendo setores da Sociedade Civil para o debate e o (re)conhecimento deste campo de poder. Envolvem análises sobre os processos decisórios e orçamentários, sugestões e recomendação para a PPJ expostas nos documentos, relatórios e moções publicados pelo conselho.

Os documentos analisados apontam para um discurso, a partir de estudos e avaliações em conjunto com vários atores da sociedade civil (acadêmicos, militantes etc), com teor de oficialidade no qual o ato de instituição desse campo político, por um lado aproxima a sociedade (juventude) das esferas de poder, por outro, esforça-se para representar a multiplicidade de juventudes nacional.

No quadro que se segue podemos visualizar a composição, por representantes da sociedade civil no Conjuve:

Quadro 10: Entidades e Movimentos da Sociedade Civil no Conjuve.

Entidades e movimentos representantes da sociedade civil que ocuparam cadeira no Conjuve desde sua criação				
	1ª composição, por indicação governo	2ª Composição por eleições	3ª Composição por eleições	4ª Composição por eleições
	2006/2007	2008/2009	2010/2011	2012/2013
1	Ação Educativa	CUCA Circuito de Universitário de Cultura e Arte	ANPG Associação Nacional de pós-Graduandos	CUCA da UNE União Nacional dos Estudantes)
2	ANPG Associação Nacional de pós-Graduandos	ABGLT Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais	CONAJE Confederação Nacional dos Jovens Empresários	CONTAG Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
3	Confederação Brasileira de Empresas Juniores	CONTAG Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura	CONTAG Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura	FETRAF Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
4	CEAFRO Educação e profissionalização para a igualdade racial e de gênero/ e grupo BAGUNÇAÇO	FETRAF Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar	CUCA Circuito de Universitário de Cultura e Arte	UNE União Nacional dos Estudantes

5	CLAI Conselho Latino Americano de Igrejas/ MEP Movimento Evangélico Progressista	CBDU Confederação Brasileira do Desporto Universitário	CUT Central Única dos Trabalhadores	ANPG Associação Nacional de pós-Graduandos
6	CONAJE Confederação Nacional dos Jovens Empresários	ANPG Associação Nacional de pós-Graduandos	FETRAF Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar	UBES União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
7	CONTAG Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura	UBES União Brasileira dos Estudantes Secundaristas	Força Sindical	Nação Hip Hop
8	CONTATO Centro de Referência da Juventude/ ADESC Associação para o Desenvolvimento da Cidadania e Comunicação	UNE União Nacional dos Estudantes	Nação Hip Hop	UNICAFES União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária
9	CPC/UMES ⁶⁴ / Centro Popular de Cultura e CUCA Centro Universitário de Cultura e Arte	Nação Hip Hop	UBES União Brasileira dos Estudantes Secundaristas	UBM União Brasileira de Mulheres
10	CUT Central Única dos Trabalhadores	CONAJE Confederação Nacional dos Jovens Empresários	UNE União Nacional dos Estudantes	CMB Confederação das Mulheres do Brasil
11	Escola de Gente Comunicação em Inclusão	UBM União Brasileira de Mulheres	UBM União Brasileira de Mulheres	CONEN Coordenação Nacional de Entidades Negras
12	FETRAF Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar	UNEGRO união de negros pela igualdade	CMB Confederação das Mulheres do Brasil	CNAB Congresso Nacional Afro Brasileiro
13	Força Sindical	UJS união da juventude socialista	UNEGRO União dos Negros Pela Igualdade	ABGLT Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis

				e Transexuais
14	Fundação Abrinq	PJ Pastoral da Juventude	FONAJUVE fórum nacional de juventude negra	PJ Pastoral Juventude
15	Fundação Gol de Letra	ABU Aliança Bíblica Universitária	Grupo E-jovem	ABUB Aliança bíblica universitária brasil
16	GIFE Grupo de Institutos Fundações e Empresas	JOCUM jovens com uma missão	REJUMA	ACBANTU Associação Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu
17	Grupo Arco-íris de conscientização homossexual/ ASTRA Direitos Humanos e Cidadania GLBT	CGTB central geral dos trabalhadores do brasil	CONAM confederação nac. das associações de moradores	CGTB Central Geral dos Trabalhadores
18	GTA amazônia	Força Sindical	JS/PDT Juventude Socialista do PDT	CUT Central Única dos Trabalhadores
19	IBASE Instituto Brasileiro de Análise Sociais e Econômicas/CR IOLA organização não Governamental (mulheres negras)	UGT união geral dos trabalhadores	JSB Juventude Socilaista Brasileira	UGT União Geral dos trabalhadores
20	Associação de Estudantes Indígenas e CONAQ Coordenação Nacional de comunidades negras rurais quilombolas	Rede FALE	ABUB aliança bíblica universitária do Brasil	Juventude PMDB Nacional
21	Instituto Ayrton Senna	Rede Jovens do Nordeste	JUMOC juventude Batista Brasileira	Juventude Pátria Livre
22	Observatório de Juventude UFMG e observatório de juventude da UFF	Articulação política de juventudes negras	UGT União Geral dos Trabalhadores	CMP Central de movimentos Populares
23	MHHOB movimento Hip	REJUMA Rede de Juventude pelo Meio	Rede Sou Atitude	APOINME Associação dos

	Hop Organizado Brasileiro e Nação Hip Hop Brasil	Ambiente e Sustentabilidade		Povos e organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo
24	Frente Brasileira de Hip hop/CUFA Central Única das Favelas	IJC Instituto juventude contemporânea	Articulação Política de Juventudes Negras	REJUMA Rede de Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade
25	OBJ Organização Brasileira de Juventude	Juvens Feministas de São Paulo	FONAJUVES fórum nac. de movimentos org. Juvenis	Rede Nacional de Jovens comunicadores
26	PJ Pastoral Juventude	Ação Educativa	REJU Rede Ecumênica da Juventude	FONAJUNE Fórum Nacional da Juventude Negra
27	Cidade Escola Aprendiz	Instituto Ayrton Senna	ADESAF Associação de Desenvolvimento Econômico e Social da Família	FBOMS Fórum Brasileiros de ONG's e movimentos Sociais
28	Rede de Jovens do Nordeste	CEMJ Centro de Estudos e Memória da Juventude	CPC 8 março	Rede Jovens do Nordeste
29	REJUMA Rede de Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade	CPC 8 de março Centro Popular de Cultura	Instituto Aliança com Adolescente	Instituto Imagem e Cidadania
30	Rede Feminista da Saúde	MOC Movimento de Organização Comunitária	CAMPE centro de apoio às mães port. deficiência	FASE Federação de órgãos para assistência Social e Educacional
31	RENAJU Rede Nacional de Organizações da juventude	CMB Confederação das Mulheres do Brasil	CEMJ Centro de Estudos e Memória da Juventude	CEMJ Centro de Estudos e Memória da Juventude
32	Instituto Sou da Paz/Projeto Casulo	IBASE Instituto Brasileiro de Análise Sociais e Econômicas	CIPÓ Comunicação Interativa	Instituto PÓLIS
33	UBES União Brasileira dos Estudantes Secundaristas	Escola de Gente Comunicação em Inclusão	GIFE Grupo de Institutos Fundações e Empresas	Escola de Gente Comunicação em Inclusão
34	UNE União Nacional dos Estudantes	UEB União Escoteiros Brasil	Instituto PÓLIS	Viração Educação e Comunicação
35	UEB União dos Escoteiros do	ARACATI agência de Mobilização Social	ARACATI agência de mob. social	IJC Instituto de Juventude

	Brasil			Contemporânea	
36	Viva Rio/Rocinha XXI	CNAB Nacional Brasileiro	Congresso Afro	Associação Raízes da Tradição	Geledes Instituto da Mulher Negra
37	<i>Notório saber e ou especialista</i> Marcelo do Nascimento (Yuka)-Titular José Alexandre dos Santos-Suplente	Viva Rio		CNAB Congresso Nacional Afro-brasileiro	CEDAPS Centro de Promoção da Saúde
38	<i>Notório saber</i> Marcos Flávio Rolim-Titular João José Miguel-Suplente	CIPÓ Comunicação Interativa		ACBANTU associação Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu	Conselho Nacional da OAB
39	<i>Notório saber</i> Helena Wendel Abramo-Titular Lívia di Tommasi-Suplente	GIFE Grupo de Institutos Fundações e Empresas		CEDAPS Centro de promoção da Saúde	Associação Raízes da Tradição
40	<i>Notório saber</i> Miriam Abramovay-Titular Mary Garcia Castro-Suplente	PANGEA Centro de Estudos socioambientais		Ágere Cooperação em Advocacy	Instituto Aliança

Fonte: organizado pelo próprio autor⁶⁵

* as siglas que aparecem em conjunto, divididas por (/), principalmente no primeiro mandato, por indicação compartilhavam a cadeira como respectivo suplente. A partir do 2º biênio, a suplência, em alguns casos podia pertencer a outra entidade.

O quadro acima mostra a relevância numérica e plural das entidades e associações que almejam assentar uma cadeira no Conjuve. Segundo, a tabela acima, do total de entidades que ocuparam cadeira no CONJUVE desde o 1º biênio (por indicação) até o 4º biênio, 7 estiveram em todos os biênios, e 11 estiveram em 3 biênios ocupando cadeira titular. Na sequência as 18 siglas que estiveram mais presentes:

65 Pode ser verificado, a lista completa, inclusive os suplentes em: PNJ diretrizes e perspectivas (2006); ou

<http://www.juventude.gov.br/conjuve/sobre/conselheiros>

<http://www.juventude.gov.br/conjuve/eleicoes-conjuve-2012/composicao-conjuve>

<http://www.juventude.gov.br/conjuve/noticias/2012/maio/09-05-2012-conjuve-empossa-novos-conselheiros-eleitos-para-o-bienio-2012-2013>

Quadro 11: Movimentos e grupos mais representados da sociedade civil no Conjuve.⁶⁶

Representantes da sociedade civil ⁶⁷	Biênios ⁶⁸	Tipo de cadeira ocupada	Classificação da entidade segundo resolução Conjuve
ANPG	4	Estudantis	Atuação nacional
CONTAG	4	Do campo	Atuação nacional
FETRAF	4	Do campo	Atuação nacional
REJUMA	4	Meio ambiente	Atuação nacional
UBES	4	Estudantis	Atuação nacional
UNE	4	Estudantis	Atuação nacional
NAÇÃO HIP HOP	4	Hip hop	Atuação nacional
CEMJ	3	Esporte Lazer, tempo Livre (apoio)	Entidade de apoio
CUCA	3	Artística e culturais	Atuação nacional
Força Sindical	3	Trabalhadores urbanos	Atuação nacional
UGT	3	Trabalhadores urbanos	Atuação nacional
GIFE	3	Jovens empresários empreendedores	Atuação nacional
PJ pastoral da Juventude	3	Religioso	Atuação nacional
ABUB	3	Religioso	Atuação nacional
CMB	3	Jovens feministas	Atuação nacional
UBM	3	Jovens feministas	Atuação nacional
CNAB	3	Negros (as)/raça etnia	Entidade de apoio/e ou atuação nacional ⁶⁹

66 Classificação do próprio Conjuve: Art. 5º - Poderão candidatar-se a representante da sociedade civil no CONJUVE nas seguintes categorias: I. Movimentos, Associações ou Organizações da Juventude de atuação nacional; II. Fóruns e Redes da Juventude; e, III. Entidades de Apoio às Políticas Públicas de Juventude. Resolução 2/2012 Disponível em <http://www.juventude.gov.br/conjuve/eleicoes-conjuve-2012/edital>

67 A partir da composição do quadro 12.

68 As eleições e o tempo de mandato no Conjuve são bienais.

69 Algumas entidades oscilaram em sua natureza de atuação em relação ao tipo de cadeira do Conjuve.

Rede Jovens do Nordeste	3	Fóruns e redes	Fóruns e redes
-------------------------	---	----------------	----------------

Fonte: organizada pelo próprio autor a partir de: resolução 2/2012 Disponível em <http://www.juventude.gov.br/conjuve/eleicoes-conjuve-2012/edital>

O quadro acima, a partir das estatísticas, apresenta um resultado interessante do ponto de vista da participação juvenil. No relatório Ibase e Polis (2006), afirmou-se que “Os(as) jovens brasileiros têm emitido sinais, mais ou menos visíveis, da negação frente a formas tradicionais de participação, tais como as que se expressam pela filiação a partidos, sindicatos e organizações estudantis.” (IBASE e POLIS, 2006, p.9) e também que “as novas formas e temas pelos quais os(as) jovens se mobilizam na esfera pública também indicam o quadro de crise das formas tradicionais de participação e socialização política”.(IBASE e POLIS, 2006 p.9)

Todavia, a partir do quadro 11, talvez com exceção do Movimento Hip Hop, as formas mais *tradicionais*⁷⁰ de participação foram as que mais estiveram presentes em todas as composições do Conjuve. Principalmente as de alcance nacional ⁷¹. O restante das

70 Entendemos por *tradicionais* aqui os modos de participação e as entidades e associações mais recorrentes. Não quer dizer que o Hip Hop seja tão recente ou novo demais, além de este se localizar dentro dos chamados movimentos culturais. Quanto a classificação conceitual dos Movimentos Sociais, sejam os Movimentos Sociais (MS) os que se caracterizam como uma forma de ação coletiva que busca de algum modo impactar na esfera pública e/ou na arena política, temos: os estudantis, culturais (Hip Hop) e feministas (gênero) que podem ser considerados mais *novos*. Já os religiosos, os do campo e os de trabalhadores podem ser considerados movimentos sociais *tradicionais*. A questão pode ser vista pela Teoria dos Movimentos Sociais como a partir do binômio “demandas materiais/pós-materias” (Inglehart *apud* CARLOS, 2011). Também pode ser discutida pelo que Wallerstein (2005) chama de movimentos anti-sistêmicos:a) Os chamados movimentos sociais, que eram basicamente organizações sindicais e partidos socialistas, que se supunha que seu objetivo era impulsionar a luta de classes. Outro, denominado de movimentos nacionais, que basicamente almejavam derrubar o poder opressor de seu Estado (ilegítimo, usurpador, autoritário etc.), formando grupos políticos nacionais, de independência e/ou descolonização. Para este autor, estes movimentos surgem nos meados do século XIX e ambos tinham caráter revolucionário. Contudo, não tiveram êxito em suas empreitadas, mesmo quando alcançavam seus objetivos (a tomada do poder). Ou seja, não conseguiram cumprir suas metas uma vez estando no poder; transformar o mundo não se mostrou tarefa fácil. b) a partir dos anos 1960 surgem e se reorganizam novos movimentos anti-sistêmicos, segundo o autor: vários maóismos, a *new left*, organizações de direitos humanos, e, mais recentemente, movimentos antiglobalização. Ver também Alonso (2009)

71 O estabelecimento de certos requisito que limitem às entidades ou movimentos (quanto a amplitude de ação em território nacional), foi estabelecido por resolução interna (resolução 02/2012 disponível em www.juventude.gov.br/conjuve/eleicoes-conjuve-2012/edital), e, põe ênfase na constituição do conselho em questão. O que essa resolução aponta é que, sendo um conselho nacional, as cadeiras devam ser ocupadas por entidades nacionais. A questão que fica

cadeiras, (entre apoio e redes) são as que foram mais disputadas entre movimentos e entidades que incluem novas demandas de participação. Nosso objetivo é questionar que, apesar da participação que preserve a diversidade de movimentos na esfera do conselho, advogada pelo discurso oficial do conselho, demonstra-se a persistência e envolvimento dos atores mais experientes. A efetiva participação das juventudes na esfera pública depende da posição por ela ocupada, a partir de uma constatação do arraigamento histórico destas entidades que aparecem à frente da organização interna ao campo. Não pode ser ignorado ou (subestimado), a força sociopolítica de convencimento, delimitação e hierarquização de demandas, ordenação de pautas e debates, ao menos que: a divisão do trabalho político, interno ao campo, se faça proporcional à relevância dos conceitos e temáticas.

Quanto às classificações e hierarquizações produzidas pelo próprio campo, que é um recurso de construção de sua própria história, em relação à participação e a natureza do movimento ou associação, predomina nos quadros 12 e 13 a evidente alocação das cadeiras às associações e movimentos historicamente mais amplos e notórios na contemporaneidade. Hierarquizando as pautas de demandas com relação à natureza do grupo e o tipo de demanda e propostas trazidas ao CPPJ, pois,

Alguns dos grupos e movimentos (culturais, comunitários, identitários, a maior parte vindos dos setores populares, como o hip-hop, por exemplo) que com mais força expressam as questões vividas pelos jovens têm linguagens e formas de atuação distantes daquelas mais explicitamente políticas, dificultando sua tradução em formato de demandas ou proposição de direitos; embora sua crescente presença nos espaços abertos de debate e gestão, mesmo que intermitente, esteja sendo fundamental para a incorporação de sujeitos e temáticas antes absolutamente ausentes.(CONJUVE, 2007, p 16)

Em comparação com grupos mais tradicionais, por assim dizer, temos

é justamente até que ponto esses requisitos implicam em pouca rotatividade das cadeiras, pois, limitam o acesso ao limitar a associação. Ou, pelo contrário, esses requisitos fariam com que as organizações já existentes viessem a expandir suas ações caso almejem ocupar uma cadeira no Conselho Nacional de Juventude.

Por outro lado, muitos dos atores juvenis mais institucionalizados, com *prática política mais incorporada* (como as entidades estudantis e as juventudes partidárias), centraram sua atuação na reivindicação de criação de organismos gestores de políticas, e nos mecanismos de participação dos jovens em tais organismos (e pode-se dizer que foram, em boa medida, os que mais pressionaram pela conquista desta institucionalidade), mas quase sem propostas de “conteúdo” para tal gestão, quase sem demandas de políticas específicas (para além daquelas relativas à educação).(CONJUVE, 2007,p 16 *grifos meus*)

Haja vista, os relatórios citados (CONJUVE, 2007) reforçam uma divisão do trabalho político, naturalizando-a. A composição cultural de setores e agentes subsumidos, ausentes de um cenário institucional, desincorporados, que agora se mesclam com os grupos historicamente providos de práticas mais incorporadas, institucionalizados. Com vistas a composição dos quadros anteriores, em que pese a composição mais “incorporada”, esta é a prática dominante. O tipo de rede de relações que estas entidades e movimentos nacionais possuem pode vir a orientar a capilaridade dos fluxos de discursos e produtos políticos, uma vez tendo em conta a representatividade que possuem pela sua amplitude nacional.

Quadro 12.

Divisão das cadeiras de acordo com deliberação dos conselheiros em regimento interno.					
Movimento, Associações ou Organizações a juventude de atuação nacional	vagas	Entidades apoio as PPJ	vagas	Fóruns e redes de juventudes	vagas
Artísticas e Culturais	1	Cultura	1	<i>De qualquer assunto</i> (Cultural, educação, gênero etc)	4
Do campo	2	Educação	1		
Estudantis	3	Esporte e lazer e tempo livre	1		

Hip Hop	1	Instituição de pesquisa	1		
Jovens Empresários Empreendedores	1	Jovens c/ deficiência	1		
Jovens feministas	2	Mídia comunicação e tec. Da informação	1		
Jovens Negros e Negras	2	Participação juvenil	1		
Jovens LGBT	1	Raça /Etnia	1		
Religioso	2	Saúde, gênero e direitos sexuais e reprodutivos	1		
Juventude de Religião de Matriz Africana	1	Segurança Pública e Direitos Humanos	1		
Trabalhadores Urbanos	3	Povos e Comunidades Tradicional	1		
Político Partidário	2	Trabalho e Renda	1		
Mov. Comunitário e de moradia	1				
Juventude Indígena	1				
Meio Ambiente	1				
Total cadeiras	24		12		4

Fonte: elaborado a partir da resolução Conjuve 2/2012⁷²

Na última composição da sociedade civil, tem-se a formação prevista na resolução nº 02/2012 que regulamenta quanto a disposição da cadeira, a natureza das entidades da sociedade civil:

Art. 5º - Poderão candidatar-se a representante da sociedade civil no CONJUVE nas seguintes categorias:

I. Movimentos, Associações ou Organizações da Juventude de atuação nacional;

II. Fóruns e Redes da Juventude; e, .

⁷² Disponível em <http://www.juventude.gov.br/conjuve/eleicoes-conjuve-2012/edital>

III. Entidades de Apoio às Políticas Públicas de Juventude.

Art. 8º - Para se habilitar para a referida eleição o Movimento, Associação ou Organização da Juventude de atuação nacional, deverá comprovar:

I. pelo menos dois anos de funcionamento;

II. representação em no mínimo 7 (sete) estados e 3 (três) macro-regiões;

III. atuação na mobilização, organização, na promoção ou na defesa ou na garantia dos direitos com reconhecimento na área e na temática de juventude.

Parágrafo Único: Para habilitação de entidade que represente os segmentos da JUVENTUDE INDÍGENA ou JUVENTUDE DE RELIGIÃO DE MATRIZ AFRICANA, fica dispensada a exigência prevista no item II.

Essa questão aparece recentemente, a partir de 2012 e indica para onde o desenho institucional, regulando o processo participativo, inclusive limitando, caminha: a medida pode indicar a necessidade de movimentos e associações de juventude fortes e atuantes no território nacional, também podem impedir a efetiva participação mais ampla e geral em favor de uma multiplicidade e pluralidade, ressalvado o contido no parágrafo único do art. 8º.

Não obstante, indica um dos componentes fundamentais do CPPJ, a divisão interna que regula e estrutura a divisão do trabalho político. Como viemos demonstrando nesta dissertação, esta divisão está ligada ao processo de produção de produtos políticos, discursos e consensos. O debate a partir da perspectiva dos atores, “militantes” que ocupam na maioria das vezes estes espaços, pode indicar a força na crença em que está assentada essa divisão. Reforçando o caráter estruturante do CPPJ. Muitos discursos insistem num jogo que mescla capacidades individuais em favor do coletivo advindas da experiência acumulada no campo político.

Nos textos e documentos publicados em relação às PPJ, no que tange ao ponto de vista ou visão de integrantes do processo, temos algumas expressões recorrentes. O que mais é citado se refere: a ideia de participação política dos jovens, em vários níveis e formas de organização na sociedade civil e participação institucional. A ideia de

multiplicidade e pluralidades de jovens, ou seja, juventudes. Outras questões também aparecem: democracia participativa, poder, militância, etc.

Os textos escritos trazem pressupostos sociais implícitos, referentes à origem social, o mundo sociopolítico do qual o agente faz parte. A trajetória de vida militante é um indício da capacidade do agente pertencer ao grupo. Como o Conjuve é composto por representantes de movimentos e organizações da juventude, é certo que esses representantes são escolhidos dentre aqueles que possuem alguma característica que pressupõe maior visibilidade dentro do grupo, nos quais os critérios de escolha podem ser democráticos. Nesse sentido, a organização dos grupos tendem a se orientar a partir de condições baseadas na experiência e capacidades políticas.

O *Segundo Seminário Políticas Públicas: Juventude em Pauta* (PAPA e FREITAS (ORG.) 2011), compilou relatos, debates e depoimentos de jovens “militantes” e suas respectivas opiniões sobre as PPJ que serão analisados juntos com as CARTAS de apresentação à presidência do CONJUVE em 2010.

O *Segundo Seminário Políticas Públicas* realizado em 2010 organizado pela Ação Educativa e a fundação Friedrich Ebert em parceria com Ibase e Instituto Polis entre outros⁷³, têm o mérito de reunir relatos de atores mais intensamente ligados às PPJ no que concerne a militância. Em suas múltiplas visões pode ser percebido algo que tangencia os debates e que aponta para a natureza da composição do que viemos chamando de campo das PPJ. Já nas CARTAS à Presidência do Conjuve (2010) os membros do Conjuve pleiteiam a presidência do Conselho. Tornam público a carta de apresentação, onde as ideias e propostas se mesclam com a apresentação do currículo e a história de vida, recorrente nas candidaturas. A ênfase recai na militância, que tende a se confundir com a história de vida, ao menos na apresentação formal. Os textos indicam conhecimento de causa aos respectivos grupos em que militam.

Os argumentos em direção as experiências e à história de vida e a multiplicidade de contatos em coletivos diversos caracterizam em geral o militante, onde “vários universos se abriram, muitas bandeiras eu

73 Instituto Paulista de Juventude, Núcleo e Análises em Políticas Públicas / UFRRJ, Observatório Jovem / UFF, Observatório da Juventude / UFMG. Realizado de 01 a 03 de dezembro de 2010, promoveu um debate estruturado e amplo em relação ao campo da PPJ. Maiores informações em: <http://www.acaoeducativa.org.br/index.php/juventude/40-juventude-trabalho/2465-juventude>

vesti. Algumas incorporei. Outras baixaram em mim” (BORGES, p. 213).

Um militante diz que “estes espaços me permitiram vivenciar ao longo dos anos a realidade da democracia brasileira e ampliar o contato com vários movimentos sociais” (BARBOSA, 2011, p. 210)

Temas como “bandeira de luta” e “identidade” e a ação em vários espaços, desde a “juventude, em partidos políticos, no jornalismo, em sindicato de trabalhadores rurais, na cultura através do hip hop, do hard core, do teatro, do movimento negro, em pastorais, ONG'S, movimento LGBTQTT e Governo” (REZENDE e ARÉVALO, 2011 p. 193), nos mostra pistas sobre a pluralidade participativa de hoje.

Em outro texto, o militante expressa que “comecei a minha militância aos 14 anos, sempre tratando temas ligados ao meio ambiente [...] durante minha adolescência estive colaborei e atuei em diversas ONGs[...]. Contudo, sentia ainda a necessidade de expandir meus horizontes.” (BARBOSA, 2011 p. 209).

Neste como no anterior “com apenas 13 anos era integrante da pastoral da juventude [...] no ano de 2005 ingressei no movimento feminista Maria Sem Vergonha onde participei da luta pelas mulheres, em especial pelas jovens”. (REZENDE e ARÉVALO, 2011 p.193)

Aqui revela que “tornei-me quem sou participando...da vida, do mundo, dos movimentos sociais e culturais, dos espaços de religiosidade e da academia. Iniciei minha participação política ainda na infância.” (BORGES, 2011 p. 213)

Neste, o militante também admite que “A minha atuação na Alternativa Terrazul e depois nos espaços acima citados fizeram com que eu fosse eleita à presidência dessa ONG com apenas 22 anos[...].” (210) “todo esse processo influenciou minha vida acadêmica, levando-me a ingressar no curso de Gestão Ambiental[...].” (BARBOSA, 2011 p. 210).

Outro afirma “assim naveguei por um alfabeto de significados e significantes que modelaram meu corpo e tatuaram minha alma...” (BORGES, 2011 p. 213)

Ao expor uma opinião que discorda da suposta apatia juvenil, o seu longo histórico militante contribui para afirmar que “minha experiência pessoal, sem dúvida, contribui bastante para essa avaliação.” (PEREIRA, L. B. 2011 p. 220)

Vale ressaltar que quase todos os militantes que publicaram na coletânea possuem curso superior. Alguns pós-graduação. Algumas questões, como, a iniciação ainda na adolescência, a participação em

movimentos diversos, o grau superior de escolaridade, mostram o perfil básico destes militantes que puderam expor suas visões na coletânea.

Em relação às CARTAS de apresentação a presidência do Conjuve em 2010⁷⁴, as questões relativas às experiências incorporadas são muito mais enfatizadas, pois, é preciso, entre outras coisas, convencimento (convicção) de suas qualidades e atributos.

Um candidato com experiência em movimentos sociais, políticos e estudantis expressa as relações familiares vinculadas à militância

“Venho de uma família de militantes, tias e tios foram e são ativistas do movimento negro e de mulheres e meu pai em sua juventude foi um dos milhares de jovens que se rebelaram contra a tenebrosa ditadura que se abateu sobre o nosso país na década de 1960” (CARTAS, 2010, p. 4.)

Um conselheiro da juventude que ocupou a vice-presidência, se candidata ao pleito de 2010, alegando que, “trata-se de objetiva experiência adquirida ao longo de um mandato marcado pela reconhecida disponibilidade em cumprir os compromissos pertinentes à execução do planejamento democraticamente acordado no início do ano.” (CARTAS, 2010 p.13). Outro também diz que “Com base na minha militância, na minha experiência e principalmente no diálogo e na nossa força coletiva, acredito que posso contribuir com esse processo.” (CARTAS, 2010 p.7)

Na sequência mais afirmações que recorrem ao acúmulo de experiência:

“O *capital político* adquirido até agora *nesse terceiro mandato*, certamente oferece muitas ferramentas para se avançar ainda mais nas conquistas em que a juventude figura como partícipe e participante, bem como possibilita certa estabilidade política para enfrentar novos desafios, muito dos quais ainda tem sua identificação comprometida pelo processo de transição que atravessamos.” (CARTAS, 2010 p.13, grifos meus)

“Minha trajetória no campo da juventude, além de todo o envolvimento com as atividades da Aracati,

74 Disponível em <http://www.juventude.gov.br/conjuve/noticias/2010/12/09-12-2010-sete-candidaturas-concorrem-a-presidencia-do-conjuve> acesso 14/10/2011

foi marcada pela participação nos principais marcos da elaboração da Política Nacional de Juventude, seja em atividades e debates do Projeto Juventude, Fórum Social Mundial ou em momentos protagonizados pelo poder público, como a Conferência de Juventude da Câmara Federal e encontros de elaboração do Plano Nacional de Juventude.” (CARTAS, 2010 p.17)

“Estas experiências solidificaram a crença na importância da participação como estratégia de fortalecimento da democracia e de espaços não institucionais como fóruns e movimentos, e institucionais tais como Conselhos e Conferências como importantes 'janelas' para esta construção.” (CARTAS,2010 p. 17)

“O diálogo com as redes, organizações juvenis e juventudes partidárias já fazia parte da minha trajetória pessoal e foi intensificado nas relações dentro do Conjuve. Acredito na importância destes atores como o elo mais forte de ampliação e capilaridade das ações e resoluções do Conselho. São desses movimentos que surgem genuinamente as demandas e o olhar da juventude em relação aos seus desafios.” (CARTAS, 2010 p. 18)

Outro militante diz que a candidatura não é um desejo individual e sim a expressão de muitas organizações. Nesse caso, desloca-se a experiência individual para o aval coletivo, “destaco que esta carta de apresentação e candidatura é fruto não exclusivamente da minha intenção pessoal em contribuir com o Conselho no próximo ano e sim, de uma construção conjunta de organizações sociais que hoje atuam no Conselho”. (CARTAS, 2010 p.19)

Outro também vai na mesma direção, “toda a minha trajetória construída, lastreada justamente por este conjunto de organizações e movimentos juvenis” (CARTAS, 2010 p.14)

Em outro momento um candidato recorre às capacidades intelectuais, “essa nova visão das Políticas de Juventude no Brasil coincide e é reforçada por minha trajetória, não apenas como estudioso e mestre em planejamento e políticas públicas[...], mas também como militante e observador atento das políticas de juventude” (CARTAS, 2010 p.14)

Há de assinalar que é muito importante, que além destes candidatos estarem relacionados com o conselho, a origem política sobressai, sendo membros de organizações politizadas como UJS, UBES, UNE e juventudes partidárias.

Outro ponto que não se dissocia da trajetória de vida é a visão política sobre as PPJ que esses atores individuais advogam, aqui, em forma textual.

Outro militante destaca o avanço da temática da participação juvenil e dos direitos da juventude e que se faz necessária uma reflexão. Sobre espaços de participação, questiona as possibilidades de alcance da intervenção, quais os meios, e como agir com solidariedade para construir diferentes pautas no “campo dos direitos da juventude” (PEREIRA, E., 2011, p.201). Pois, “Atualmente, é o momento de garantir a execução de projetos e programas voltados aos jovens fortalecendo os espaços, respeitando o direito à voz.” (PEREIRA, E., 2011 p. 203)

O seguinte ressalta a importância de espaços para discussão sobre as PPJ, tal como a realização do seminário que deu origem a estes textos, e que estavam presentes os principais movimentos, organizações governamentais, pesquisadores de juventude e militantes da sociedade civil.

A consolidação desse campo político com a produção de uma opinião sobre a experiência da política nacional de juventude e o fortalecimento de uma plataforma no âmbito das políticas públicas será central para que possamos consolidar conquistas e ampliar direitos” (MEDINA, 2011,p. 206)

Argumenta que mesmo com diferenças em relação as PPJ será possível encaminhar proposições comuns. O autor não se furta a ressaltar a importância do governo atual em relação a juventude e as PPJ, admitindo que as políticas de Lula (de juventudes), não são pioneiras mas superam aquelas “ofuscadas pelo Estado Mínimo” (MEDINA, 2011 p. 207)

Sobre a atuação da juventude nos Conselhos, Fóruns e Conferências, seriam uma nova forma de exercício cidadão em um novo modelo de gestão, “dando passos para fortalecer a participação popular e a democracia participativa” (MEDINA, 2011 p.207)

No entanto admite que muitas demandas não foram respondidas e a possibilidade de se consolidar a democracia participativa está em

aberto. (MEDINA, 2011 p. 207). Outro ponto é em mesclar as bandeiras da juventude com pautas mais amplas, tal como a reforma política. (MEDINA, 2011 p.207)

O autor (militante) argumenta que os desafios lançados acima estão vinculados e tem dificuldades pelo fato da falta de subsídios do Estado para apoiar iniciativas projetos e ações da sociedade civil com o tema juventude (MEDINA, 2011 p. 207).

Em relação a construção de um “campo político progressista da sociedade civil” conclui que

Sem dúvida, para ter êxito nesse caminho, será necessário um esforço das juventudes partidárias do campo democrático e popular e dos movimentos juvenis históricos (movimento estudantil e sindical) de se abrirem para um diálogo sincero com questões vindas de uma realidade pouco conhecida, expressão de anseios e necessidades da grande maioria da juventude (MEDINA, 2011 p. 208)

Este militante faz menção sobre a participação da sociedade civil organizada, que por meio de espaços participativos e suas preposições, contribuem para que sejam incorporadas pelo Estado, em forma de PP, no entanto

Com o passar do tempo, pude acompanhar e analisar se essas contribuições estão sendo efetivadas, percebendo que as três esferas de governo (federal, estadual e municipal) têm muita dificuldade de implementar essas políticas geradas, muitas vezes em consenso, por esses grandes fóruns. (BARBOSA, 2011 p. 211)

Na sequência, afirma que essas dificuldades são compostas por três elementos: falta de vontade política; falta de cultura democrática; e a pressão da iniciativa privada e do parlamento (contra a Sociedade Civil) (BARBOSA, 2011, p. 211). Além disso, na própria Sociedade Civil

Outra dificuldade, interna à sociedade, é a falta de independência de algumas organizações da sociedade civil que, por estarem apoiando um ou outro governo, acabam por ficar a reboque das políticas governamentais, o que prejudica bastante o avanço das reivindicações, pois falta uma

postura mais combativa para garantir conquistas (BARBOSA, 2011 p. 211)

e continua,

Por outro lado, no campo da política progressista e popular, há um pragmatismo e um recuo ético que chega a influenciar de forma negativa as juventudes em seu fazer político. Muitos chegam à conclusão de que não há diferença na práxis política e acabam se afastando do ativismo pelas grandes transformações em favor do Brasil e do planeta (BARBOSA, 2011 p. 211)

Assim, propõe resgatar valores e princípios éticos por um mundo sustentável. Definir o papel da sociedade na construção coletiva e superar desafios. Construindo democracia participativa e cidadania ativa planetária. Termina dizendo que do seu ponto de vista, falar sobre os direitos juvenis pelo crivo de uma ambientalista ocorreu poucos avanços. Em relação a juventude e PPJ, este militante escreve,

A definição do sujeito jovem, assim como as políticas de/com/para juventudes, foram se refazendo ao caminhar, simultaneamente, dialeticamente. Com singularidades e pluralidades que brincavam (e ainda brincam) entre os enredos de teorias e práticas diversas (BORGES, 2011 p. 214)

As juventudes, nesse processo, publicizaram outros aspectos do espaço privado, criaram novos espaços públicos, inventaram novas formas de expressão do político, ressignificaram várias expressões culturais e provocaram outras relações nos espaços de poder. (BORGES, 2011 p. 214)

Observa-se uma escrita bem elaborada por estes militantes, internos ao processo de políticas públicas, juntamente de análises e observações de suas perspectivas intelectuais.

Na visão de outro militante, nos anos 80, 90 o jovem foi identificado pela grande mídia e pelo senso comum (até pelo meio acadêmico) “como apático à vida política, como uma geração sem sonhos coletivos e de transformação social” (ALMEIDA, 2011 p. 216). Com a emergência do debate sobre as PPJ o tema da participação juvenil foi revisitado. Para se contrapor aqueles esteriótipos, “pesquisadores

apontavam que esta geração de jovens tem um novo jeito de manifestar suas demandas publicamente” (ALMEIDA, 2011 p. 216), para o militante, principalmente através de música, estilos ou identidades culturais, étnicas e de gênero. Surgem novas bandeira, novos instrumentos. Meio ambiente e tecnologias da informação e comunicação. Assim, indicou-se que os jovens não estavam alheios aos processos de mudança social. (ALMEIDA, 2011 p.216). Portanto não há apatia, e sim, novas formas de participar, que indicam que

Não há uma negação total da institucionalidade por parte desses grupos juvenis desta geração. O que verificamos é a emergência de “novas institucionalidades” sendo ensaiada por diferentes atores que atuam com as demandas da juventude, sejam jovens, poder público, pesquisadores etc. (PAPA e FREITAS, 2011 p. 216)

E continua, “essa nova institucionalidade se constitui como uma rede de relações das quais o Estado não ocupa papel central, mas tem bastante relevância” (ALMEIDA, 2011 p.217).

[...] a academia, os partidos e as organizações não governamentais também compõe esse emaranhado de instituições [...] Que só se tornaram essa teia por conta do debate da PPJ. Constituem essa nova institucionalidade com a qual os grupos juvenis se relacionam [...] isto é uma marca do nosso tempo histórico [...] (ALMEIDA, 2011 p. 217).

Em suma, o relato tenta demonstrar que há sim participação juvenil, relevante, mas de outro modo, não tradicional.

Outro militante segue a mesma linha sobre a apatia juvenil, argumentando que, é feita uma relação hiperbolizada com as juventudes dos anos 60/70 que “são, principalmente, a referência fantasiosa de 'juventude engajada', manifestando uma visão idealizada do passado e desconectada do presente.” (PEREIRA, L.B., 2011 p. 220), hoje, os jovens atuam em diversas esferas e novas esferas. Pluralidade.

Em segundo lugar, “é preciso diferenciar a categoria juventude enquanto momento específico de vida e, os jovens concretos (que são diferentes entre si, tem anseios diversos, olhares múltiplos, mas compartilha esse momento específico que vivenciam na história”. (PEREIRA, L.B., 2011, p. 221)

A autora militante argumenta que

Chegamos a uma fase de estagnação da esfera e do conceito de participação. Ou seja, a baixa participação da juventude no legislativo. Para ela “está claro que falta propiciar ao (à) jovem, para além da possibilidade de participar, a capacidade de gerir o poder, protagonizar a mudança e construir um discurso a ser ouvido. Aí está o nosso desafio atual. (PEREIRA, L.B., 2011 p. 222)

O militante advoga em favor da juventude que

Para além da participação, a juventude reivindica poder. Nesse contexto o papel do Estado é também oferecer condições para seu desenvolvimento integral do (a) jovem, um Estado vivo e interativo, que fuja da postura tutelar e do rótulo da 'apatia juvenil', e estimule nossa passagem de coadjuvantes para protagonista de nosso próprio destino. (PEREIRA, L.B., 2011 p. 222)

Em relação aos jovens militantes do MST, que atuaram na construção do coletivo nacional de juventude do MST e da via campestre e que vem acompanhando os debates e ações sobre as juventudes no campo e na cidade o avanço em PPJ e a criação da SNJ, a PEC da Juventude e o Estatuto, gerou um importante processo de articulação entre sociedade, Movimentos sociais e Governo. No entanto

Nós do MST entendemos que isso traz um grande problema: é o governo mobilizando a sociedade civil. No nosso entendimento temos que inverter essa lógica: nós é que temos que nos mobilizar para pautar o que queremos dos governos. Essa é a lógica de Movimento Social que nos caracteriza há tanto tempo (CASTRO, SALES e ANTONIO NETO, 2011 p.197).

Para estes militantes, a participação da juventude deve ser em conjunto com a sociedade. Segundo eles, “diversos atores[...] tem afirmado que nunca fomos tão participativos, embora isso não represente grandes avanços na perspectiva da participação política” (CASTRO, SALES e ANTONIO NETO, 2011 p. 197)

Enumeram algumas críticas: como serem convidados a participar de todas as pequenas decisões, no entanto “nas grades

decisões não podemos sequer nos manifestar” (CASTRO, SALES e ANTONIO NETO, 2011 p.198).

Em relação a 1ª Conferência Nacional da Juventude, como exemplo de “participação” e ao mesmo tempo o limite do processo consultivo argumentam que, das mobilizações municipais, estaduais até a conferência resultaram 22 prioridades, que, segundo eles, não estão sendo cumpridas. Citam, como exemplo, a preposição número 6, que trata da reforma agrária⁷⁵. Argumentam que a estrutura fundiária do país continua intacta. Deixando a desigualdade e a estrutura do poder como sempre foram.

O problema, da reforma agrária, segundo eles, reside na falta de vontade política do governo. Que prioriza o agronegócio em detrimento da agricultura camponesa e familiar. Portanto “essa prioridade é irreal e nunca vai ser atendida numa política de juventude, nem no governo em geral” (CASTRO, SALES e ANTONIO NETO, 2011 p. 198). Desta maneira criticam os limites do processo consultivo e das proposições de PPIs formuladas pelos jovens. Falam da necessidade de políticas estruturantes, para a solução dos “grandes problemas das juventudes trabalhadora” que não são exclusivos das juventudes, e sim da sociedade como um todo.

75 Garantir o acesso à terra ao jovem e à jovem rural, na faixa etária de 16 a 32 anos, independente do estado civil, por meio da reforma agrária, priorizando este segmento nas metas do Programa de Reforma Agrária do Governo Federal, atendendo a sua diversidade de identidades sociais, e, em especial aos remanescentes de trabalho escravo. É fundamental a revisão dos índices de produtividade e o estabelecimento do limite da propriedade para 35 módulos fiscais. Disponível em: http://www.secretariageral.gov.br/Juventude/marcos-da-politica-nacional-de-juventude/1aConf_22Prioridades.pdf

CONCLUSÃO

No Brasil, as vias do consenso no debate acerca do conceito de juventudes, a composição e funcionamento das PPJ e da instituição de um marco legal sobre a PNJ, indicam a constituição de um campo de políticas públicas de Juventude estruturado a partir de um discurso oficial sobre a natureza dos produtos políticos que compõe o rol das PPJ. Exprime a complexidade dos argumentos e as suas interconexões entre posicionamentos políticos e a multiplicidades de opiniões.

Este é um duplo processo, pois, baseia-se na ideia de participação política das juventudes a partir da institucionalização de um espaço participativo e indica também que a participação procede às necessidades de auto-organização do campo do debate, considerando-se os limites e as divergências quanto à natureza da participação, inclusive, extrapolando os espaços institucionalizados. Assim, há uma pluralidade de contextos sociais coexistindo, e a participação política tem a ver com as juventudes e suas respectivas bandeiras de luta dentro desta multiplicidade exigindo as suas respectivas cotas de participação. No entanto, alguns debates apontam a necessidade de inserção, do jovem (juventudes) nas esferas do poder de decisão no aparato do Estado propriamente; outros sugerem tomar como ponto de partida a inclusão dessa categoria na esfera pública, ou seja, dar voz para a juventude, enquanto segmento social a ser beneficiado pelas PPJ. O surgimento destes dois pontos é recorrente, embora não se distingam com muita evidência nos documentos analisados, aparecendo até de maneira contraditória dentro dos próprios discursos e debates⁷⁶. No entanto, as estruturas do debate político acerca da categoria juventude inserida no campo político, onde se produz um debate constituinte das PPJ nas tomadas de decisão ensejam um teor sacerdotal às PPJ. Em uma palavra, tomando emprestado o uso da analogia que Bourdieu (2011) faz do campo político em relação ao campo religioso, onde há os detentores dos bens de salvação política, clara referência à figura dos “sacerdotes” e os “profanos” estes últimos que consomem tais bens por não terem acesso a certos quadros da divisão do trabalho religioso. Comiseração e

76 Este debate pode ser verificado nos seguintes documentos, principalmente nas preposições e moções e nos tópicos sobre participação institucional: Documento base da 1ª conferência Nacional da Juventude disponível em http://www.secretariageral.gov.br/Juventude/marcos-da-politica-nacional-de-juventude/1aConf_TextoBase.pdf; documento base da 2ª conferência nacional de Juventude disponível em: <http://www.juventude.gov.br/conferencia/noticias-outras/17-06-2011-texto-base-da-2a-conferencia-nacional-de-juventude/>, Conjuve (2009) disponível em: http://www.secretariageral.gov.br/Juventude/marcos-da-politica-nacional-de-juventude/PEC%20da%20Juventude%20Revisado_05.05.20091.pdf;

resignação estão em oposição no campo, não de forma evidente, mas naquilo que o autor chama de violência simbólica, suave e coercitiva ao mesmo tempo, arbitrária por aparecer como legítima. Considera-se, tanto este sobressalto apoteótico, ou o *endeusamento* das PPJ como a efetividade de uma referida ação política ou PPJ específica como sendo inerentes aos produtos do CPPJ, ou seja, legítimos.

O CPPJ enquanto espaço de jogo, regula a distribuição do poder de agir dentro do campo em perspectiva com a distribuição do poder interno a partir da classificação de normas e atores. Esta classificação não reside apenas na qualidade da participação ou sua representação por delegação ou em eventuais dissensos sobre a impossibilidade do alargamento da participação direta da sociedade e sim, na capacidade de distribuir a cota de participação a partir de embates entre os mais qualificados, os mais profissionais, os mais militantes os mais experientes da política e da problemática da Juventude.

Este microcosmo político, hierarquizado e classificatório é um espaço que mimetiza a divisão do trabalho social na sociedade, menos pelo poder que exerce do que pela maneira como o exerce (o poder político, discricionário em relação às leis não expressas da política estando baseado no mérito, na ideologia da competição e do individualismo racional, na ideologia de posição de classe, de estratificação, na cultura, no peso correspondente à posição social do indivíduo ou grupo na esfera sociocultural ou do grau de instrução). Em suma, a fonte que emana os conflitos raramente é discutida na hora de sua resolução, pois, ela não ocupa posição de destaque na divisão do trabalho político e de suas preocupações.

A constituição de um CPPJ, em sua singular e recente constituição, pode indicar nesse caso um conflito entre a *Doxa*, ordem social (simbólica) estabelecida, estável, tradicional, dominada por aquilo que *não é preciso dizer*, pois a *tradição é silenciosa*, ou seja, a ordem daquilo que está estabelecido:

Esta doxa produz o fechamento do universo político, não obstante a justificação dos políticos se operar através do veredicto popular. A centração nas relações internas ao campo não dispensa a relação, em tempos regulares, com os que lhes dão delegação. Somente este facto impede o fechamento total para o qual tende todo e qualquer campo. (FERNANDES, 2006 p. 85)

Já a *Heterodoxia*, é o desafio à doxa, o questionamento de sua estrutura e de sua lógica interna. Ou seja, uma disputa pelo direito legítimo de impor uma “visão de mundo”, por exemplo, no campo da política o embate entre (participação/representação). Este embate tende a restaurar a *Ortodoxia*, que é a resposta da ordem “social” abalada pela heterodoxia, a diferença da doxa é que agora ela se tornou manifesta, visível, discursiva, seus guardiões antes silenciosos tomam partido, em sua defesa. A disputa simbólica se torna visível, manifesta, portanto,

A destruição deste poder de imposição simbólico radicado no desconhecimento supõe a *tomada de consciência* do arbitrário, quer dizer, a revelação da verdade objetiva e o aniquilamento da crença: é na medida em que o discurso heterodoxo destrói as falsas evidências da ortodoxia, restaurando a fictícia *doxa*, e lhe neutraliza o poder de desmobilização, que ele encerra um poder simbólico de mobilização e de subversão, poder tornar atual o poder potencial das classes dominadas. (BOURDIEU, 2007 p. 15 *nota de rodapé*)

Isso pode ser visto a partir do elenco dos debates acerca das políticas que visam a ideia de *desenvolvimento* (em geral o econômico), e o embate entre políticas de reconhecimento das multiplicidades de ideias (em geral o preceito cultural). Ambas sob a égide da garantia de direitos sociais: tanto na 1ª Conferência Nacional de Juventude em 2008, que tinha como mote “Levante sua Bandeira” chamando toda a juventude a participar (preceito múltiplo social e cultural), e se inscrever no âmbito do espaço de jogo; quanto na 2ª Conferência Nacional de Juventude em 2011, com o mote “Conquistar Direitos, Desenvolver o Brasil” (ênfase no preceito desenvolvimentista). Houve críticas acerca da incapacidade de certas propostas em se cumprir elucubrações socialmente construídas e destacadas nas proposições⁷⁷. Cabe aqui questionar se o CPPJ é capaz de desafiar a ordem política no sentido de impor novos debates acerca da juventude ou se este está retroalimentando um debate já estruturado “restaurando a fictícia *doxa*”.

A análise da construção de uma Política Nacional de Juventude sugere tomar como ponto de partida a inclusão dessa categoria na

77 A 1ª Conferência obteve um número enorme de participantes (mais de 400 mil) incluindo a participação via internet, onde plenárias de discussões foram riquíssimas na elaboração de inúmeras proposições políticas. Ver: <http://www.juventude.gov.br/marcos/2008-1a-conferencia-nacional-de-juventude>

agenda pública. Considera-se aqui a relação entre o Estado e a sociedade, nesse caso as *Juventudes*, no percurso de transformar em letra de lei e assegurar direitos para um grupo social constituído. Entretanto exige-se o esclarecimento de conceitos, no sentido de que *categorizar* significa assumir o ônus do efeito de tornar público posições e aspirações sociais e políticas. Assim, o desafio à *doxa* traz uma série de conjuntos de problemas distintos, que envolvem a participação da sociedade, ao trazer para a agenda pública demandas específicas para a absorção do Estado e a transformação destas demandas em políticas sociais. Nesse sentido temos dois problemas sociológicos principais: primeiro, o reconhecimento social de que a juventude é sujeito de direitos específicos, relativos a sua condição, que reflete o processo histórico de construção dos atributos juvenis, em geral, a juventude busca romper com categorias ou esteriótipos (juventude problema, vista pelo adultocentrismo, e que precisa ser conduzida, policiada ou repreendida) ou seja romper com a *doxa*, ou melhor, com aquilo que aparece como naturalizado. E, em segundo, a abertura de canais de participação da juventude no campo do político, na esfera estatal, mesmo não sendo exatamente políticos profissionais, embora, como se tentou demonstrar, esta abertura requer atributos de competência política que ainda distanciam o cidadão comum da participação na política.

Reforça-se que o recurso conclusivo, nesse trabalho, é utilizado para indicar afirmações e tendências sobre o referido objeto de estudo. Por vezes, usar-se-á uma linguagem crítica com vistas a inclinar o leitor, junto com os dados demonstrados, para reflexões acerca da constituição, natureza e funcionamento do campo político em questão. Insiste-se que a natureza desse campo é justamente a sua capacidade de jogar seu jogo particular em consonância e proximidade ao campo dos políticos profissionais. Isto é, em detrimento da efetiva participação dos que estariam desprovidos de capital político. Ou seja, verificou-se que o CPPJ em construção é um espaço onde os atributos políticos adquiridos por acumulação desigual de *experiências* em práticas políticas, servem para classificar as posições no interior do campo. O efeito primeiro produzido por este espaço é o de produzir representantes e porta-vozes legítimos de alguma representação da juventude e por conseguinte, portador dos anseios desta categoria social.

Nesse sentido, podemos inferir que o Campo Político de Políticas para Juventude é o espaço social em que atores que detém certo domínio sobre o que significa ser *jovem*, domínio associado às múltiplas condições de ser jovem, em cada especificidade, à militância e ao profissionalismo político, à aquisição epistêmica sobre o conceito

juventude, à história de vida e experiência, produzem um nível de consenso em um campo pré-determinado. Tal campo, é um constructo em construção permanente, no devir das classificações, em geral *legítimo*, pois é capaz de falar em nome de um grupo ou parcela da sociedade e instituir assim um produto e/ou efeito político.

Para tanto, são necessários alguns elementos constitutivos:

a) a origem na sociedade civil de agentes especializados na composição deste espaços, considerando preservar a maior amplitude social possível; b) interface entre sociedade civil e Estado na organização e na forma dos acordos, das plenárias/parlamentos supõe-se a hierarquização democraticamente acordada; os conflitos e diferenças são resolvidos democraticamente, em geral pelo voto. c) Esfera estatal, a localização na estrutura de governo de um espaço coordenativo de PPJ. A admissão de pessoas com capacidades sociopolíticas sobre o assunto; a abertura à sugestões sobre as ações e PPJ no âmbito do poder executivo; d) a efetivação de um marco legal, ação do poder legislativo. e) Em conjunto esse campo precisa desenvolver um discurso ancorado em legitimidade e capacidade, além de ser flexível com as contestações. e) A abstenção ou exclusão, deliberada ou não de alguns grupos de interesse em PPJ.

Tentou-se demonstrar que na constituição deste campo de PPJ há uma forte tendência à participação de *experts*, de entendidos ou de profissionais em práticas políticas, e, para usar termo menos flexível, profissionais da política. Não acreditamos que o termo, em seu sentido original weberiano⁷⁸ seja o mais indicado, no entanto, o conjunto de experiências, usadas como ponte nos discursos, indica algo que não pode ser confundida com profissionalismo político e nem com o exercício da cidadania plena ou ativa (conhecimento sociopolítico, incorporado, equalizado e pleno sobre os direitos políticos, 'técnicos' e sociais, expostos em capacidades inerentemente discursivas e

78 Tomamos a clássica divisão weberiana entre *viver da política ou viver para a política*, em que o autor descreve a natureza da política enquanto vocação. Weber descreve dois tipos de políticos profissionais “aqueles que vivem materialmente 'a custa' de um partido e de atividades políticas; (...)em segundo lugar aqueles que vivem 'para' a política, possuem recursos independente e são impelidos por suas convicções;”(WEBER, 1980, p. 71). O primeiro caso não acrescenta nada de novo em qualquer alusão ao estado da política contemporânea em relação à sua organização partidária; ou qualquer outro tipo de organização com finalidades políticas. O segundo caso traz questões subjetivas combinado com a disponibilidade de recursos próprios; portanto é difícil mensurar subjetividade, motivação, ideais políticos sem recorrer à questões sociais, tradição política familiar, ou seja, num processo de socialização. Nesse jogo sobre Política e profissionais da política, para Weber “entenderemos por política o conjunto de esforços feitos visando a participar do poder ou a influenciar a divisão do poder, seja entre Estados, seja no interior de um único Estado” (WEBER, 2006, p.60).

participativas)⁷⁹. Aproxima-se aliás, de um processo classificatório e hierarquizante de competências sociopolíticas produzidas pela capacidade de acumulação da experiência enquanto síntese de múltiplas competências acumuladas, advindas da educação e do tempo livre e moldada pelo trabalho político constante.

Contudo, isso não enseja questões para desconstruir os esforços em prol das PPJ. Não obsta, pelo contrário, indica uma tendência democrática, mesmo com jogos de forças desiguais até certo ponto, previsíveis, mas não controláveis. Nesta relação, a constituição do CPPJ, considera dois eventos importantes, a participação numerosa de jovens nas conferências nacionais, e suas etapas prévias (pré-conferências) estaduais e municipais; além da ampliação da participação via *internet*. Ambas pressupõem o maior acesso possível e a possibilidade de expor, tornar manifesto uma miríade de opiniões; revelando *anseios e desideratos* sociais condensados nos documentos, moções e preposições, acionando o efeito catalisador, necessariamente construído e canalizado para o espaço do campo político em sua relação com a sociedade civil.

No decorrer do trabalho, verifica-se que o peso da esfera estatal tem muita influência na constituição do Campo Político de Políticas para Juventude. Faz parte ao mesmo tempo do processo de construção e é objeto das disputas. Tentou-se indicar a natureza das disputas internas, entre os atores estatais, onde a criação da SNJ como articulador e canalizador das PPJ não demoveu dos ministérios federais o controle, gerência e aplicação das PPJ e seus recursos. Como alternativa, os atores internos ao processo cogitaram elevar a SNJ ao *status* de ministério, buscando através de uma pasta ministerial calibrar a visível (verificável) assimetria de poderes em disputa em torno do controle sobre as PPJ.

Ainda, no que concerne a constituição do campo político de políticas de Juventudes, há de se diferenciar o objetivo da política (suas ações e o público a ser atendido) e a estrutura própria do campo, no sentido que a composição deste campo não necessariamente, pode se

79 O conflito em torno do princípio de “direitos a ter direitos” historicamente alargados às diversas classes e grupos sociais, e o sentimento de pertença, em geral a um Estado Nação, exigindo e ampliando a necessidade de competências e habilidades sociopolíticas, acompanharam a evolução do conceito de cidadania. Inclusive de múltiplas cidadanias. Portanto, arriscamos traçar um paralelo entre profissionalismo político e cidadania na medida em que se exige certos atributos encontrados no exercício da cidadania. “Turner considera a cidadania como um conjunto de práticas políticas, econômicas, jurídicas e culturais que definem a pessoa como membro cometente da sociedade. No entanto, a inclusão do elemento 'competência' é passível de críticas, uma vez que se podem encontrar no seio da sociedade cidadãos que não se acham na condição de exercer direitos políticos, e nem por isso perdem seus direitos políticos e sociais[...]” (VIEIRA, Liszt, p. 35, 2001).

imiscuir dos desejos dos jovens ou dos sentidos atribuídos à categoria social juventude, ou mesmo proferir ações políticas sobre o mundo dos jovens em geral. Dito de outra forma, o processo de constituição do campo segue regras que estão em dissonância com a realidade participativa de alguns grupos ou jovens nas mais diversas situações. Para os atores envolvidos, notou-se que tal discussão não foge à pauta, inclusive com existência de várias correntes críticas internas ao processo de constituição do campo da juventude. Mas, isso não garante a substituição ao modelo classificatório e representativo que prescinde as quotas de participação e do *direito* delegado ou atribuído de falar em nome de outros, ou seja, a partir das ideias renitentes advindas da divisão do trabalho político, deveras meritocráticas, tecnicistas e hierarquizantes ou mesmo inexoráveis, indelévels, insubstituíveis e intocáveis.

Para o Conjuve, enquanto parte do CPPJ, a preocupação é que o Estado não se preparou para receber esse contingente de jovens, além de a oferta de bens e serviços públicos serem insuficientes para atender a demanda. Questões como ensino, mercado de trabalho, aliado ao “baixo conhecimento do poder público sobre a realidade juvenil” além de transformações nas relações sociais em geral, afirmam que:

O resultado da equação é alarmante: atualmente, os jovens em idade de trabalhar encontram barreiras para conseguir e manter uma atividade remunerada. A juventude é, também, como vítima ou agressora, a principal protagonista da violência nos grandes centros urbanos. Além disso, enfrenta sérias dificuldades para concluir os estudos e ingressar na universidade. (CONJUVE, 2008 p. 6)

Em relação à cidadania e o modelo econômico, atestam :

Por essas e outras, é possível afirmar que os brasileiros jovens foram muito afetados pelo modelo econômico adotado nas últimas décadas, que aprofundou significativamente a exclusão social. A juventude ficou sem acesso aos serviços públicos básicos e não desfruta dos seus direitos mais fundamentais. A cidadania para muitos jovens, por enquanto, ainda é uma cidadania incompleta. (CONJUVE, 2008, p. 7)

O contexto acima eleva a problemática da Juventude no campo das políticas públicas e insere uma dicotomia nas PPJ, produzindo dois

tipos de ações, uma advinda da situação regulatória (com viés adultocêntrico) e outra inspirada no protagonismo da juventude, na participação social e política dos jovens

Um olhar superficial sobre essa situação pode fazer pensar que a juventude é um problema. Esse tipo de visão resulta num tipo de política pública em que o jovem deve ser controlado nas suas manifestações e domesticado no seu comportamento. Ao contrário desta, porém, se fortalece cada vez mais uma outra visão: a de que a juventude pode contribuir para as soluções dos problemas. Para isso, o investimento nos jovens é essencial para o desenvolvimento do país. (CONJUVE, 2008, p 7)

Analisando os documentos em matéria de juventudes, produzidos pelos atores envolvidos mais diretamente no processo, é emblemático o destaque das questões sobre o papel da juventude, do discurso co-extensivo aos princípios cidadãos e até certo ponto o viés romantizado, onde peca-se em alguns excessos, como, a ênfase principalmente na ideia de “participação” como panaceia.

Portanto, os pontos mais destacados deste trabalho, são em geral, relativos à estrutura institucional que guarda poder além do que o debate supracitado parece alcançar. O desenho institucional do CPPJ revela as faces de um poder de mudança efetivo, protegido por um *guarda tártaro* e reservado ao acesso somente os partícipes do órgãos oficiais, aos adjuntos a estrutura que compõe o governo e o Estado e os *experts* sobre juventude e política.

Assim,

A ação do Estado depende fundamentalmente de pressão política. E a pressão política, por sua vez, só se fará através da ação conjunta dos jovens. No final das contas, uma coisa leva à outra: os direitos da juventude não vão sair do papel sem políticas governamentais de qualidade. As políticas de qualidade não vão existir se os jovens não fizerem pressão. E os jovens não vão fazer pressão se não se organizarem. (CONJUVE, 2008 p. 20)

A Política Nacional de Juventude não surgiu de uma hora para outra, assim, por acaso: trata-se de uma resposta do Governo Federal a uma cobrança

da sociedade. Nos últimos anos, jovens e adultos se uniram para reivindicar a garantia dos direitos juvenis. Por conta dessa articulação intergeracional, a juventude está mais presente na agenda política brasileira (CONJUVE, 2008 p. 20)

Subjaz uma multiplicidade de anseios e esperanças, dentro do CPPJ, talvez irrealizáveis, de que este espaço possa absorver simultaneamente a democracia representativa e participativa. As ações e práticas políticas da juventude precisam do âmbito do Estado, causando uma relação de causa e efeito na aparência, mas, arbitrária em essência pois, é preciso controlar e dominar mecanismos de dominação. Assim, a participação no CPPJ aparece como direito que deve ser financiado pelo Estado, bem como a quantidade desta dedicação, integral ou fracionada, depende das competências adquiridas do agente, como da forma de governo, principalmente de suas intenções políticas. No fundo, a configuração atual do CPPJ no Brasil aparece num contexto em que o Estado e o Governo se abrem para a participação democrática, todavia regulando a qualidade e o tamanho da quota de participação reservada a Juventude brasileira, com vistas a regular os produtos políticos produzidos configurando assim a própria dimensão do CPPJ e seus efeitos sociopolíticos.

REFERÊNCIAS

ABAD, Miguel. **Las políticas de juventud desde la perspectiva de la relación entre convivencia, ciudadanía y nueva condición juvenil.** Última Década, Viña del Mar, CIDPA, março, 2002.

ABRAMO, W. H. e BRANCO, P.P. (orgs) **Retratos da juventude brasileira.** Análise de uma pesquisa nacional .São Paulo editora fundação Perseu Abramo, instituto cidadania (2005)

ABRAMOVAY, Ricardo. **Conselhos além do Limite.** Estudos avançados, 15 (43) 2001. disponível em: <<http://www.scielo.org>> acessado 2012.

ABRAMO Helena. W. **Que é ser jovem no Brasil hoje? Ou a construção militante da juventude.**in: juventud en sudamerica: diálogos para la contrucción de la democracia regional. Vários Autores. IBASE, POLIS E CIDPA. Santiago, Chile, 2008.

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G. **Juventude, Juventudes: o que une e o que separa.** Brasília: Unesco, 2006. ou unesco 2006?

ALMEIDA, Carla & TATAGIBA, Luciana. **Os conselhos gestores sob o crivo da política: balanços e perspectivas** In: Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 109, p. 68-92, jan./mar. 2012 Disponível em <<http://www.scielo.org>> acessado em 2012

ALMEIDA, R.S. A participação juvenil a partir do debate sobre políticas de Juventude. In: PAPA, F.C. e FREITAS, M.V. **Juventude em pauta. Políticas públicas no Brasil.** Ed. Peirópolis SP (2011)

ALONSO, Angela. **As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate.** Lua Nova, São Paulo, 76: 49-86, 2009. Disponível em: www.scielo.br/pdf/ln/n76/n76a03.pdf

ARENDT, Hannah. **O que é política?** Fragmentos das obras póstumas compilados por Ursula Ludz. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1999. p. 6-85.

ARENDT. H. **A condição humana.** Rio de Janeiro: Forense-Universitaria: Salamandra, 1981.

AVRITZER, Leonardo; COSTA, Sérgio. **Teoria Crítica, Democracia e Esfera Pública: Concepções e usos na América Latina**. Dados - revista de ciências sociais. V. 47, n. 4, p. 703-728. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.org>> acesso em: 15 de jun. 2009.

AVRITZER, Leonardo. **Sociedade Civil, Instituições Participativas e Representação: Da autorização à Legitimidade da ação**. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 50, no 3, 2007, pp. 443 a 464. disponível em <<http://www.scielo.org>> acessado em 2012

BAUER, W. M. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER W. Martin & GASKEL, George. (orgs). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Rio de Janeiro, Vozes 2002

BARBOSA, G. Juventude, Meio Ambiente e Participação. In: PAPA, F.C. e FREITAS, M.V. **Juventude em pauta. Políticas públicas no Brasil**. Ed. Peirópolis SP (2011)

BELLONI, Isaura (*Et al*). **Metodologia de avaliação em políticas públicas: uma experiência em educação profissional**. Questões de nossa época, V. 75. São Paulo, Cortez, 2000

BELUZZO, Lilia; VICTORINO, Rita C. **A Juventude nos caminhos da Ação Pública**. São Paulo em Perspectiva. P.8-19. 2004. Disponível em : <<http://www.scielo.org>> acesso em 03 de fev. 2009.

BENJAMIM, Walter. **Experiência**. In: reflexões: a criança o brinquedo e a educação. ed. Summus, São Paulo, 1984

BORGES, L.A. “Eu não tô doida sozinha!” In: PAPA, F.C. e FREITAS, M.V. **Juventude em pauta. Políticas públicas no Brasil**. Ed. Peirópolis SP (2011)

BOURDIEU, Pierre. **A juventude é apenas uma palavra**. In: questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero pp.112-121, 1983

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2009

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Bertrand brasil, 2007

BOURDIEU, P. **O campo político**. In:Revista brasileira de ciência política. Nº 5, janeiro/julho 2011. Brasília

BOURDIEU, P. CHAMBOREDON, J. PASSERON, J. **Ofício de Sociólogo**: Metodologia de pesquisa em sociologia. Vozes, 2004

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. São Paulo:Difel, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1996.

BRASIL. Conselho Nacional de Juventude. Documento base da 1ª conferência nacional de juventude “levante sua bandeira” (2008)

_____ Conselho Nacional de Juventude: Natureza, composição e funcionamento -agosto 2005 a março de 2007/ Maria Virgínia de Freitas (Org.), – Brasília, DF/São Paulo: CONJUVE; Fundação Friedrich Ebert; Ação Educativa, 2007.Natureza Composição e Funcionamento, 2007

_____ Conselho Nacional de Juventude: Conjuve diretrizes e perspectivas. Brasília DF 2006

_____ Conselho Nacional da Juventude: Reflexões sobre PNJ 2003/2010. Brasília, 2011

_____ Conselho Nacional de Juventude. Juventude e participação institucional-eletiva.Análise preliminar sobre a participação da juventude brasileira Câmara dos Deputados. Relatório Brasília (2009) disponível em <http://www.juventude.gov.br/conjuve/documentos/juventude-e-participacao-institucional>

_____ Conselho Nacional da Juventude: PEC da juventude: O Brasil Precisa a Juventude Quer. Brasília 2009

_____ SNJ Secretaria Nacional da Juventude: Projeto Pedagógico Integrado do ProJovem Urbano. Brasília: Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem Urbano, 2008.

_____. SNJ. SGPR. Guia de Políticas Públicas de Juventude, Brasília, 2010

_____. SNJ (2011) reflexões sobre a PNJ 2003/2011

CARLOS, Euzeneia. **Contribuições da análise de redes sociais às teorias de movimentos sociais.** Revista Sociologia Política. Curitiba, v. 19, n. 39, p. 153-166, jun. 2011. Disponível em: www.scielo.br/pdf/rsocp/v19n39/a11v19n39.pdf

CASTRO, Elisa Guaraná de. **O campo das políticas públicas de juventude e o campo político da juventude: contribuição para reflexão.** In: Juventude em pauta: políticas públicas no Brasil. São Paulo, ed. Peirópolis, 2011. pp.281-307

CASTRO, Rabelo L. Participação política e juventude: do mal-estar à responsabilização frente ao destino comum **Revista de Sociologia e Política.**, Curitiba, v. 16, n. 30, p. 253-268, jun. 2008

CASTRO, D. SALES, P. e NETO. A. Pensando sobre a Participação e os Direitos da Juventude. In: PAPA, F.C. e FREITAS, M.V. **Juventude em pauta. Políticas públicas no Brasil.** Ed. Peirópolis SP (2011)

CARRANO, Paulo. Políticas Públicas de Juventude: desafios da prática. In: PAPA, F.C. e FREITAS, M.V. **Juventude em pauta. Políticas públicas no Brasil.** Ed. Peirópolis SP (2011). pp. 235-351

COELHO M. F. e SANTANA V. L. (2010) **Geração 68 no congresso nacional: ideologia e comportamento legislativo.** Revista Sociedade e Estado - Volume 25 Número 2 Maio / Agosto 2010. http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922010000200007&script=sci_arttext

DURKHEIM, Émile. **A educação como processo socializador: função homogeneizadora e função diferenciadora.** IN: Pereira, Luiz e Foracchi, Marialice M. (orgs). Educação e Sociedade: leituras de sociologia da educação. 13ªed, São Paulo: Ed. Nacional, 1987

EAGLETON. T (1997) **ideologia.** BOITEMPO. São Paulo, 1997

FERNANDES, Antonio T. O campo Político. **Revista da Faculdade de letras: Sociologia** Série 1 V. 16 p.41-89 2006. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/> acesso em: 18 de jun. 2009.

GROPPO, LUIZ A. (2012) Condição juvenil e modelos contemporâneos de análise sociológica das juventudes. In: Sousa. Janice T. P. e Groppo Luiz A. (Orgs) **Dilemas e contestações das juventudes no brasil e no mundo**. Editoria em Debate.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria de la acción comunicativa: racionalidade de la acción y racionalización social**. Madrid: Taurus, 1987.

IANNI, Octávio. A Sociologia numa época de globalismo. In FERREIRA, Leila da Costa. (org.) **A Sociologia no Horizonte do século XXI**. Boitempo Editorial, São Paulo. 1997 p. 13-25

IBASE e POLIS. **Juventude brasileira e democracia: participação, esferas e políticas públicas**, relatório final 2005.(2006)

IBASE e POLIS. **Diálogo nacional para uma política pública de juventude**. RJ/SP 2006.

INSTITUTO CIDADANIA. Projeto Juventude. Documento de Conclusão – Versão Final. São Paulo, 2004

KAUCHAKJE, Samira. **Solidariedade política e constituição de sujeitos: a atualidade dos movimentos sociais**. Sociedade e Estado [online]. 2008, vol.23, n.3, pp. 667-696. ISSN 0102-6992. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922008000300006>

KRAUSKOPF, Dina. (2000). **Dimensiones críticas em la participación social de las juventudes**. in: la participacion social y política de los jóvenes em el horizonte del nuevo siglo. Balardini, Sérgio (org) clacso, Buenos Aires 2000.

LUCHMANN, Lígia H. **A representação no interior das experiências de participação**. Lua Nova, n. 70 São Paulo (2007)

MANNHEIM, Karl. (1982) **Funções das gerações novas.** In: Foracchi, M. M.(org) coordenador. Florestan Fernandes. Mannheim. Coleção grandes cientistas sociais. São Paulo: Ática, pp. 65-95.

MANNHEIM, Karl. (1978) **O problema sociológico da gerações.** In: Foracchi, M. M. & Pereira, L. Educação e sociedade - leituras de sociologia da educação. São Paulo: biblioteca universitária, pp. 91-97

MARGULIS, Mario. **La juventud es más que una palabra:** ensayos sobre cultura y juventud. Buenos Aires: Biblos. 2000. p. 13-30.

MEDINA, G. Um Novo Momento para as Juventudes no Brasil. In: PAPA, F.C. e FREITAS, M.V. **Juventude em pauta. Políticas públicas no Brasil.** Ed. Peirópolis SP (2011)

MELUCCI, Alberto. **Juventude, tempo e movimentos sociais.** Juventude e contemporaneidade. Revista Brasileira de Educação. São Paulo, n. 5/6, 1997. ANPED.

MOISÉS, J. A. A confiança e seus efeitos sobre as Instituições democráticas. In: Moisés, José Álvaro (org): **Democracia e confiança: porque os cidadãos desconfiam das instituições públicas?** São Paulo, EDUSP, 2010

MORLINO, L. Teoria da democratização, qualidade da democracia e pesquisa de opinião: ainda em “mesas separadas”? In: Moisés, José Álvaro (org): **Democracia e confiança: porque os cidadãos desconfiam das instituições públicas?** São Paulo, EDUSP, 2010. p. 23-44

NOVAIS, R. e VANNUCHI, P. (orgs) **Juventude e sociedade:** Trabalho, educação, cultura e participação. Instituto cidadania editora fundação Perseu Abramo. SP (2004)

NOVAES, C.R. Regina. Prefácio. In: CASTRO, J.A. Et al (orgs). **Juventude e políticas sociais no Brasil.** Brasília: IPEA, 2009

NOVAES, Regina. **Juventude e participação social: apontamentos sobre a reinvenção da política.** In:Abramo. H. Freitas M V. Sposito M p. (orgs) juventude em debate. ed. Cortez 2000 SP

NOVAES, R. SANTORO, M. **Ser Jovem na América do sul: um epílogo.** In: juventud en sudamerica: diálogos para la contrucción de la democracia regional. Vários autores. IBASE POLIS E CIDPA. Santiago Chile, 2008

NOGUEIRA, Maria Alice. NOGUEIRA, Claudio M.M. **BOURDIEU e a educação.** ed. Autêntica, 2004

PAIS, José M. **A construção sociológica da juventude:** alguns contributos. *Análise Social*, vol. XXV (105-106), 1990 p.p 139-165. Lisboa PT. http://analisesocial.ics.ul.pt/?page_id=14

PAPA, F.C. e FREITAS, M.V. **Juventude em pauta. Políticas públicas no Brasil.** Ed. Peirópolis SP (2011)

PEREIRA, E. Juventudes: Possibilidades de Intervenção na Busca de Direitos. In: PAPA, F.C. e

FREITAS, M.V. **Juventude em pauta. Políticas públicas no Brasil.** Ed. Peirópolis SP (2011)

PEREIRA, L.B. Apatia da Juventude? Discordo!. In: PAPA, F.C. e FREITAS, M.V. **Juventude em pauta. Políticas públicas no Brasil.** Ed. Peirópolis SP (2011)

SAVAGE, Jon. **A criação da juventude:** como o conceito de teenege revolucionou o século XX. RJ. Rocco. 2009

SCHERER-WARREN, Ilse : **Redes emancipatórias:** nas lutas contra a exclusão e por direitos humanos. Curitiba: Editora Appris, 2012.

SILVA Enid Rocha A. & ANDRADE, Carla Coelho. **Juventude e políticas Públicas: A política Nacional de Juventudes: Avanços e dificuldades** in: juventude e políticas sociais no Brasil. Castro JA , Aquino L M, andrade CC (orgs) Ipea, Brasília (2009)

SOUSA. Janice T. P. **Insurgências juvenis e as novas narrativas políticas.** In: Revista de estúdios juvenes. Centro de Investigacion y Estudios sobre Juventud, México. n° 22 ano 2005.

SOUSA, Janice T.P. **Reinvenções da utopia.** A militância política dos jovens nos anos 90. Hacker editores. 1999. São Paulo

SPOSITO, Marília P; CARRANO, Paulo C. R. **Juventude e Políticas Públicas no Brasil.** Revista Brasileira de Educação. N. 24 p. 16-39 set/out/Nov/dez 2003. disponível em: <<http://www.scielo.org>> acesso em: 26 de set. 2008.

TEIXEIRA, Ana Cláudia. **Conselhos Nacionais: participação ou apaziguamento de conflitos?** In: FREITAS, M.V. (orgs) Conselho Nacional da Juventude: natureza composição e funcionamento. Brasília DF/ São Paulo: CONJUVE, Fundação Friedrich Erbet; Ação Educativa, 2007.

UNESCO. **Políticas Públicas de/para/com/ Juventudes.** Brasília 2007.

UNESCO. (Abramovay, Miriam et alii coords.) **Juventude, Juventudes, o que une eu que separa.** Brasília, 2006

UNFPA. Fundo de População das Nações Unidas. **Direitos da população jovem: um marco para o desenvolvimento.** 2 ed. Brasília 2010

URESTI, Marcelo. **Paradigmas de participación juvenil: un balance histórico.** Buenos Aires clacso (2000). disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/subida/uploads/FTP-test/clacso/gt/uploads/20101023021715/10urresti.pdf>

VIEIRA, LiszT. **Os argonautas da cidadania.** A sociedade Civil na globalização. Ed. Record. RJ/SP 2001.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade.** Vol.1. 4. ed. Brasília: UNB, 2000.

WEBER, Max. **Ciência e Política: duas vocações.** São Paulo: Martin Claret, 2006.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O que significa ser um movimento anti-sistêmico?** In: Leher, R e Setubal, M. Pensamento crítico e movimentos sociais. SP. ed. Cortez. Inst, Rosa Luxemburgo/outro Brasil. 2005